

## Estímulo



### Tarcísio reduz o ICMS em São Paulo até 2024

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, assinou decretos que reduzem a carga tributária de empresas paulistas até 31 de dezembro de 2024. O impacto é estimado em R\$ 850 milhões, mas o governo estadual entende que esse custo será compensado por ganhos de arrecadação decorrentes do impulso da medida à atividade. **PÁGINA 8**

## Segurança

### Dino: dificuldade pode abrir espaço para golpe

Um mês e meio depois dos ataques às sedes dos três Poderes, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que o golpismo no Brasil "sofreu uma derrota, mas não foi extinto". Ele afirmou que, se o presidente Lula tiver problemas na economia, os atos antidemocráticos podem voltar à cena. "A pergunta é: o governo Lula vai melhorar a vida do povo brasileiro?". **PÁGINA 7**

## Desordem

### Cármen Lúcia: janeiro foi tempestuoso para o STF

A ministra Cármen Lúcia, do STF, se manifestou publicamente sobre os atos golpistas do dia 8 de janeiro. Ela disse que o mês de janeiro foi 'tempestuoso' para os ministros do STF e chamou de 'criminosos' os protestos antidemocráticos. "Apesar de tudo, vale muito a pena o Brasil". **PÁGINA 7**

## Tensões

### Guerra da Ucrânia deve ter maior impacto global

Um ano depois de os primeiros tanques russos invadirem a Ucrânia, a situação do conflito está tão estagnada quanto os avanços territoriais. Sem perspectiva de um acordo de paz, a guerra enterrou de vez a ordem global do pós-Guerra Fria ao redesenhar alianças internacionais. **PÁGINA 5**

A pressão petista atinge em cheio o principal ministro da legenda

# Governo confirma a reoneração da gasolina

A modelagem da cobrança, com porcentual definido sobre cada item ainda não foi informada, mas a pasta garantiu que não haverá perda de arrecadação



**A** assessoria do Ministério da Fazenda informou na segunda-feira que está confirmada a reoneração completa do PIS/Cofins sobre gasolina e etanol. A modelagem da cobrança, com porcentual definido sobre cada item ainda não foi informada, mas a pasta garantiu que não haverá perda de arrecadação e os R\$ 28,9 bilhões de aumento de receitas estão garantidos. De acordo com a assessoria, o modelo em discussão prevê uma oneração maior do combustível fóssil, como a gasolina, do que do biocombustível, como etanol, que é ambientalmente mais sustentável. A decisão de reonerar os impostos representam uma vitória para Haddad. **PÁGINA 6**

## INOVAÇÃO

### BNDES prevê dobrar crédito para startups

A nova gestão do BNDES tem como uma das prioridades trabalhar pela "reindustrialização" da economia nacional, como já colocou o presidente da instituição de fomento, Aloizio Mercadante, mas a estratégia não passará, como no passado, por oferecer crédito a juros menores em larga escala. É o que garante José Luís Gordon, escalado na equipe de Mercadante como diretor de Desenvolvimento

## MUDANÇAS

### Receita anuncia regras do Imposto de Renda

A Receita Federal anunciou as regras para a entrega da declaração do Imposto de Renda (IR) de 2023, que tem como base o ano de 2022. O período de entrega será entre 15 de março e 31 de maio. Para facilitar a entrega do documento, a Receita fez algumas mudanças, como a disponibilização da declaração pré-preenchida desde o primeiro dia do prazo de entrega. **PÁGINA eco**

## INTEGRAÇÃO



Campos Neto defende a internacionalização do Pix **PÁGINA 3**

## COVID



Lula recebe dose da vacina bivalente **PÁGINA 6**

**IBOVESPA** 109.212,66 ↑ 1,10%

#### Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
RAIZEN PN N2	3.040	+5.19%	+0.150
SAO MARTINHOON NM	27.29	+5.12%	+1.33
ALPARGATAS PN N1	9.70	+2.75%	+0.26
EZTEC ON NM	12.93	+2.70%	+0.34
MULTIPLAN ON N2	25.10	+2.41%	+0.59

#### Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
HAPVIDA ON NM	4.55	-4.21%	-0.20
CVC BRASIL ON NM	3.26	-4.12%	-0.14
QUALICORP ON NM	4.73	-3.67%	-0.18
PETZ ON NM	6.68	-3.47%	-0.24
BANCO PAN PN N1	5.18	-3.00%	-0.16

#### Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN N2	26.15	+0.69%	+0.18
VALE ON NM	85.04	0.00%	0.00
PETROBRAS ON N2	30.07	+1.66%	+0.49
ITAUUNIBANCO PN N1	25.34	-1.29%	-0.33
BRASIL ON EX NM	39.93	-1.36%	-0.55

#### BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	33.743,84	+0,029%
S&P 500	4.016,22	-0,018%
NASDAQ	11.313,36	-0,18%
DAX 30	15.081,64	-0,076%
FTSE 100	7.744,87	-0,16%
IBEX 35	7.043,88	-0,094%

DÓLAR COMERCIAL		
COMPRA	VENDA	
5,079	5,080	↓ -1,22%

PESO		
COMPRA	VENDA	
0,027	0,028	↓ -1,46%

EURO		
COMPRA	VENDA	
5,543	5,544	↓ -0,96%

LIBRA		
COMPRA	VENDA	
6,293	6,296	↓ -0,70%

OURO		
BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA	
314,00	USD\$ 1.948,07	

**REINDUSTRIALIZAÇÃO**

# BNDES prevê dobrar crédito para startups e faculdades

O banco vai aumentar o apoio à inovação, do atual 1% da carteira de crédito - cerca de R\$ 4,6 bilhões -, para 2%, visando a modernização tecnológica da indústria

**A**nova gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem como uma das prioridades trabalhar pela "reindustrialização" da economia nacional, como já colocou o presidente da instituição de fomento, Aloizio Mercadante, mas a estratégia não passará, como no passado, por oferecer crédito a juros menores em larga escala. É o que garante José Luís Gordon, escalado na equipe de Mercadante como diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior.

Economista especializado em políticas de fomento à inovação, Gordon diz que o foco do apoio à "reindustrialização" será a modernização tecnológica e os negócios nascentes. O objetivo é dobrar o apoio do BNDES à inovação, do atual 1% da carteira de crédito - cerca de R\$ 4,6 bilhões -, para 2%. De acordo com o diretor do BNDES, a carteira de crédito do banco já chegou a ter 5,5% destinados para inovação empresarial.

"O BNDES saiu da agenda de inovação", afirmou Gordon. "Como é que eu vou ter uma indústria competitiva internacionalmente? Não dá para ficar com o País fechado. Então temos que abrir o País, mas tem que ter um País competitivo. Como é que eu vou competir se eu não tenho capacidade inovativa nas indústrias brasileiras? Como um banco de desenvolvimento não apoia a inovação?", completou o diretor.

O apoio à inovação buscará parcerias e lançará mão de fontes de recursos não reembolsáveis ou com juros diferenciados para dar forma a linhas específicas. Essas fontes têm recursos limitados e, portanto, as condições mais vantajosas não serão oferecidas em todas as linhas do BNDES.

A primeira ação, segundo Gordon, será colocar em prática uma linha de financiamento, com recursos não reembolsáveis, para a instalação de equipamentos para conectar escolas públicas à internet. A política está sendo desenhada pela Casa Civil. Os recursos virão do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), formado com contribuições obrigatórias das empresas do setor.

Como os recursos são não reembolsáveis, não se trata de empréstimos. Os valores serão repassados a governos, municipais e estaduais, que cuidam das redes de ensino, mas a indústria poderá se beneficiar da demanda por equipamentos. A previsão é que a linha tenha cerca de R\$ 1 bilhão em quatro anos, incluindo R\$ 150 milhões previstos já para este ano.

O passo seguinte, conforme Gordon, será desenvolver duas novas linhas de financiamento, capazes de combinar diferentes instrumentos de apoio, incluindo recursos não reembolsáveis.

Uma das linhas será focada em parques tecnológicos, sediados em universidades ou institutos de pesquisa e ensino, com empresas âncora e firmas inovadoras nascentes, as chamadas startups. A outra será focada no apoio direto a essas startups, com uma visão de todo o ciclo de crescimento das empresas, oferecendo os instrumentos financeiros mais adequados para cada fase, como investimento em participação acionária, via fundos ou diretamente, emissão de títulos de dívida e empréstimos tradicionais.

Segundo Gordon, há a intenção de atrair, para essas duas novas linhas, outras instituições especializadas no apoio à inovação, inclusive que operem recursos, como o Senai, o Sebrae, a Embrapii e a Finep, a agência de fomento à inovação



Aloizio Mercadante disse que uma das prioridades do BNDES será trabalhar pela "reindustrialização" da economia

do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que aplica a principal fonte de recursos públicos para esse apoio, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

A ideia é lançar mão dessas fontes de recursos, algumas não reembolsáveis, para compor o orçamento das linhas de financiamento, o que permitiria oferecer condições mais vantajosas, inclusive de crédito. No caso da linha para as startups, por exemplo, recursos não

reembolsáveis de subvenção à inovação da Finep poderiam ser usados nas primeiras fases de desenvolvimento tecnológico, de maior risco, enquanto a participação acionária e, posteriormente, o crédito, entrariam em fases mais avançadas, quando a viabilidade econômica de um produto inovador já estivesse comprovada. Outras fontes com condições especiais ou não reembolsáveis operadas pelo próprio BNDES, como o Fundo Clima, poderiam entrar na conta.

Gordon não mencionou valores para as duas linhas, ainda em discussão, mas eles tendem a ser pequenos na comparação com o crédito total do BNDES para a indústria, que, apesar de bilionário, vem diminuindo nos últimos anos, na esteira da retração geral do BNDES, iniciada em 2016, pelo governo Michel Temer (MDB). Em 2021, o banco liberou R\$ 10,4 bilhões para o setor, 16,2% do total. No auge dos desembolsos do banco, em 2010, empresas industriais receberam R\$

163,8 bilhões em financiamentos, em valores corrigidos, ou 46,8% do total.

Alguma recuperação mais geral do crédito do BNDES para a indústria seria impulsionada por ajustes na TLP, taxa de juros que baliza os financiamentos da instituição de fomento. No último dia 15, Mercadante sinalizou que os planos de ajuste visam tornar a TLP menos volátil e a aproximá-la do juro médio da dívida pública. Para Gordon, mesmo que os ajustes se restrinjam a isso, já bastarão para atrair maior demanda da indústria pelas linhas do banco.

A atuação do BNDES com crédito mais barato deve ser estratégica e não voltada para todo o setor industrial. Entre as críticas à expansão do BNDES nos governos anteriores do PT está o fato de que os custos fiscais de oferecer crédito a juros menores pelo banco de fomento são elevados. Ao mesmo tempo, cria uma proteção para as empresas que conseguem esses empréstimos - ainda que sejam muitas, não são todas -, o que cria distorções e atrapalha a política monetária.

Além disso, a expansão do BNDES entre meados dos anos 2000 e meados dos anos 2010 não interrompeu a tendência de desidrataçã da indústria no Brasil. Ao longo de toda a década de 1970, a indústria da transformação respondeu por entre 20% e 21% da economia nacional. A partir de 1980, essa participação na economia começou a cair. Em 2021, ficou em 11,9%, conforme dados compilados pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (ledi).

Ainda que a perda quantitativa de peso na economia seja um movimento estrutural do processo de desenvolvimento, uma tendência global, que passa pelo aumento do peso do setor de serviços, no caso do Brasil, houve também perda de qualidade, na avaliação de Rafael Cagnin, economista-chefe do ledi. Segundo o especialista, os ramos de alta intensidade tecnológica foram os que mais perderam espaço.

"A indústria é muito mais do que simplesmente só a indústria. A economia está migrando para serviços, mas quais os serviços queremos na economia? Os serviços da economia além são de alta complexidade tecnológica. Quem puxa esse serviço de alta complexidade tecnológica é a indústria. Se temos uma indústria fraca, incapaz de demandar, não conseguimos ter o serviço de alta competitividade, que gera os bons empregos, melhor remuneração", disse Gordon, do BNDES.

**INTEGRAÇÃO**

# PIX: Campos Neto defende internacionalização

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou na segunda-feira, 27, que a internacionalização do Pix entre países da América Latina é uma forma de integrar um bloco econômico regional sem falar de uma moeda comum. Campos Neto participou no período da manhã de uma palestra no evento IDP Summit, em Brasília.

A defesa do Pix para integrar o Mercosul ocorre no momento em que o governo federal defende a criação de uma moeda comum para transações comerciais e financeiras entre Brasil e Argentina.

O tema foi alvo de críticas pelo fato de o País vizinho viver uma crise econômica, inclusive

com poucas reservas em dólares. Durante visita à Argentina em janeiro, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu a incorporação do mecanismo para aprofundar o vínculo entre as duas nações.

Campos Neto reforçou que Uruguai, Colômbia, Peru e Equador já fizeram reuniões bilaterais com Brasil para tratar sobre a integração do Pix. O Chile também entrou no radar.

Em palestra sobre inovações no sistema financeiro e avanços tecnológicos, Campos Neto fez uma breve fala sobre as conquistas do Pix e do Open Finance.

Em relação aos criptoativos, o presidente do BC avaliou que o grande debate é saber se

há migração para uma economia tokenizada, com extração de valor a partir de um ativo de forma digital.

Campos Neto avaliou que a moeda digital do Banco Central é diferente de outras moedas no mundo, já que visa fomentar negócios no País. A moeda, segundo ele, não precisará de nova regulação e será feita a partir de tokenização de depósitos. O presidente do BC reforçou que o Brasil será um dos primeiros países a ter um piloto da moeda digital, o real digital, que sairá no mês que vem.

Campos Neto chegou no domingo de uma viagem a Bangalore, na Índia, para participar da reunião financeira das 20

maiores economias do mundo (G20). O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também foi ao evento.

Antes do presidente do BC, o ministro do Supremo Tribunal Federal e sócio do IDP, Gilmar Mendes, fez um breve discurso. Ele lembrou a inflação que vigorava no Brasil nos anos 1980 e afirmou que o País era atormentado por "inflação exagerada" e "de um mês". "(Hoje) temos um debate de inflação de 5% ao ano, portanto isso mudou deveras", avaliou.

Campos Neto afirmou ainda que o dirigente da autoridade monetária no Brasil é muito personificado. "Faço pouca coisa e levo crédito demais", disse, ao

emendar que grande parte das coisas são feitas pelos funcionários do BC.

Em relação ao papel do Comitê de Política Monetária (Copom), Campos Neto disse ter pendurado um quadro no órgão indicando que autoridade do argumento vale mais do que argumento da autoridade. O presidente do BC afirmou ainda que cada dia é um dia ao ser questionado sobre como é a rotina de um presidente da autoridade monetária.

Nas últimas semanas, Campos Neto virou alvo de críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aliados políticos pela alta nas taxas de juros e na meta de inflação que vigoram no País.

Os ataques à política monetária foram personificados na figura do presidente do BC, que concedeu inclusive uma entrevista ao programa Roda Viva para esclarecer o papel da entidade e distanciar sua imagem das decisões institucionais do Banco Central.

Durante a palestra, ao ser questionado sobre o SAMBA, modelo macroeconômico nacional usado pela instituição, Campos Neto afirmou que este é apenas um de vários modelos utilizados pelo Banco Central. "SAMBA é um dos modelos. Mas temos vários tipos de modelos. Temos modelos agregados, modelos mais setoriais, modelos mais amplos (...)", disse.

**Diário Comercial**Propriedade do Jornal **Diário Comercial** Ltda.

Filiado à:

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA  
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO  
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.



Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO  
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro  
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL  
SÃO PAULO  
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista  
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA  
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS  
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE  
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes  
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL  
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01  
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras  
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.comredacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: [www.diariocomercial.com.br](http://www.diariocomercial.com.br)

RESTITUIÇÕES

# Receita anuncia novas regras do Imposto de Renda deste ano

## As pessoas que tenham operado em bolsas de valores no ano passado também devem declarar o IR, mas, neste ano, a Receita estabeleceu dois limites

**A** Receita Federal anunciou na segunda-feira (27) as regras para a entrega da declaração do Imposto de Renda (IR) de 2023, que tem como base o ano de 2022. O período de entrega será entre 15 de março e 31 de maio. Para facilitar a entrega do documento, a Receita fez, neste ano, algumas mudanças, como a disponibilização da declaração pré-preenchida desde o primeiro dia do prazo de entrega.

A expectativa da Receita é receber até 39,5 milhões de declarações até o fim do prazo, das quais, 25% pré-preenchidas.

O pagamento das restituições começa em 31 de maio e foi dividido em cinco grupos mensais até 29 de setembro, de acordo com a data de entrega da declaração. Têm prioridade no recebimento da restituição idosos com idade igual ou superior a 80 anos, idosos a partir de 60 anos, deficientes e portadores de moléstia grave e contribuintes cuja maior fonte de renda é o magistério.

A novidade este ano é que também terão prioridade no recebimento da restituição os que usarem o modelo pré-preenchido ou optarem por receber o valor por meio da chave PIX, desde que a chave seja o CPF do cidadão. Segundo a Receita, as duas novas modalidades de prioridade têm o objetivo de reduzir os erros na declaração. Ao optar pelo PIX, por exemplo, não é necessário informar mais nenhum número de dados bancários, apenas o próprio CPF.

"São dados em que, historicamente, o cidadão comete erros, e acaba sendo um complicador", disse o auditor-fiscal José Carlos da Fonseca, responsável pelo programa do Imposto de Renda 2023, em entrevista coletiva nesta segunda-feira.

O preenchimento e a entrega podem ser feitos por meio do Programa Gerador da

Declaração relativo ao exercício de 2023, que estará disponível para download no site da Receita Federal, ou por meio do Meu Imposto de Renda, que pode ser acessado pelo site da Receita, pelo Portal e-CAC, ou pelo aplicativo para tablets e celulares. O Meu Imposto de Renda agora tem nova identidade visual, no padrão gráfico dos demais sistemas do governo federal.

Para o cidadão que tiver imposto a pagar, a cota única vence em 31 de maio. Para os demais, o vencimento é o último dia de cada mês até a oitava cota em 28 de dezembro. Quem tiver interesse em optar pelo débito automático na primeira cota, ou na cota única, precisa entregar a declaração até 10 de maio.

Quem apresentar o documento fora do prazo paga multa de 1% ao mês do calendário ou fração de atraso, calculada sobre o total do imposto devido. A multa mínima é de R\$ 165,74 e valor máximo corresponde a 20% do imposto devido.

Neste ano, estão obrigados a declarar os cidadãos que tiveram, em 2022, rendimentos tributáveis com valor acima de R\$ 28.559,70. No caso de rendimentos considerados "isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte", é obrigado a declarar quem recebeu valor superior a R\$ 40 mil.

Continua obrigado a apresentar declaração quem teve ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto, bem como aqueles que, no dia 31 de dezembro de 2022, eram proprietários de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 300 mil; e pessoas que, na atividade rural, receberam rendimentos tributáveis com valor acima de R\$ 142.798,50.

Pessoas que tenham operado em bolsas de valores no ano passado também devem declarar o IR. Mas, neste ano, a Receita estabeleceu dois limites. Devem apresentação de rendimentos os que vende-



A expectativa da Receita é receber até 39,5 milhões de declarações até o fim do prazo, das quais, 25% pré-preenchidas

ram ações em valores acima de R\$ 40 mil, independentemente do volume de compras, e aqueles que fizeram operações e tiveram ganhos líquidos sujeitos à incidência dos impostos, acima do limite de isenção de R\$ 20 mil.

Fonseca lembrou que há outros critérios de obrigatoriedade e que instrução normativa da receita com todas as regras para declaração do IR deve ser publicada nesta terça-feira (28) no Diário Oficial da União.

Segundo Fonseca, os dados da B3, a bolsa de valores do Brasil, apontam para um aumento de pessoas aplicando dinheiro na bolsa. Em 2022, o número de investidores na B3 cresceu 17,5%, e 80% começaram com valores muito baixos, de até R\$ 1 mil. "Acreditamos que, com esses limites, uma parte das pessoas

que declarariam só por movimentação em bolsa seja dispensada", disse.

A declaração pré-preenchida já é disponibilizada há algum tempo, mas, em 2023, diferentemente de anos anteriores, poderá ser feita desde o primeiro dia de entrega das declarações. O modelo é de uso exclusivo para contribuintes com contas no Portal Gov.br nos níveis ouro ou prata.

Nesse modelo, o contribuinte inicia o preenchimento já com diversas informações à disposição. A Receita alerta, entretanto, que é responsabilidade de cada um conferir e corrigir, se necessário, as informações importadas, além de incluir dados que não constem no sistema.

As informações que aparecem no documento pré-preenchido baseiam-se em dados da

declaração do ano anterior; de rendimento e pagamentos informados na Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf), na Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (Dimob), na Declaração de Serviços Médicos (Dmed) e no Carnê-Leão Web; e em contribuições de previdência privada declaradas na e-Financeira.

Para 2023, outra novidade é que também estará na declaração pré-preenchida informações sobre compra de imóveis da Declaração de Operações Imobiliárias (DOI), sobre doações efetuadas e informadas pelas instituições em Declaração de Benefícios Fiscais, sobre criptoativos declarados pelas Exchanges (entidades que comercializam criptomoedas) e sobre saldos bancários e de fundos de investimento.

ção suavizada para os próximos 12 meses cedeu de 5,70% para 5,65%, de 5,63% há um mês.

Com a temperatura mais baixa após o tom conciliatório do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e a redução das críticas ao BC do governo Lula, a expectativa para os juros básicos se mantém estável para o fim de 2023, 2024 e 2025.

No Boletim Focus divulgado na segunda-feira, a mediana para a taxa Selic no fim de 2023 continuou em 12,75% ao ano, enquanto para o término de 2024 se manteve em 10,00%. Há quatro semanas, as estimativas eram de 12,50% e 9,50%, nessa ordem.

O cenário da moeda norteamericana em 2023 ficou estável. A estimativa para o câmbio neste ano continuou em R\$ 5,25, mesmo valor esperado há um mês. Para 2024, a mediana passou de R\$ 5,29 para R\$ 5,30, repetindo a mediana de quatro semanas atrás. A projeção anual de câmbio publicada no Focus é calculada com base na média para a taxa no mês de dezembro, e não mais no valor projetado para o último dia útil de cada ano, como era até 2020.

Com isso, o BC espera trazer maior precisão para as projeções cambiais do mercado financeiro.

O Boletim mostrou também novo avanço no cenário de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023. A mediana para a alta do PIB em 2023 passou de 0,80% para 0,84%, contra 0,80% há um mês. Considerando apenas as 76 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB no fim de 2023, por sua vez, cedeu de 0,97% para 0,90%.

Apesar de não ter sido divulgado ainda, o PIB de 2022 não faz mais parte do boletim. Para 2024, o Relatório Focus mostrou estabilidade na perspectiva de crescimento do PIB em 1,50%, mesma projeção de um mês atrás.

Para 2025, a mediana seguiu em 1,80%, contra 1,89% de quatro semanas antes. O Boletim ainda trouxe a estimativa para 2026, que está em 2,00% há 50 semanas.

A projeção para o déficit primário em 2023 melhorou no Boletim Focus, de 1,05% para 1,03% do PIB, de 1,10% quatro semanas antes. Para o déficit nominal este ano, a mediana continuou em 7,85% na última semana, contra 8,45% do PIB há um mês.

## Parcelamento

### Juro médio no crédito livre subiu para 43,5% em janeiro

Mesmo após o fim do ciclo de alta da Selic, a taxa média de juros no crédito livre subiu de 41,7% ao ano em dezembro para 43,5% em janeiro, informou nesta segunda-feira, 27, o Banco Central (BC). No primeiro mês de 2022, era de 35,3%.

Para as pessoas físicas, a taxa média de juros no crédito livre passou de 55,4% para 55,6% ao ano de dezembro para janeiro, enquanto para as pessoas jurídicas foi de 23,1% para 25,3%.

Entre as principais linhas de crédito livre para a pessoa física, destaque para o cheque especial, cuja taxa apenas oscilou de 132,1% ao ano para 132,0% ao ano de dezembro para janeiro. No crédito pessoal, porém, a taxa passou de 40,9% para 41,7% ao ano.

Desde 2018, os bancos estão oferecendo um parcelamento para dívidas no cheque especial. A opção vale para débitos superiores a R\$ 200. Em janeiro de 2020, o BC passou a aplicar uma limitação dos juros do cheque especial, em 8% ao mês (151,82% ao ano).

Os dados divulgados na segunda pelo Banco Central mostraram ainda que, para aquisição de veículos, os juros foram de 28,7% ao ano em dezembro para 29,0% em janeiro.

A taxa média de juros no crédito total, que inclui operações livres e direcionadas (com recursos da poupança e do BNDES), foi de 30,1% ao ano em dezembro para 31,2% ao ano em janeiro. No primeiro mês de 2022, estava em 25,6%.

Já o Indicador de Custo de Crédito (ICC) subiu 0,4 ponto percentual em janeiro ante dezembro, aos 21,9% ao ano. O percentual reflete o volume de juros pagos, em reais, por consumidores e empresas no mês, considerando todo o estoque de operações, dividido pelo próprio estoque.

Na prática, o indicador reflete a taxa de juros média efetivamente paga pelo brasileiro nas operações de crédito contratadas no passado e ainda em andamento.

O spread em operações de crédito apresentou elevação em janeiro. Dados divulgados na segunda-feira pelo Banco Central mostram que o spread bancário médio no crédito livre passou de 28,7 pontos percentuais em dezembro para 30,6 pontos percentuais em janeiro, informou o Banco Central.

O spread médio da pessoa física no crédito livre passou de 42,2 para 43,5 pontos percentuais entre os dois meses. Para pessoa jurídica, o spread médio passou de 10,3 para 12,7 pontos percentuais.

O spread é calculado com base na diferença entre o custo de captação de recursos pelos bancos e o que é efetivamente cobrado dos clientes finais (famílias e empresas) em operações de crédito. O spread médio do crédito direcionado foi de 4,3 para 4,6 pontos percentuais na passagem de dezembro para janeiro. Já o spread médio no crédito total (livre e direcionado) foi de 19,3 para 20,5 pontos percentuais de dezembro para janeiro.

A taxa de inadimplência nas operações de crédito livre com os bancos subiu de 4,2% para 4,5% de dezembro para janeiro, informou o Banco Central. Esse é o maior patamar desde maio de 2018 (4,6%).

Para as pessoas físicas, a taxa de inadimplência subiu de 5,9% para 6,1% de um mês para o outro, o maior nível desde novembro de 2016 (6,1%). No caso das empresas, teve alta de 2,1% para 2,3% período, o maior desde maio de 2020 (2,4%).

A inadimplência do crédito direcionado (recursos da poupança e do BNDES) passou de 1,2% para 1,3% em janeiro ante dezembro.

Já o dado que considera o crédito livre mais o direcionado mostra que a taxa de inadimplência variou de 3,0% em dezembro para 3,2% em janeiro, mesmo percentual de maio de 2020.

INVESTIMENTO ADEQUADO

# Mercado eleva a previsão de inflação para 5,9%

As expectativas inflacionárias para 2023 e 2024 mostraram certa estabilização no Boletim Focus divulgado na manhã de segunda-feira, 27. Em prazos mais longos, a deterioração continuou, mas também menos severa do que nas últimas semanas, quando houve fortes críticas do governo federal ao nível de juros, à meta de inflação e à autonomia do Banco Central.

A projeção para o IPCA - índice oficial de inflação - deste ano subiu marginalmente, de 5,89% para 5,90%, a 11ª alta consecutiva. Um mês antes, a mediana era de 5,74%. Para 2024, horizonte cada vez mais relevante para a estratégia de convergência à inflação do BC, a projeção continuou em 4,02%, de 3,90% há quatro semanas.

Considerando somente as 107 estimativas atualizadas nos últimos 5 dias úteis, a mediana para 2023 passou de 5,97% para 5,93%. Para 2024, variou

de 4,10% para 4,05%, considerando 102 atualizações no período.

Atualmente, o foco da política monetária está nos anos de 2023 e, com maior peso, de 2024. A mediana na Focus para a inflação oficial em 2023 está bem acima do teto da meta (4,75%), apontando para três anos de descumprimento do mandato principal do Banco Central, após 2021 e 2022. Para 2024, a mediana está acima do centro da meta (3,00%), mas ainda dentro do intervalo que vai de 1,50% a 4,50%.

Já a mediana para o IPCA de 2025 subiu levemente, de 3,78% para 3,80%, de 3,50% há um mês. A estimativa para o IPCA de 2026 avançou de 3,70% para 3,75%, contra 3,50% um mês antes. A meta para 2025 é de 3,00% (margem de 1,50% a 4,50%). Ainda não há objetivo definido para 2026.

No Comitê de Política Monetária (Copom) deste mês, o BC

atualizou suas projeções para a inflação no cenário de referência com estimativas de 5,6% em 2023 e 3,4% para 2024. O colegiado ainda inseriu um cenário alternativo, em que a Selic fica estável por todo o horizonte relevante. Nesse cenário, as projeções são de 5,5% para 2023 e 2,8% para 2024. O Copom manteve a Selic em 13,75% ao ano pela quarta vez seguida.

Após o IPCA-15 de fevereiro (0,76%), os economistas do mercado financeiro mantiveram a projeção para a alta do índice de inflação oficial (IPCA) do mês no Focus. A mediana continuou em 0,78%, de 0,79% há um mês.

Para o IPCA de março, a estimativa seguiu em 0,65%, contra 0,58% um mês antes. Para abril, a previsão para o indicador avançou levemente, de 0,60% para 0,61%. Era de 0,55% há quatro semanas.

Já a expectativa para a infla-

## TETO DE GASTOS

# Governo Central registrou superávit primário de R\$ 78 bilhões em janeiro

A meta fiscal para 2023 estabelecida na LDO autorizava um déficit de até R\$ 65,8 bilhões, as após a aprovação da PEC da Transição, o rombo subiu para até R\$ 231,5 bilhões

**A**s contas do Governo Central registraram superávit primário em janeiro, conforme divulgação do Tesouro Nacional realizada na segunda-feira, 27. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou positiva em R\$ 78,326 bilhões. O resultado sucedeu o superávit de R\$ 4,427 bilhões em dezembro.

O saldo - que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - foi o segundo melhor desempenho para o mês na série histórica corrigida pelo IPCA, só atrás de janeiro do ano passado, quando o saldo positivo foi de R\$ 81,246 bilhões em valores atualizados pela inflação. Em termos nominais, o resultado de janeiro de 2022 havia sido superavitário em R\$ 76,811 bilhões.

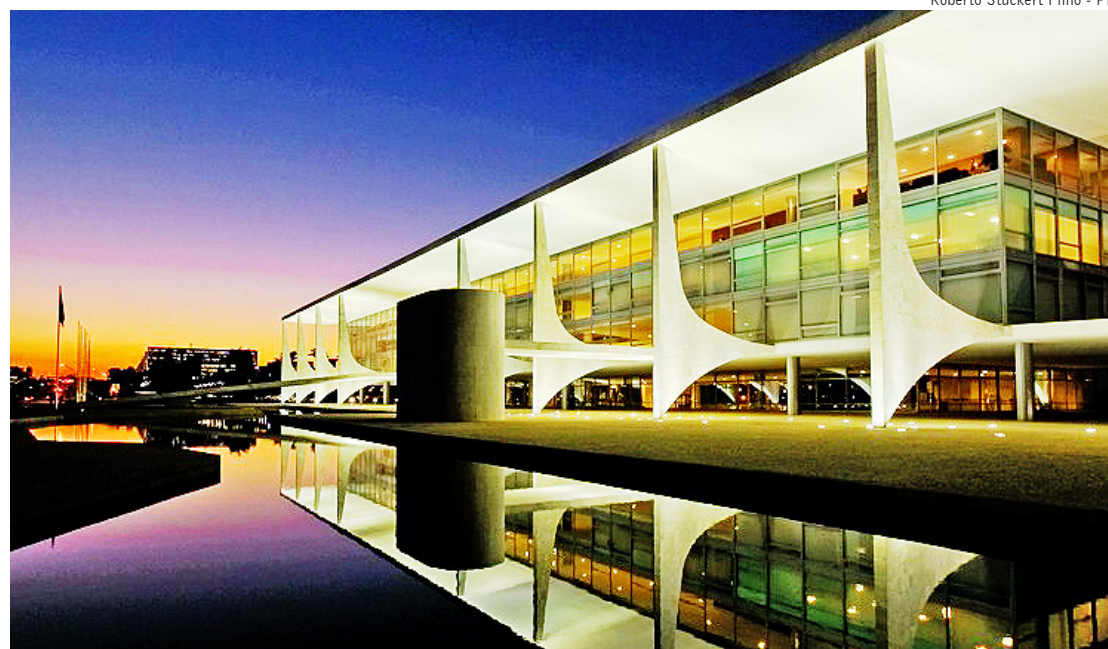
O superávit do mês passado foi um pouco maior do

que a mediana das expectativas do mercado financeiro, de saldo positivo de R\$ 77,6 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast junto a instituições financeiras. O intervalo das estimativas ia de superávit de R\$ 57,7 bilhões a R\$ 92,3 bilhões.

Em janeiro, as receitas tiveram queda real de 2,7% em relação a igual mês do ano passado. Já as despesas subiram 6,0% em janeiro, já descontada a inflação.

Em 12 meses até janeiro, o Governo Central apresenta um superávit de R\$ 54,5 bilhões. A meta fiscal para 2023 estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) autorizava um déficit de até R\$ 65,8 bilhões nas contas do Governo Central.

No entanto, após a aprovação da PEC da Transição, a Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano contemplou um rombo muito maior, de até R\$ 231,5 bilhões.



Roberto Stuckert Filho - PR

As contas do Tesouro Nacional - incluindo o Banco Central - registraram um superávit primário de R\$ 94,847 bilhões

A equipe econômica lançou um pacote fiscal em janeiro para tentar atenuar esse resultado negativo.

As contas do Tesouro Nacional - incluindo o Banco

Central - registraram um superávit primário de R\$ 94,847 bilhões em janeiro, de acordo com dados divulgados pelo Tesouro. Já o resultado do INSS foi deficitário em R\$ 16,518

bilhões no mês passado. As contas apenas do Banco Central tiveram déficit de R\$ 3 milhões em janeiro.

As despesas sujeitas ao teto de gastos subiram nominal-

mente 12,8% em janeiro na comparação com o mesmo mês de 2022, segundo o Tesouro Nacional. Pela regra do teto, o limite de crescimento das despesas do governo é a variação acumulada da inflação no ano passado. Porém, como o governo não ocupou todo o limite previsto em anos anteriores, na prática há uma margem para expansão de até 18,5%.

As despesas do Poder Executivo variaram 12,9% no período (a margem nesse caso também é de 18,5%).

De acordo com o texto aprovado na PEC da Transição, o governo tem até agosto para propor ao Congresso uma nova âncora fiscal para substituir o teto de gastos, por meio de um projeto de lei complementar.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prometeu apresentar uma proposta já em março para mostrar compromisso com a sustentabilidade das contas públicas.

## DESIGN

## MadeiraMadeira lança o primeiro selo de qualidade

A MadeiraMadeira, empresa 'one stop shop' para casa que oferece produtos para construção, reforma e decoração, anunciou a criação do 1º Centro Tecnológico (CT) de Desenvolvimento de Móveis da América Latina - em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), tendo como foco o desenvolvimento de produtos da sua marca própria - a CabeCasa, que alia design e qualidade pelo melhor custo-bene-

fício e 2 anos de garantia.

Após um ano de operação, a empresa já tem um balanço de mais de 600 novos produtos criados. O tempo de desenvolvimento também caiu de seis meses para um mês.

Além dos novos produtos, redução de tempo na produção de móveis e projetos voltados para a sustentabilidade, especialmente no que diz respeito às embalagens dos produtos, a MadeiraMadeira também realizou o desenvolvimento de móveis com a participação

de clientes e especialistas, que são trazidos como co-criadores.

Coleções como a Linha Disney, Guarda-roupas Joy (parceria com Personal Organizers), Linha Samambaia (Guarda-roupas, camas e cômodas), Linha Tiê (complementos de sala de estar) e Cozinha Arizona são alguns dos frutos desta co-criação.

Agora, a MadeiraMadeira anuncia a criação do primeiro selo de qualidade de móveis do país.

O selo foi criado em parceria com o Senai, dentro do próprio



Divulgação

O selo foi criado para garantir que todos os produtos sejam testados

Centro Tecnológico da MadeiraMadeira, para garantir que todos os produtos sejam testados e ganhem certificação ao longo do projeto. "É importante considerar que hoje não existe nenhum tipo de regulamentação obrigatória para garantir a qualidade de um móvel residencial no Brasil - com exceção de ber-

ços, por uma questão de segurança. Mais uma vez, trazemos o cliente para o centro do negócio, definindo parâmetros básicos de qualidade e durabilidade de um móvel e oferecendo maior segurança para os consumidores que adquirem nossos produtos", explica Santiago Antoranz, vice-presidente de Desenvolvi-

mento de Produtos da MadeiraMadeira e idealizador do Centro Tecnológico.

Para garantir a qualidade do móvel, a empresa, juntamente com os profissionais do Senai, está realizando uma série de testes físicos e mecânicos para prever como o produto se sairá na casa do cliente durante uso intenso e de longo período.

Para dar visibilidade à discussão sobre a qualidade de móveis no Brasil, a MadeiraMadeira também passa a fazer parte de um comitê na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). "É a primeira vez que uma varejista lidera esse tipo de discussão dentro de um comitê na ABNT. Nós queremos levar a voz dos clientes para dentro desses debates e garantir avanços no que diz respeito à segurança, qualidade de móveis e sua regulação/parâmetros no Brasil", acrescenta Santiago.

## INVESTIMENTOS

## ACOMPANHANDO A RENDA DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA (I)

por  
Victor Nunes



Consultor em  
Finanças, Mestre em  
Administração de  
Empresas e Professor  
universitário

### NOS CINCO ÚLTIMOS ARTIGOS

publicados, foi comentado que o rendimento contratado para um título de renda fixa depende de condições que variam de papel para papel, de prazo para prazo e de emissor para emissor, dentre outras variáveis, que também podem impactar as taxas de juros do mercado, sendo que, usualmente, os investimentos em renda fixa ofertam remunerações baseadas em alguns indicadores de referência, caracterizando as operações de renda fixa pós-fixadas, com destaque para: (1) a taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia); (2) a taxa do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro); e (3) a variação do IPCA, que é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; assim como, em complemento, os investimentos em renda fixa podem ofertar remunerações prefixadas, tais como, por exemplo, remuneração de 10% ao ano, 12% ao ano ou 14% ao ano. De fato, existe uma ampla variedade de alternativas de investimento em renda fixa, tanto com relação às formas de remuneração, quanto com relação aos títulos disponíveis no mercado, sendo que o segmento pode ser considerado a mais relevante categoria de investimento, uma vez que reúne diversos produtos diferentes, com destaque para os seguintes principais tipos de investimento em renda fixa, anteriormente destacados em dois artigos recentes: (1) Títulos Públicos; (2) Caderneta de Poupança; (3) CDBs (Certificados de

Depósitos Bancários); (4) debêntures; (5) LCIs (Letras de Crédito Imobiliário); (6) LCAs - Letras de Crédito do Agronegócio; (7) LIGs (Letras Imobiliária Garantida); (8) CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários); e (9) CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio).

**UMA VEZ QUE SE TENHA** realizado um investimento em renda fixa, será recomendável, assim como de fato deve ser observado para qualquer tipo de ativo financeiro, que o investidor acompanhe periodicamente o desempenho das aplicações. Atualmente, é possível, com facilidade, acessar o valor atualizado dos investimentos diariamente, através de sites ou de aplicativos, mas antes destas opções, as instituições financeiras encaminhavam para os clientes extratos mensais. Portanto, uma estratégia comum poderia ser acompanhar os rendimentos produzidos por cada investimento mediante verificação dos extratos que ainda são regularmente disponibilizados pelas instituições financeiras custodiantes, mensalmente, podendo ser adotada esta periodicidade para a execução de uma análise pormenorizada da carteira de investimentos como um todo, sendo importante destacar, por oportuno, que o retorno dos ativos de renda fixa pode ser mensurado por dois critérios distintos: (1) pela remuneração contratada, por exemplo, variação do IPCA mais 4% ao ano; e (2) pela marcação a mercado ("MaM").

**QUANDO O RETORNO** do ativo de

renda fixa é mensurado pelo critério da taxa de remuneração contratada então, diariamente, o título será avaliado tendo como base a variação efetivamente combinada no momento no qual o investidor adquiriu o respectivo ativo, por exemplo, variação do IPCA mais uma taxa de juros anuais especificada. Em determinadas situações, de acordo com o modelo de pagamento dos rendimentos e de amortização do principal, a titularidade dos papéis resultará no recebimento de rendimentos periódicos, podendo estas liquidações ocorrer, por exemplo, mensalmente, trimestralmente, semestralmente ou anualmente. No mesmo sentido, o plano de amortização do principal poderá ocorrer de forma periódica ou com um único pagamento, ao final do prazo do investimento. O detalhamento das formas de pagamento de juros e de amortização do principal estará especificado, para cada investimento, na data de emissão dos respectivos títulos, sendo firmados em documentos próprios, tais como, por exemplo, nos certificados de depósito bancário (CDBs), nos termos de securitização de direitos creditórios ou nas escrituras de emissão de debêntures.

**ALTERNATIVAMENTE**, quando o retorno do ativo de renda fixa é mensurado pelo critério da "MaM" então, diariamente, o título será avaliado tendo como base o efetivo valor do ativo segundo o preço de venda no mercado, ou seja, nesta hipótese o preço do ativo em determinada data

não será identificado pela curva de juros que foi contratada pelo investidor no momento da aquisição do título, mas pela cotação com base nas negociações disponíveis no mercado financeiro. Vale notar que a atualização diária do valor dos títulos de renda fixa de uma carteira de investimentos em função dos valores efetivos no mercado, em determinada data, conforme a regra da "MaM", não afeta as condições contratadas pelo investidor, desde que o título seja mantido em carteira até a data do vencimento, garantindo, desta forma, a manutenção da rentabilidade contratada (refletiva pela mensuração conforme o critério da taxa de remuneração contratada). O ganho (ágio) ou a perda (deságio) relativos que correspondem às diferenças positivas ou negativas entre os valores dos títulos, apurados pela "curva de juros do papel" (remuneração contratada), comparativamente ao método da "MaM", somente são realizados pelo investidor caso ocorra a decisão de vender o título no mercado, antecipadamente, na data da respectiva apuração do valor da "MaM" correspondente.

**NO PRÓXIMO ARTIGO**, exemplos numéricos dos cálculos dos valores dos títulos de renda fixa com base na remuneração contratada (ou seja, com base na "curva de juros do papel") e apurações de ganhos (ágios) e perdas (deságios) em função do efetivo valor de mercado [marcação a mercado ("MaM")].

ESCALADA

# Guerra da Ucrânia deve ter maior impacto global

O mantra em Washington é apoiar Kiev “por tempo necessário” e descartar por enquanto, passos práticos em direção à diplomacia, o que elevará as tensões

Um ano depois de os primeiros tanques russos invadirem a Ucrânia, a situação do conflito está tão estagnada quanto os avanços territoriais de ambos os lados em trincheiras enlameadas: congelada. Sem perspectiva de um acordo de paz, a guerra na Ucrânia enterrou de vez a ordem global do pós-Guerra Fria ao redesenhar alianças internacionais e despertar antigas tensões adormecidas.

Para analistas, 2023 é o ano fundamental para definir o que será do mundo pós-guerra. Se o conflito escalar, será neste ano. E se a guerra escalar de vez, pode se tornar um conflito global e reavivar disputas regionais e conflitos locais. “A melhor maneira de Putin retaliar o apoio ocidental à Ucrânia é alimentar crises em série em outros países. Uma crise no Oriente Médio, por exemplo, aumentaria os preços da energia, nos forçaria a lidar com mais uma crise”, afirma Walter Russel Mead, professor do Bard College, prestigiosa universidade americana. “Este pode ser o começo. A Rússia vai agir cada vez mais na zona cinzenta”.

Ainda que o conflito não escale, ele já expôs uma profunda divisão global e os limites da influência dos EUA. O esforço para isolar Putin falhou, e não apenas entre os aliados russos que poderiam apoiar Moscou, como China e Irã.

A Índia anunciou na semana passada que seu comércio com a Rússia cresceu 400% desde a invasão. Nas últimas seis semanas, o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, foi recebido em nove países da África e do Oriente Médio - incluindo a África do Sul, cujo ministro das Relações Exteriores, Naledi Pandor, saudou o encontro como “maravilhoso” e chamou a África do Sul e a Rússia de “amigos”.

Na semana passada, uma batelada de tanques de guerra M1A2 Abrams e centenas de sistemas de foguetes começaram a chegar no país. O arsenal é parte de gigantesca onda de gastos militares da Polônia, país vizinho à Ucrânia, após a invasão russa. O ministro da Defesa polonês, Mariusz Blaszczak, espera que os investimentos ajudem a construir “a maior força terrestre da Europa” - tudo



Sergei Lavrov foi recebido em nove países da África - incluindo a África do Sul, cujo ministro das Relações Exteriores saudou o encontro como “maravilhoso”

com ajuda da Otan. A aliança também fez acenos e promete apoio militar crescente para os países bálticos, Lituânia, Letônia e Estônia.

Finlândia e Suécia também deve se juntar à Otan, o que trará um contingente, equipamento e competência em combate. A Finlândia, por exemplo, é capaz de reunir 280 mil soldados em poucas semanas, o que equivale a mais de duas vezes o tamanho do contingente militar na ativa e na reserva do Reino Unido.

“Não se trata de um ponto de inflexão geopolítica para o restante do mundo”, afirmou o revista Economist Shivshankar Menon, ex-diplomata-chefe da Índia, Menon. “Onde estamos, a falha sísmica geopolítica principal ainda é entre China e EUA - e a guerra na Ucrânia não altera essa situação”.

A invasão de Vladimir Putin à Ucrânia, em 24 de fevereiro de 2022, revitalizou a aliança militar do Atlântico Norte (Otan) - que se armou com seu primeiro novo conjunto de objetivos desde 1967, ano em que seus escritórios foram inaugurados.

Enquanto a antiga Otan foi reativa, a aliança agora é reconstruída para dissuadir a Rússia em tempos de paz e responder a agressões com uso de força assim que Moscou ameaçar se intrometer em territórios de seus membros.

Para fazer isso, o centro de gravidade da Otan se voltou para o leste da Europa, após alguns anos de dormência e discrição entre seus líderes. O recente acordo dos EUA com a Polônia é o sinal mais recente desse apelo ao leste.

Na semana passada, uma batelada de tanques de guerra M1A2 Abrams e centenas de sistemas de foguetes começaram a chegar no país. O arsenal é parte de gigantesca onda de gastos militares da Polônia, país vizinho à Ucrânia, após a invasão russa. O ministro da Defesa polonês, Mariusz Blaszczak, espera que os investimentos ajudem a construir “a maior força terrestre da Europa” - tudo com ajuda da Otan. A aliança também fez acenos e promete apoio militar crescente para os países bálticos, Lituânia, Letônia e Estônia.

Finlândia e Suécia também

deve se juntar à Otan, o que trará um contingente, equipamento e competência em combate. A Finlândia, por exemplo, é capaz de reunir 280 mil soldados em poucas semanas, o que equivale a mais de duas vezes o tamanho do contingente militar na ativa e na reserva do Reino Unido.

Conforme a guerra completa um ano, o impasse diplomático se impõe. Propostas de paz aparecem, mas são rejeitadas pelos envolvidos. Os Estados Unidos e seus parceiros do G-7 já propuseram um acordo de paz, lido como condições para a rendição da Rússia: Kiev recupera todo o seu território, recebe reparações de Moscou e assina acordos de segurança com os países ocidentais. A China também fez uma proposta, considerada muito pró-Rússia e descartada pela Otan.

Nenhum dos lados demonstra vontade de recuar em seus objetivos de guerra. Para a Ucrânia, repelir uma força invasora que reivindica quase um quarto de seu território é uma necessidade existencial. Para a Rússia, não existe vitória sem garantir o território ucraniano que rei-

vindica como seu, da Crimeia ao Donbass.

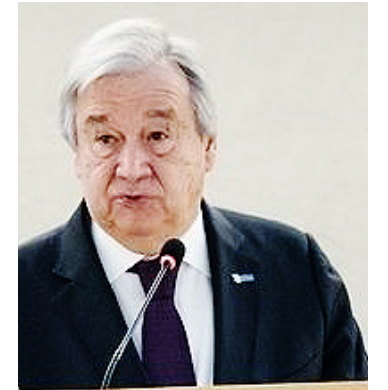
O mantra em Washington é apoiar Kiev “por tempo necessário” e descartar, pelo menos por enquanto, passos práticos em direção à diplomacia. O risco que isso acarreta é manter as tensões altas, levar a uma escalada perigosa e prolongar o conflito indefinidamente. Mesmo na ausência de um ataque nuclear, o risco de um confronto direto entre a Otan e a Rússia permanece alto e tende a aumentar enquanto a guerra continuar.

“As relações diplomáticas entre Rússia e EUA são praticamente inexistentes, sem contatos de alto escalão desde o começo da guerra. Entre EUA e China também não são muito melhores, ainda mais depois do episódio do balão”, diz Eugene Chausovsky, analista do centro de estudos americano NewLines Institute e ex-analista da Eurasia. “Hoje, o cenário mais otimista é o de um conflito congelado, no máximo um cessar-fogo duradouro, cujo efeito em cascata afetaria a cooperação diplomática no mundo todo por muito tempo”.

RETROCESSO

Guterres diz que o direito humano é a solução para muitos problemas

ONU - Jean Marc Ferré



Human Rights C

Guterres: “houve um retrocesso”

Genebra abriga a 52ª sessão do Conselho de Direitos Humanos com mais de 150 oradores, incluindo chefes de Estado, de governo, ministros e altos funcionários da ONU.

A reunião que marca o 75º aniversário da adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos acontece em formato híbrido até 4 de abril. O secretário-geral da ONU, António Guterres, discursou na abertura do evento e destacou as violações desencadeadas como a da Rússia à Ucrânia.

O secretário-geral afirmou que os direitos humanos não são um luxo do qual se abdicar até que se encontre uma solução para os outros problemas do mundo, mas sim “a solução para muitos dos outros problemas do mundo”.

Para António Guterres, houve um retrocesso no respeito aos princípios fundamentais. Ele apontou questões como emergência climática, mau uso da tecnologia, cujas respostas, se encontram nos princípios fundamentais.

O líder das Nações Unidas considera tais princípios inatos ao ser humano, e citou deveres similares que existem em preceitos como dos vedas hindus, dos ensinamentos de Confúcio na China, da Bíblia e do Corão.

Guterres acredita que o desrespeito e o desdém pelos direitos humanos observados em todo o mundo como são um alerta. No caso da Ucrânia, ele declarou que a invasão russa desencadeou as violações mais massivas dos direitos humanos que são testemunhadas no mundo atual. Como exemplos indicou registros de “morte, destruição e deslocamento generalizados”.

O secretário-geral ressaltou que houve progressos no século passado, mas alertou que agora, “em vez de o avanço continuar, retrocedeu”.

Ao assumir a tribuna, o alto comissário de Direitos Humanos da ONU, Volker Turk, alertou que 75 anos depois que o mundo concordou com a universalidade dos princípios, “a opressão do passado pode retornar em vários disfarces”.

O presidente da Assembleia Geral também citou a guerra entre crises interconectadas como Covid-19, a marginalização da mulher, a emergência climática e a erosão de confiança no sistema multilateral.

A ONU avalia progressos no século passado, mas alerta que agora, em vez de o avanço continuar, o mundo retrocedeu no respeito aos direitos humanos. Csaba Korosi recomenda que perante esta realidade, os governos deem um passo atrás e reconheçam que estas crises são humanas.

O líder do principal órgão deliberativo da ONU espera que ao se confrontar a crise de confiança, a prioridade seja o Estado de Direito e que a via da transformação para sociedades e instituições seja baseada no respeito aos direitos humanos.

DESABAMENTO

# Novo terremoto atinge a Turquia e derruba mais prédios

Três semanas após o terremoto que destruiu parte do sudeste da Turquia e do noroeste da Síria, e que deixou mais de 50 mil mortos nos dois países, um novo tremor, de magnitude 5,6, atingiu a Turquia na segunda-feira, 27. O epicentro do novo tremor aconteceu em Yesilyurt, na região de Malatya, no leste, também afetado pelo terremoto de 6 de fevereiro. Segundo o prefeito da cidade, Mehmet Cinar, mais prédios desabaram, mas não havia registro de vítimas.

Desde a catástrofe, mais de 6.000 tremores secundá-

rios foram registrados. A magnitude do novo terremoto foi de 5,7 graus, de acordo com o Centro de Pesquisas Geológicas dos Estados Unidos (USGS), que monitora terremotos em todo o mundo em tempo real. Já o Centro Sismológico Euro-mediterrâneo fala de magnitude 5,5.

Nos dois casos, a força do tremor é significativamente menor que a do terremoto do dia 6 de fevereiro, que alcançou magnitude 7,8 e é um dos piores da história da região e destruiu milhares de prédios e cidades na região central da

Turquia e no norte da Síria.

O novo tremor aconteceu com a região central da Turquia ainda praticamente sob escombros e tentando achar um caminho para a reconstrução de cidades inteiras. Mais de 173 mil prédios foram total ou parcialmente destruídos só na Turquia, segundo o governo.

O presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, muito criticado pela resposta lenta, tem culpado construtoras de edifícios, que não seguiam os protocolos antiterremoto, pela destruição. Na segunda-feira, o governo afirmou que mais 184 pessoas

suspeitas de não cumprir com os protocolos foram presas.

A Turquia concluiu na semana passada as operações de resgate em quase todas as províncias após o terremoto que atingiu o país e a Síria. As buscas serão mantidas apenas nas duas províncias mais atingidas pelo tremor que deixou mais de 46.000 mortos apenas na Turquia.

As autoridades não informaram o número de pessoas que ficaram desabrigadas após os terremotos. O presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, havia dito na terça-feira pas-

## COBRANÇA

# Governo confirma a reoneração dos impostos sobre combustíveis

O modelo em discussão prevê uma oneração maior do combustível fóssil no País, como a gasolina, do que do biocombustível, como etanol, que é ambientalmente mais sustentável

**A** assessoria do Ministério da Fazenda informou na segunda-feira que está confirmada a reoneração completa do PIS/Cofins sobre gasolina e etanol. A modelagem da cobrança, com percentual definido sobre cada item ainda não foi informada, mas a pasta garantiu que não haverá perda de arrecadação e os R\$ 28,9 bilhões de aumento de receitas estão garantidos.

De acordo com a assessoria, o modelo em discussão prevê uma oneração maior do combustível fóssil, como a gasolina, do que do biocombustível, como etanol, que é ambientalmente mais sustentável.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve falar com a imprensa sobre o assunto após a reunião do secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, com o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

Galípolo foi para o Rio de Janeiro para discutir justamente a reestruturação tributária e os percentuais de cobrança sobre gasolina e álcool.

A decisão de reonerar os impostos representam uma vitória a Haddad, que vinha enfrentando um processo de "fritura" pela ala política do governo.

Aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendiam a prorrogação da desoneração dos impostos federais sobre gasolina e etanol para evitar um repique na inflação e uma eventual perda de popularidade do chefe do Executivo.

Em manifestações públicas nos últimos dias, o PT e líderes da legenda no Congresso fizeram coro contra a retomada da cobrança de impostos federais nos combustíveis e por uma nova política de preços para a

Petrobras. A pressão petista atinge em cheio o principal ministro da legenda na Esplanada. O titular da Fazenda, que defende a reoneração. E, por tabela, o presidente da Petrobras, o também petista Jean Paul Prates.

Lula deve arbitrar a decisão, que tem de ser tomada até a próxima terça-feira, quando termina o prazo da isenção do PIS/Cofins para gasolina e álcool. O tamanho do ministro da Fazenda no governo será medido até lá. A equipe econômica argumenta não haver espaço fiscal para a manutenção da desoneração sobre combustíveis. A prorrogação da medida custaria R\$ 28,8 bilhões aos cofres públicos até o fim do ano. Haddad, que declarou no discurso de posse ser o "patinho feio" da Esplanada, corre o risco de fazer valer sua profecia e colher sua terceira derrota em dois meses.

No fim do ano passado, o ministro brigou pelo fim da isenção de PIS/Cofins sobre gasolina e álcool, mas foi vencido pelo núcleo político. No dia 1º de janeiro, Lula prorrogou a medida por dois meses. Outra derrota sofrida pelo ministro foi em relação à correção da tabela do Imposto de Renda. Haddad defendia a adoção da medida em 2024. Lula, porém, anunciou agora a correção, juntamente com o reajuste do salário mínimo para R\$ 1.320, em maio.

Nas duas ocasiões os movimentos de Lula foram antecipados em posts da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, no Twitter. Enquanto Haddad representava o Brasil no encontro do G-20, na Índia, Gleisi e outros líderes petistas recorreram às redes sociais para minar a ideia de reoneração, que, na prática, significa aumento no preço dos combustíveis na bomba. O temor de setores do PT e da ala política do governo é de que a alta dos pre-



A decisão de reonerar os impostos representam uma vitória a Haddad, que vinha enfrentando um processo de "fritura"

ços no primeiro ano de governo possa atingir fortemente a população de Lula e reacender a polarização radical da política nas ruas e no Congresso.

Recentemente, a presidente do PT escreveu: "Não somos contra taxar combustíveis, mas fazer isso agora é penalizar o consumidor, gerar mais inflação e descumprir compromisso de campanha". Era uma resposta à entrevista do número dois de Haddad ao Estadão, Gabriel Galí-

polo, na qual ele defendeu a reoneração. Pela proximidade com Lula, o que Gleisi manifesta é lido na política como recado do próprio presidente.

Num efeito cascata, o líder do PT na Câmara, o deputado Zeca Dirceu (PR), endossou a mensagem da presidente do PT. "A prorrogação da desoneração deve seguir, na busca de não afetar o bolso da população", afirmou também na rede social. O deputado Jilmar Tatto (PT-SP),

secretário nacional de comunicação no PT, emendou, no Twitter, contra "o fim imediato da desoneração dos combustíveis".

A redução dos preços virou bandeira do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que demitiu três presidentes da Petrobras e promoveu a desoneração para conter a alta, numa jogada que acabou virando uma dor de cabeça para seu sucessor e rival.

Na segunda-feira, 27, Lula teve uma reunião às 10h no Palá-

cio do Planalto com Haddad, o presidente da Petrobras e o ministro da Casa Civil, Rui Costa. Este último representa a ala política. Até agora, o chefe do Executivo assiste em silêncio à fritura de Haddad e de Jean Paul Prates promovida publicamente pelo PT. O estilo de deixar a divergência vir a público para que ele arbitre é o mesmo que marcou os outros dois mandatos do petista. Desta vez, contudo, a agenda de Lula reforça que ele tem dado mais espaço para a ala política do governo.

Em quase dois meses de gestão, Lula teve 83 reuniões privadas com ministros da área política ante 14 com os da ala econômica. E há ministros desse último grupo que nem sequer foram recebidos, como Simone Tebet (Planejamento). O presidente esteve 33 vezes sozinho com o chefe da Casa Civil, o petista Rui Costa, e 11 vezes com Haddad.

As críticas do PT não avançam para um pedido de troca de Haddad ou do presidente da Petrobras. Tema que não está também na agenda do Planalto, ao menos por enquanto. Seja porque a mudança em pouco tempo de governo provocaria um desgaste para Lula, seja pela falta de alternativa. Com R\$ 80 mil de salário no BNDES, ante os R\$ 39 mil brutos pagos a Haddad, o economista Aloizio Mercadante já está adaptado ao Rio.

Razão pela qual o discurso para preservar Haddad numa eventual nova derrota já está sendo construído. "Quando aprovou a PEC da Transição para reajustar o salário mínimo era política de governo e do ministro da Fazenda também. Não dá para falar: quando é benéfico, é o governo. Quando é ruim, é o ministro da Fazenda", afirmou Tatto, que foi secretário de Haddad.

e na Câmara para afinar o posicionamento sobre a reforma tributária, que será um dos primeiros testes de governabilidade de Lula no Congresso.

"Não temos nenhum tipo de alinhamento (com o governo Lula), mas as questões institucionais se sobrepõem a essas questões político-partidárias", declarou o governador do Amazonas. Lima disse ainda que tem mantido boas relações com o governo federal em relação a pautas caras ao Estado, como reforma tributária, Zona Franca de Manaus e questões de fronteira e ambientais.

Articulador político do Planalto, Padilha não admite relação direta entre o contato do Planalto com governadores e uma ponte com os senadores de oposição. Para ele, no entanto, a "reabilitação do ambiente institucional" ajuda a criar um bom clima no Congresso (mais informações nesta página). Segundo Padilha, a meta é construir uma "agenda comum" com governadores e prefeitos.

Com Bolsonaro, governadores, mesmos em campos políticos opostos, se uniram, especialmente na pandemia de covid-19. João Doria (São Paulo) e Flávio Dino (Maranhão), por exemplo, costumavam trocar elogios quando o assunto era o enfrentamento da crise sanitária.

Depois dos ataques radicais de 8 de janeiro, em Brasília, Lula também usou a ocasião para criar vínculos com governadores de oposição. O governo federal trabalha para institucionalizar a criação do Conselho da Federação, no qual entidades municipais, governos estaduais e União terão assento.

## CONVIVÊNCIA PACÍFICA

## Lula aproveita ponte com governadores para tentar debilitar oposição no Senado

O governo federal intensificou os gestos de aproximação com governadores, especialmente os de oposição, na tentativa de reforçar a construção de sua base de apoio no Congresso. O diálogo estabelecido com os chefes das Executivos estaduais, além de melhorar a relação federativa, também contribui para os interesses do Palácio do Planalto no Senado.

Dos 16 senadores que se elegeram em 2022 com apoio de Jair Bolsonaro (PL), pelo menos sete se mostraram alinhados aos governadores eleitos ou reeleitos também graças à força do bolsonarismo no ano passado. É o caso do governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que concorreu tendo o ex-ministro Marcos Pontes (PL) como candidato ao Senado na chapa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem aproveitado oportunidades de diálogo institucional com opositores políticos. A ação conjunta com Tarcísio no socorro às vítimas das áreas afetadas pelas chuvas no litoral norte de São Paulo é um exemplo recente. "Essa parceria que estamos fazendo é uma fotografia boa para o nosso país", disse Lula, ao solicitar uma aproxima-

ção com o governador.

Na lista dos governadores de oposição que agora acenam ao governo Lula está Ronaldo Caiado (União Brasil), de Goiás. "É extremamente importante essa convivência pacífica e respeitosa ao resultado das urnas. Eu, quando governador de Goiás, tive o apoio de 14 prefeitos e governei com 246. Nunca discriminei alguém por não ter tido apoio dele. Essa é a maneira republicana de governar. O Estado não sobrevive sem que haja participação conjunta com o governo federal", disse Caiado na semana passada, após se reunir com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Analistas e políticos avaliam que a relação estreita com os governadores pode resultar em ganhos efetivos para a governabilidade do Planalto.

Os senadores representam, no Congresso, o interesse dos Estados. E é no Senado que Lula deve encontrar um dos maiores focos de resistência à sua agenda política. A recondução do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) à presidência da Casa significou uma vitória para o governo, mas o placar da votação mostrou que o presidente terá uma base de sustentação

## REFORÇO

## Presidente recebe dose de vacina bivalente contra o coronavírus

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu na segunda-feira dose da vacina de reforço contra a covid-19 aplicada pelo vice-presidente, Geraldo Alckmin, que é médico. A imunização ocorreu em um posto de saúde no Guará, região administrativa do Distrito Federal. O presidente tomou a vacina bivalente da Pfizer. Além do presidente, três populares também tomaram o imunizante.

A dose de reforço tomada por Lula ocorreu em ato de lançamento da Mobilização Nacional pela Vacinação. A iniciativa prevê ações para ampliar as coberturas de todas as vacinas disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS). Nesta primeira etapa, a imunização contra a covid-19 terá reforço para

os grupos prioritários em todo o País.

Além de Lula e Alckmin, estiveram presentes a ministra da Saúde, Nísia Trindade, a primeira-dama, Janja da Silva, a governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macedo, e o senador Nelsinho Trad (PSD-MS). Ao ser anunciada no palco, Celina foi vaiada pela população que estava no evento.

O evento representa a intensificação da campanha de imunização contra a doença, que se tornou foco de embate e polarização na campanha presidencial entre Lula e o ex-presidente Jair Bolsonaro. Durante o governo, o ex-chefe do Executivo teve falas de desobrigação do uso de máscara.

apertada no Senado para aprovar reformas. Os 49 votos destinados a Pacheco são o número cravado de senadores necessários para aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), por exemplo.

"Uma vez que o governo federal mantém estreitamento

com os partidos, está considerando pontes com senadores. Quando constrói com governadores, está construindo com senadores, com deputados", afirmou o governador do Amazonas, Wilson Lima (União Brasil), que foi apoiador de Bolsonaro.

"O parlamentar que está em Bra-

sília e é do Amazonas vai defender os interesses do Estado, e não tem como os pleitos não passarem pelo governo. São situações que intrinsecamente ligadas."

Junto com o senador Omar Aziz (PSD-AM), Lima pretende organizar uma reunião com a bancada do Estado no Senado

ATOS GOLPISTAS

**Cármem Lúcia diz que janeiro foi tempestuoso para o Supremo**

A ministra Cármem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), se manifestou publicamente pela primeira vez na segunda-feira, 27, sobre os atos golpistas do dia 8 de janeiro, quando bolsonaristas radicais invadiram e depredaram os prédios da Praça dos Três Poderes.

Ela disse que o mês de janeiro foi 'tempestuoso' para os ministros do STF e chamou de 'criminosos' os protestos antidemocráticos. "Apesar de tudo, vale muito a pena o Brasil", afirmou.

A declaração foi dada em uma aula magna para professores e alunos do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A palestra foi no Teatro Tuca, em Perdizes, palco de manifestações contra a ditadura militar nos anos de chumbo da repressão.

Diante do auditório lotado, a ministra falou sobre memórias que ela própria viveu durante o regime militar e lembrou as vidas perdidas para a repressão.

"Eu fiz prova de Direito Constitucional com o Congresso fechado em abril de 1977. É algo que só quem sentiu é capaz de descrever. Não haver liberdade é perder um pouco ou muito de si mesmo", contou.

Cármem Lúcia repetiu que a democracia é um 'direito fundamental' imprescindível para o exercício de todos os outros direitos previstos na Constituição. "Nosso compromisso é que a democracia prevaleça no Brasil para que a gente seja capaz de se reconstruir", afirmou.

A ministra também pregou o cumprimento intransigente do texto constitucional. Ela disse que a Constituição de 1988 é a garantia de uma 'democracia institucionalizada', que segundo a ministra precisa ser 'respeitada' e 'aprofundada'.

"Toda Constituição tem defeito. Não significa que ela seja intocável, mas significa que, enquanto ela vigorar, ela tem que ser cumprida. Dizia Ulysses Guimarães: 'criticar sim, divergir sim, descumprir jamais'. E por isso vinha a frase: 'traidor da Constituição é traidor da pátria'. Ela foi uma conquista do povo brasileiro para estabelecer uma democracia para o Brasil, uma democracia necessária", defendeu.

Sensível a temas ligados aos direitos humanos, a ministra disse que é impossível não se 'indignar' com a fome no Brasil. A desigualdade foi classificada por ela como o maior desafio atual do País.

"Somos um povo de muitas humanidades e também de muitas, enormes desumanidades", afirmou. "Nós temos que trabalhar permanentemente pela igualdade. Somos desiguais porque não temos as mesmas oportunidades."

O tema da aula foi 'O Direito e o País que queremos em 2023'. A resposta da ministra foi um Brasil em que todos os cidadãos tenham a 'oportunidade de receber informação precisa'. "A mentira é planejada e tem um objetivo: desinformar", comentou sobre as redes organizadas na internet para espalhar fake news.

Cármem Lúcia foi a segunda mulher a ocupar uma cadeira no STF. Ela foi nomeada no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que terá que indicar mais dois ministros para as vagas abertas com as aposentadorias de Ricardo Lewandowski e Rosa Weber, ambas em 2023. Se o presidente não indicar outra mulher, Cármem Lúcia será a única representante feminina na composição da Corte.

"Há pouco tempo uma autoridade me dizia: 'você (mulheres) ficaram invisíveis e silenciosas'. Não senhor. Nós fomos invisibilizadas e silenciadas e estamos ainda hoje lutando por isso, como os negros, como os gays, como os indígenas, como os deficientes, como todos os que são distintos por uma decisão de um grupo que acha que é melhor do que os outros e, portanto, são humanos de primeira classe e nos deixam em outra categoria", criticou.

ENTREVISTA

FLÁVIO DINO, Ministro da Justiça

# Dino: dificuldade pode abrir espaço para golpe



Flávio Dino: "esse ethos golpista, terrorista, do vale tudo, continua aí, num estado de latência, eu diria. Ele pode emergir de novo? Em curto prazo, não creio"

**Os grupos extremistas estão voltando a se organizar nas redes sociais. Há receio de que esse movimento cresça quando Bolsonaro retornar ao Brasil?**

Esse ethos golpista, terrorista, do vale tudo, continua aí, num estado de latência, eu diria. Ele pode emergir de novo? Em curto prazo, não creio. Mais adiante, acho que a chave está nas nossas mãos. A pergunta é: o governo Lula vai melhorar a vida do povo brasileiro? Se a resposta for sim, o golpismo tende a ser uma força declinante. Se o governo enfrentar dificuldades no resultado, aí abre espaço para a emergência do golpismo.

**Como?**

Basta você olhar, por simetria, o que acontece nos Estados Unidos. É quase um efeito rebote, um eco. Essa extrema direita brasileira age quase como espelho do que se dá nos Estados Unidos. Assim como eles estão tentando retomar o espírito do Capitólio com Trump, eles vão tentar retomar o espírito de 8 de janeiro com Bolsonaro. Terão espaço social? Hoje, não têm. Mais adiante, depende do desempenho do governo.

**Principalmente da economia, não é?**

Da economia, do social, da capacidade de distensionar relações, da cultura cívica. De uma forma geral, o governo deu boas respostas aos desafios que foram postos. Estamos atentos.

**A investigação vai pegar a cadeia de comando dos atos golpistas de 8 de janeiro? Até agora os presos são os executores**

Não só. Tem algumas pessoas da cadeia de comando. O Anderson Torres (ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal) está preso. Sobre ele pesam acusações de que era um desses elos de comando.

**Esse núcleo chega aos militares?**

A Polícia Federal fez uma petição ao Supremo Tribunal

**Um mês e meio depois dos ataques às sedes dos três Poderes, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que o golpismo no Brasil "sofreu uma derrota, mas não foi extinto". Ele afirmou que, se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tiver problemas na economia, os atos antidemocráticos podem voltar à cena. "A pergunta é: o governo Lula vai melhorar a vida do povo brasileiro? Se a resposta for sim, o golpismo tende a ser uma força declinante. Se o governo enfrentar dificuldades no resultado, aí abre espaço para a emergência do golpismo", argumentou Dino. O ministro revelou que um dos presos ainda em dezembro estava recebendo instruções para dar um tiro de fuzil no dia da posse de Lula, em 1º de janeiro, e comparou a extrema direita do Brasil ao movimento nos Estados Unidos. "Assim como eles estão tentando retomar o espírito do Capitólio com (Donald) Trump, vão tentar retomar o espírito de 8 de janeiro com Bolsonaro", disse Dino, numa referência ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está nos EUA há quase dois meses.**

Federal que pede diligências em relação a militares. Foi ouvido um policial federal que responsabilizou militares da ativa. Estavam no Palácio do Planalto, no dia 8 de janeiro. A PF me consultou e disse: "E agora?" Bom, a gente não vai fingir que isso não existe. O assunto foi submetido ao relator, o ministro Alexandre de Moraes. A priori, a competência sobre militares é da Justiça Militar.

**Há no governo uma polêmica sobre isso, com potencial para se transformar em foco de tensão com o ministro do STF Alexandre de Moraes. Quem deve julgar?**

A princípio, a Justiça Militar. Mas, se há crimes comuns, é possível separar. Deixa os crimes militares na Justiça Militar e os que não estão previstos no Código Penal Militar no Supremo, por conexão.

**O presidente Lula está sob ameaça real?**

Claro que hoje os cuidados são sempre maiores. Esse cidadão que está preso, da bomba do aeroporto no dia 24 de dezembro (George Washington de Oliveira Sousa), estava fazendo treino e obtendo instruções de como dar um tiro de fuzil de longa distância. Há um diálogo em que ele procura informações de qual o melhor fuzil, qual a melhor mira para tantos metros de distância.

**Não fala o nome de Lula, mas dá a entender...**

moderador. Ele respondeu: "Só uma hermenêutica de baioneta para dizer isso". Se quiserem mexer para deixar mais claro, têm meu apoio, mas o 142 não admite a hermenêutica da baioneta. Agora, retirar totalmente a GLO me parece um pouco demais. Ela pode ter utilidade em crimes ambientais, por exemplo. Já a ocupação dos cargos civis pelos militares, para mim, é inconstitucional.

**O sr. tem defendido a regulação das redes sociais. Acha que essas plataformas podem se tornar ameaça à democracia?**

Elas são uma ameaça à democracia pela ausência da regulação. É como energia nuclear: salva vidas e também mata pessoas.

**Sua proposta para endurecer a lei contra as mídias sociais pode ser incorporada ao projeto das fake news, que estende a imunidade parlamentar para plataformas online. O sr. Concorda?**

Eu sou contra. A imunidade, na Constituição, é restrita a opiniões, palavras e votos. Alguém vai dizer: "Mas hoje os mandatos são exercícios na internet". O problema é que esses mandatos não estão no escopo da proteção constitucional. O projeto (das fake news) vai muito além. Espero que esse conteúdo não seja aprovado. Se for, acho que o Supremo Tribunal Federal vai voltar a uma interpretação mais restritiva, a do abuso da imunidade parlamentar. Uma coisa é imunidade para fiscalizar; outra é para cometer crimes, ameaçar ministros do Supremo, coisas que aconteceram no Brasil.

**Quais os próximos passos da PF para evitar que garimpeiros retornem à terra indígena Yanomami?**

Se você disser para o cara: "Irmão, essa atividade vai ser legalizada e você vai ganhar um dinheiro de modo legal, lícito, sem risco de ser preso", o cara topa. A abordagem policial não pode ser a única para o problema da Amazônia. Trata-se de região onde há os piores indicadores sociais do Brasil.

ESTADIA

**Marinha do Brasil contraria EUA e autoriza navios iranianos**

A Marinha do Brasil autorizou, em decisão publicada no Diário Oficial da União na última quinta-feira, 23, que dois navios de guerra iranianos atracassem no porto do Rio de Janeiro. A estadia teve início neste domingo, 26, e os militares iranianos devem ficar na cidade até o dia 4 de março. A autorização concedida pelo Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, Carlos Eduardo Horta Arentz, contraria solicitação dos Estados Unidos para que não fosse permitida a entrada das embarcações militares em território brasileiro.

A embaixada americana no Brasil declarou preocupação por parte dos Estados Unidos sobre tal presença no Brasil e afirmou que, no passado, os navios iranianos facilitaram ações terroristas e comércio ilícito na região. Em entrevistas a jornalistas em Brasília, a embaixadora Elizabeth Bagley ainda destacou que, apesar da soberania do Brasil em decidir, "nenhum país" deveria autorizar a ancoragem das embarcações.

A movimentação das embarcações iranianas vem causando atrito na relação Brasil-Estados Unidos desde a decisão do governo brasileiro em adiar a ancoragem de ambos os navios no País, um dia antes da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Casa Branca.

Em nota, o congressista Michael McCaul, do Comitê de Relações Exteriores da Câmara dos EUA, avaliou como "totalmente inaceitável" a decisão do governo Lula. Segundo ele, o correto seria proibir a entrada das embarcações militares.

POPULISMO

**Appio diz que não vai ser o covão da Lava Jato**

O juiz Eduardo Appio, de 53 anos, assumiu neste mês a cadeira ocupada pelo agora senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) no auge da Operação Lava Jato. Ele é o novo titular da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, onde ainda tramitam cerca de 240 procedimentos penais derivados das investigações da maior operação de combate à corrupção da história do País.

As ações da Polícia Federal para prender políticos e empresários influentes escassearam. A força-tarefa de procuradores foi extinta em 2021 e o apoio popular massivo se diluiu em meio a acusações de parcialidade dos investigadores.

Os processos que tramitam hoje em Curitiba correspondem a 40% do acervo original da operação. O restante foi enviado para a Justiça Eleitoral ou para outros Estados, por força de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), o que na prática vem atrasando o desfecho das ações, que precisaram ser retomadas do início.

"Há risco concreto de prescrição. Essa é a razão maior da minha preocupação", disse Appio. "Tem muita gente interessada no arquivamento desses processos e que seja um Caso do Banestado 2."

A equipe do gabinete também está menor: são 11 servidores, incluindo o juiz titular, que vem pedindo reforços ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). Apesar do cenário, Appio tomou como missão fazer a operação 'sobreviver'. "A Lava Jato na minha mão não vai morrer, não vou ser o covão oficial da Lava Jato, de forma alguma. Eu não aceito esse papel histórico."

O perfil do novo juiz da Lava Jato contrasta com o do seu antecessor, Sérgio Moro, a quem atribuiu um "populismo judicial".

## FLUXO MIGRATÓRIO

# Tarcísio anuncia decretos de corte do ICMS em São Paulo até 2024

O governador de São Paulo disse que, a partir da concessão do benefício, produtos como medicamentos vão chegar a preços mais baixos ao consumidor e as indústrias vão faturar mais

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), assinou na segunda-feira, 27, decretos que, entre benefícios novos ou renovados, reduzem a carga tributária de empresas paulistas até 31 de dezembro de 2024. O impacto é estimado em R\$ 850 milhões, mas o governo estadual entende que esse custo será compensado por ganhos de arrecadação decorrentes do impulso da medida à atividade.

“Devemos ver perda de arrecadação num primeiro momento, quando você dá o benefício, mas também uma indução de atividade muito forte, e isso tende a gerar um aumento de arrecadação”, declarou o governador ao anunciar os decretos à imprensa.

O pacote prevê isenção ou redução de base de cálculo do ICMS, assim como créditos e diferimento da cobrança do tributo estadual de uma série de produtos. A lista inclui, entre outros, bebidas à base de leite, máquinas de construção, embalagens metálicas e medicamentos destinados ao tratamento de fibrose cística, que passam a ficar isentos de ICMS.

O governador de São Paulo disse que os decretos representam uma “proteção” contra a perda de empresas para estados que oferecem melhores condições tributárias. Com isso, o objetivo é equiparar o ICMS paulista com o de outros entes da Federação. “A gente tem que interromper o fluxo migratório de indústrias, que subtrai empregos”, afirmou Tarcísio.

Ele acrescentou que, a partir da concessão do benefício, produtos como medicamentos vão chegar a preços mais baixos ao consumidor, as indústrias vão faturar mais e, como consequência, a arrecadação do Estado



Tarcísio: esse é um ato em prol da indústria. Estamos acionando todas as alavancas disponíveis para promover o desenvolvimento. A nossa caminhada vai ser no sentido de promover a reindustrialização”

vai aumentar. O saldo final, portanto, será positivo, na avaliação do governo.

“Se a indústria for mais competitiva, e a redução de carga tributária é um componente importante, a gente vai ver mais dinheiro sendo investido”, acrescentou Tarcísio.

“Esse é um ato em prol da indústria de São Paulo. Estamos acionando todas as alavancas disponíveis para promover o desenvolvimento no Estado. A nossa caminhada vai ser no sentido de promover a reindustrialização do Estado e de promover a competitividade da indústria paulista. Nossa expectativa é que a renúncia, mesmo que em um primeiro momento leve a uma redução de arrecadação, alavanque os investimentos no Estado, com a geração de emprego e renda”, destacou o governador.

Os benefícios – alguns reno-

vados e outros concedidos pela primeira vez – têm potencial para promover novos investimentos e gerar uma ampla oferta de empregos. A medida também reverte os efeitos do ajuste fiscal implementado em 2020, que havia reduzido os benefícios fiscais em razão da pandemia.

O governador de São Paulo voltou a defender a privatização do Porto de Santos, no litoral paulista, como o caminho para levar prosperidade à região. “Quero privatizar o Porto de Santos porque isso é a diferença entre prosperidade e pobreza na Baixada Santista”, declarou.

Além de enfatizar os benefícios que a privatização traria para a competitividade do porto, Tarcísio, ao defender a privatização, comentou que a Baixada Santista se tornou pobre, com a habitação marcada pela presença de casas de palafitas, e comandada

pelo crime organizado.

Ao citar o desenvolvimento econômico entre os pilares de seu governo, ele apontou a necessidade de o Estado atrair investimentos em energia, uma vez que traz de fora 70% do que consome. “São Paulo tem que ser locomotiva e não uma Maria Fumaça”, disse.

O governador frisou ainda que a qualificação da mão de obra não pode depender apenas de serviços mantidos pela indústria, casos de Sesi e Senai. Nesse sentido, assinalou que o governo estadual vai “apostar muito” na capacidade do setor público para fazer o Estado crescer.

O secretário de Parcerias e Investimentos do Estado de São Paulo, Rafael Benini, disse ainda que os estudos para a privatização da Sabesp ficarão prontos até março. Ele destacou que a

ideia da sua secretaria não é trazer dinheiro para São Paulo, mas cuidar da Parcerias Públicas Privadas (PPPs).

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse que desigualdades no Estado serão combatidas com incentivos regionais. “Desigualdades regionais, vamos tratar com incentivos regionais”, declarou.

Apesar do contexto de baixo crescimento econômico no País, Tarcísio disse estar otimista com o desenvolvimento de São Paulo. Ele aproveitou ainda para elogiar a atuação dos secretários de seu governo durante a tragédia provocada pelo temporal no litoral norte de São Paulo, que deixou 65 mortes.

Segundo Tarcísio, o perfil técnico do secretariado, ao contrário do que aconteceria se as indicações fossem políticas, permitiu um melhor atendimento da

população em meio ao caos das chuvas.

O secretário afirmou também que há 1.800 quilômetros de estradas para conceder à iniciativa privada em São Paulo.

Benini disse que o governo do Estado de São Paulo vai retomar as concessões de estradas no Litoral para evitar interrupções de rodovias na região, como as que aconteceram este ano em decorrência das chuvas. “A Mogi-Bertioga todo ano tem problemas. Passando isso para a iniciativa privada a gente acredita que resolve este problema”, disse.

Benini destacou ainda que a Secretaria tem também um grande projeto de mobilidade urbana e citou a linha 19 da CPTM e as linhas 10 e 14 do Metrô. “Pretendemos levar o Metrô para fora de São Paulo”, disse Benini.

## ESCASSEZ DE PROFISSIONAIS

# Campinas enfrenta sobrecarga nos leitos para recém-nascidos

Campinas, no interior paulista, tem enfrentado sobrecarga nos leitos para atendimento de recém-nascidos, segundo a prefeitura do município. Desde o segundo semestre de 2021, o hospital da Universidade Estadual de Campinas (Caism - Unicamp) está em reforma o que, segundo a administração municipal, tem pressionado o atendimento em outras instituições.

A unidade de terapia intensiva (UTI) da Maternidade de Campinas, hospital filantrópico da cidade, está com mais da metade dos leitos interditados pela Vigilância Sanitária devido a falta de médicos. Das 36 vagas disponíveis na UTI do hospital, 20 não podem ser utilizadas pela carência de profissionais de saúde.

A maternidade foi multada na última sexta-feira (24) por manter 31 bebês na UTI. O hospital diz que as crianças foram mantidas na unidade porque não foram disponibilizados outros leitos na rede do Sistema Único de Saúde (SUS) para receber os pacientes. “Por princípio ético, moral e legal,



A UTI da Maternidade de Campinas, hospital filantrópico da cidade, está com mais da metade dos leitos interditados pela Vigilância Sanitária

as gestantes e os bebês receberem todo o atendimento médico adequado e necessário aos recém-nascidos, prematuros, que precisaram ser internados na Unidade de Terapia Intensiva, mesmo com o número de leitos ocupados sendo superior ao determinado pela Vigilância Sanitária”, diz a nota da maternidade.

Segundo a prefeitura de Campinas, gestantes com risco de parto prematuro têm sido encaminhadas para o Hospital da Pontifícia Universidade Católica e para o Caism da Unicamp. De acordo com a administração municipal, a quantidade de leitos disponíveis no município atende ao estipulado pelo Ministério da Saúde

e pela Sociedade Brasileira de Pediatria.

A prefeitura disse, em nota, que vai solicitar à Secretaria Estadual de Saúde a ampliação urgente dos leitos neonatais no Hospital de Sumaré, município da Região Metropolitana de Campinas, para garantir o atendimento à população.

A prefeitura de Campinas

investiga a suspeita de que três bebês morreram na Maternidade de Campinas por diarreia. O hospital reconhece que enfrentou um surto da doença entre os dias 6 e 9 de fevereiro. Mas, segundo a instituição, o problema foi controlado e não há ligação com a morte do recém-nascido ocorrida na última quinta-feira (23).

Em nota, a maternidade destaca que são atendidos na unidade bebês em risco. “A UTI Neonatal atende recém-nascidos a partir de 390 gramas, com malformações e outras comorbidades, sendo referência para prematuridade extrema”. Sobre os outros dois casos, ainda são aguardados os resultados dos exames laboratoriais.

A maternidade diz que a falta de profissionais para manter o adequado funcionamento da UTI acontece devido a escassez de profissionais no mercado e às dificuldades financeiras enfrentadas pela instituição. O hospital entrou em recuperação judicial em agosto do ano passado.

O hospital filantrópico afirma que teve a situação financeira agravada com a pandemia de covid-19 que “acarretou um grande aumento das despesas e impactou na receita proveniente dos convênios privados e particulares”. Segundo a maternidade, 60% dos atendimentos são feitos pelo SUS, mas, apenas 40% das receitas chegam pela rede pública.

A maternidade faz 750 partos por mês, sendo 60% deles pelo SUS. A unidade tem mil funcionários diretos e 600 indiretos.

A instituição, que tem 109 anos de existência, lançou uma campanha de arrecadação para tentar equilibrar as contas.





Prudential

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40

Página  
1/8

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

Aos Senhores Acionistas

De acordo com a legislação vigente, incluindo os pronunciamentos técnicos aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), enviamos as Demonstrações Financeiras da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. ("Seguradora", "Companhia", "Prudential do Brasil" ou "Prudential"), relativas ao exercício de 2022, acompanhadas dos Relatórios do Auditor Independente, da Auditoria Atuarial Independente e do Relatório Resumido do Comitê de Auditoria.

A Prudential do Brasil, maior seguradora independente do país no ramo de seguros de pessoas, registrou no acumulado do ano de 2022 um crescimento de 21% em prêmios em relação ao ano de 2021, atingindo o montante de R\$ 4,1 bilhões.

Esse desempenho está superior ao do mercado, e manteve a Prudential do Brasil no 4º lugar no ranking brasileiro do segmento de seguros de pessoas (dados até dezembro/22), com 79% de participação de mercado em 2022, segundo dados da Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP). No segmento individual, a Prudential ocupa a 2ª posição com 24,3% de participação de mercado no acumulado de 2022. A base de clientes do seguro de vida individual da Companhia chegou a mais de 608 mil apólices em vigor em 31 de dezembro de 2022 e 461 mil segurados. Como consequência, também registrou, em 2022, um crescimento de 15,5% no capital segurado, comparado ao mesmo período de 2021, chegando a mais de R\$ 551,6 bilhões.

INDICADORES

Essa postura diligente também se reflete nos ativos livres na ordem de R\$ 2,4 bilhões e na suficiência de capital de R\$ 474 milhões, números que representam a capacidade da empresa de honrar seus compromissos de longo prazo. Além disso, as provisões técnicas atingiram aproximadamente R\$ 11,9 bilhões em 31 de dezembro de 2022 enquanto os ativos financeiros R\$ 14,2 bilhões.

Consistente com a sua solidez histórica e o perfil de baixo apetite para riscos, o índice de solvência se mantém superior ao exigido pela Susep, obedecendo com muita severidade a uma regra interna da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 a Prudential do Brasil apresentou 176% de solvência.

A Companhia possui capacidade financeira e tem a intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários que estão classificados na categoria "Títulos

Mantidos até o Vencimento", honrando todos os compromissos, sem necessidade de alienar os referidos títulos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648/2021. A Prudential do Brasil já pagou mais de R\$ 1,4 bilhão em benefícios de vida individual ao longo de sua trajetória. Para reiterar a atuação cuidadosa em relação a todos os stakeholders, a Companhia vem adotando medidas extremamente protetivas. A Companhia decidiu pagar os sinistros relativos a COVID-19, mesmo tendo o evento "pandemia", como uma cláusula de exclusão das Condições Gerais. O pagamento pontual desse benefício no exercício de 2022 foi, de R\$ 3 milhões, uma redução de, aproximadamente, R\$ 248 milhões, nos sinistros comparado com o mesmo período de 2021, reduzindo o impacto negativo no resultado da Companhia. O total com despesa de sinistro em 2022 foi de R\$ 466 milhões brutos de resseguro (aumento de R\$ 71 milhões).

MISSÃO E PARCERIA - O SUCESSO DE UM MODELO

A Prudential do Brasil é especializada em seguros de vida. No segmento de vida individual oferece seguros personalizados, com soluções adequadas às necessidades de proteção de cada família, por meio de Corretores Franqueadas - cujos responsáveis técnicos são denominados Franqueados *Life Planner* - e das parcerias comerciais. O modelo de comercialização do seguro de vida individual da Prudential do Brasil oferece um alto padrão de qualidade e serviços de excelência e inclui, ainda, um processo prévio e cuidadoso de análise de subscrição, pelo qual é possível verificar a que fatores de risco o cliente está efetivamente exposto, além de obter informações sobre seu perfil financeiro, promovendo a tranquilidade do segurado e/ou dos beneficiários quanto ao pagamento do benefício e, ainda, a segurança financeira da Companhia.

COMPROMISSO COM A ÉTICA E CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS

Nenhum objetivo de negócio será mais importante do que a fidelidade aos valores e princípios que são a base da nossa Companhia. A ética norteia as relações da Prudential do Brasil tanto interna quanto externamente. Para isso, são disponibilizados canais e ferramentas de comunicação a fim de proporcionar um ambiente íntegro e encorajando todos a agir em forma ética, honesta e imparcial.

PRESENÇA NO PAÍS

Sediada no Rio de Janeiro, a Prudential está presente em 12 cidades brasileiras e no Distrito Federal, por meio de seus 33 pontos de apoio (base 31 de dezembro de 2022),

nas cidades do Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Ribeirão Preto, Campinas, Belo Horizonte, Nova Lima, Uberlândia, Porto Alegre, Curitiba, Goiânia, Recife e Fortaleza.

RECURSOS HUMANOS

Reconhecimentos

O compromisso com a excelência e a busca por auxiliar seus funcionários a alcançar um equilíbrio satisfatório entre vida pessoal e profissional levaram a Companhia a receber reconhecimentos.

PRUDENTIAL FINANCIAL, INC

A Prudential Financial, Inc. (NYSE: PRU), líder em serviços financeiros nos EUA com mais de US\$ 1,3 trilhão de ativos sob sua gestão, em novembro de 2022, possui operações nos Estados Unidos, Ásia, Europa e América Latina. Considerando a expertise em seguros de vida e gestão de ativos, a Prudential Financial está focada em ajudar clientes individuais e institucionais a crescer e proteger seus bens. Nos EUA, nosso símbolo Rock® - o rochedo - é um ícone de força, estabilidade, experiência e inovação que perdura ao longo do tempo.

Prudential Financial, Inc. realiza seus principais negócios por meio de cinco unidades: Unidade de Soluções Individuais nos EUA, Unidade de Soluções Corporativas nos EUA, Unidade de Gestão de Investimentos, Unidade Internacional de Seguros e Unidade de Closed Block. Também são realizadas atividades nas áreas de Operações Corporativas entre outras.

Para obter mais informações, visite [www.prudential.com](http://www.prudential.com).

AGRADECIMENTOS

A Prudential do Brasil agradece aos seus segurados, razão de sua missão e cuidado, por acreditarem na essencialidade do seguro de vida e por confiarem nos nossos produtos de proteção diferenciada, à SUSEP, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (CNSeg) e à Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), por todo o apoio recebido.

Também agradece aos funcionários da Seguradora e aos prestadores de serviços, como reconhecimento pela dedicação e esforço, fundamentais para o sucesso contínuo da Companhia e, em particular, aos corretores franqueados e demais parceiros comerciais, a união de sucesso, a dedicação e a atenção demonstrados aos clientes.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em milhares de reais

	31 de dezembro		31 de dezembro	31 de dezembro	
	Nota	de 2022		Nota	de 2021
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>		<b>2.847.841</b>		<b>2.289.605</b>	
Disponível		39.196		42.534	
Caixa e bancos	5	39.196		42.534	
Aplicações financeiras	6	1.847.223		1.230.518	
Títulos de renda fixa		459.480		121.262	
Quotas de fundos de investimento exclusivos		1.387.743		1.109.256	
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>434.852</b>		<b>351.472</b>	
Prêmios a receber	7	420.523		335.827	
Operações com resseguradoras		13.639		10.305	
Outros créditos operacionais		690		5.340	
Ativos de resseguros - provisões técnicas	8	84.449		22.190	
Títulos e créditos a receber		151.851		353.124	
Créditos tributários e previdenciários	10(a)	131.175		59.802	
Outros créditos	11 (a)	20.676		18.322	
Aumento de capital a ser integralizado	11 (a)	-		275.000	
<b>Empréstimos e depósitos compulsórios</b>		<b>8.469</b>		<b>6.226</b>	
Despesas antecipadas		4.707		4.898	
<b>Custos de aquisição diferidos</b>		<b>277.094</b>		<b>278.043</b>	
Seguros e resseguros	9	277.094		278.043	
<b>Não circulante</b>		<b>14.622.751</b>		<b>11.741.606</b>	
Realizável a longo prazo		14.197.180		11.491.135	
Aplicações financeiras	6	12.399.921		9.814.801	
Títulos de renda fixa		4.459.271		2.079.975	
Quotas de fundos de investimento exclusivo		7.940.650		7.734.826	
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>1.578.394</b>		<b>1.462.653</b>	
Assistência financeira a participantes	11(b)	134.382		132.357	
Créditos tributários e previdenciários	10(b)	910.526		936.919	
Depósitos judiciais e fiscais	12	522.549		373.890	
Outros créditos operacionais	11(b)	10.946		19.487	
<b>Custos de aquisição diferidos</b>		<b>218.865</b>		<b>213.681</b>	
Seguros e resseguros	9	218.865		213.681	
<b>Investimentos</b>	13	<b>242.717</b>		<b>165.248</b>	
Participações societárias		242.717		165.248	
<b>Imobilizado</b>	15	<b>131.845</b>		<b>47.894</b>	
Bens móveis		8.736		8.937	
Bens imóveis		93.363		28.380	
Outras imobilizações		29.746		10.577	
Ativos de direito de uso	14	51.009		37.329	
<b>Total do ativo</b>		<b>17.470.592</b>		<b>14.031.211</b>	
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Contas a pagar		437.691		319.503	
Obrigações a pagar	16	189.685		148.265	
Impostos e encargos sociais a recolher		15.430		10.925	
Encargos trabalhistas		15.051		13.716	
Impostos e contribuições	17	217.525		146.596	
<b>Débitos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>68.181</b>		<b>47.940</b>	
Operações com resseguradoras		68.181		47.940	
<b>Depósito de terceiros</b>	18	<b>8.208</b>		<b>8.272</b>	
Provisões técnicas - seguros	21	454.756		307.288	
Pessoas		125.435		88.040	
Vida individual e vida com cobertura por sobrevivência		329.321		219.248	
<b>Débitos Diversos</b>		<b>10.287</b>		<b>14.369</b>	
Passivos de arrendamento	14	10.287		14.369	
<b>Não circulante</b>		<b>13.447.392</b>		<b>11.072.275</b>	
Contas a Pagar		495		470	
Obrigações a pagar	16	495		470	
Provisões técnicas - seguros	21	11.440.360		9.067.301	
Pessoas		189.813		161.604	
Vida individual e vida com cobertura por sobrevivência		11.250.547		8.905.697	
<b>Outros débitos</b>		<b>1.958.744</b>		<b>1.976.294</b>	
Provisões judiciais	19	1.447.786		1.404.506	
Outras provisões	19	510.958		571.788	
<b>Débitos diversos</b>		<b>47.793</b>		<b>28.210</b>	
Passivos de arrendamento	14	47.793		28.210	
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>3.044.077</b>		<b>2.261.564</b>	
Capital social integralizado		2.618.943		1.796.455	
Aumento de Capital em aprovação	23(a)	500.000		547.488	
Aumento de Capital a integralizar		-		275.000	
Reserva de capital		562		562	
Reserva de lucros	23(c)	100.768		-	
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(176.196)		(207.324)	
Prejuízos acumulados		-		(150.617)	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>17.470.592</b>		<b>14.031.211</b>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Capital Social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Doações e subvenções	Pagamentos a minoritários	Reserva legal	Reserva estatutária			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>1.462.983</b>	<b>233.852</b>	<b>599</b>	<b>(37)</b>	-	-	(29.487)	(16.400)	<b>1.651.510</b>
Aumento de capital:									
Portaria SUSEP nº 216 de 21 de junho de 2021		233.852							
Assembleia Geral Extraordinária de 28 de junho de 2021		-							
Portaria SUSEP nº 453 de 26 de outubro de 2021		99.620							99.620
Assembleia Geral Ordinária de 31 de dezembro de 2021		-	822.488						822.488
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(177.837)	(134.217)	(134.217)
Ajustes com títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	-	(177.837)	(177.837)	(177.837)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.796.455</b>	<b>822.488</b>	<b>599</b>	<b>(37)</b>	-	-	(207.324)	(150.617)	<b>2.261.564</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>1.796.455</b>	<b>822.488</b>	<b>599</b>	<b>(37)</b>	-	-	(207.324)	(150.617)	<b>2.261.564</b>
Aumento de capital:									
Portaria SUSEP nº 696 de 13 de abril de 2022		822.488							
Aumento de capital aprovado conforme Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 2022		-	500.000						500.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.038	95.730	31.128	251.385	500.000
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	-	-	(5.038)	-
Constituição de reserva estatutária		-	-	-	-	-	-	(95.730)	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.618.943</b>	<b>500.000</b>	<b>599</b>	<b>(37)</b>	<b>5.038</b>	<b>95.730</b>	<b>(176.196)</b>	<b>-</b>	<b>3.044.077</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Atividades operacionais	Nota	31 de dezembro	
		de 2022	de 2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		251.385	(134.217)
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações de imobilizado	15	17.610	14.238
Depreciações e amortizações de arrendamento	14	15.525	17.892
Provisão de ajuste de preço de aquisição de controlada		-	(2.294)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	1.958	(8.993)
Prejuízo com venda de títulos	25 (h)	359.973	1.736
Provisão para processos judiciais	19	183.411	232.671
Outras provisões	19	(60.830)	(193.616)
Provisão redução ao valor recuperável de créditos a receber		(356)	1.599
Resultado de equivalência patrimonial	13(a)	(82.571)	185.955
Outros		686.105	(5.855)
<b>Total</b>		<b>686.105</b>	<b>109.116</b>
<b>Variáveis de ativos e passivos</b>			
Créditos das operações com seguros e resseguros		(82.236)	(42.421)
Ativos financeiros		(3.525.568)	(3.103.505)
Ativos de resseguro		(61.659)	(6.654)
Títulos e créditos a receber		82.786	314.454
Empréstimos e depósitos compulsórios		(2.243)	(1.481)
Despesas antecipadas		191	(4.619)
Custos de aquisição diferidos		(4.235)	32.026
Ativos de direito de uso		(29.205)	(55.221)
Contas a pagar		257.381	190.096
Débitos de operações com seguros e resseguros		20.241	12.255
Depósito de terceiros		(64)	963
Provisões técnicas - seguros		2.520.527	2.451.504
Provisão para processos e débitos judiciais		(120.548)	(132.402)
<b>Caixa consumido pelas operações</b>		<b>(258.527)</b>	<b>(235.889)</b>
Impostos e contribuições pagos		(125.543)	(239.900)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>		<b>(384.070)</b>	<b>(475.789)</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	15	(103.161)	(14.708)
Alienações		1.600	463
Aumento de capital feito na Prudential Vida em Grupo S.A.	13	-	(125.000)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>		<b>(101.561)</b>	<b>(139.245)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital	23(a)		



PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40

2.3 Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, considerando as características dos ativos financeiros da Seguradora, incluem o dinheiro em caixa, inclusive em dólar, contas bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 3 meses.

2.5 Ativos financeiros

(a) Classificação

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda em curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

• Títulos disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

• Mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários, para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos que não são cotados em mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados quanto à perda no valor recuperável (impairment) a cada data de balanço.

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao "valor justo através do resultado" são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como "disponíveis para venda" são vendidos ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro".

Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento", que são contabilizados pelo método do custo amortizado, quando são vendidos ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (impairment) têm suas perdas ou ganhos realizados contabilizados diretamente no resultado.

(c) Impairment de ativos financeiros

Ativos negociados ao custo amortizado e disponíveis para venda
A Seguradora avalia mensalmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas de impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e se aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Ativos financeiros com 20% ou mais de perda não realizada durante seis meses consecutivos;
• Ativos financeiros com 50% ou mais de perda não realizada em qualquer período;
• Ativos financeiros com consistente perda não realizada por pelo menos um ano;
• Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

Adicionalmente, a Seguradora considera que um ativo financeiro está deteriorado se tal ativo se encontra em algumas das situações descritas acima e a Companhia tem a intenção de vender esse ativo ou entende que o mesmo não recuperará seu valor de custo amortizado até a data do vencimento.

A provisão para riscos sobre créditos é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito. Essa provisão aplica-se aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada.

Ainda para prêmios a receber, a provisão é constituída levando em consideração a totalidade dos valores a receber de um mesmo devedor. Portanto, a provisão inclui todos os valores devidos pelo mesmo devedor, independentemente de incluírem valores a vencer (Nota 7).

A provisão para riscos sobre créditos para ativos de resseguros e cosseguros é constituída para aqueles com período de inadimplência superior a 365 e 180 dias, respectivamente, da data do pagamento da indenização.

Mediante avaliações, a Seguradora entende que a provisão para riscos sobre créditos, em consonância com determinações da SUSEP, está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado através dos procedimentos descritos acima.

2.6 Custos de aquisição diferidos

A apropriação da comissão para o ramo de vida é efetuada com base no prazo médio de permanência do Segurado (36 meses).

2.7 Avaliação de ativos de contratos de resseguro

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da pulverização de riscos. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento).

A avaliação é realizada consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro.

Para ativos de resseguros, a Prudential opera com resseguradoras locais. Adicionalmente não existem evidências objetivas de impairment. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência dos contratos não exige as obrigações para com os segurados.

2.8 Demais ativos circulantes e não circulantes

A Seguradora constituiu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que apresentam perspectivas de realização, de acordo com projeções da Administração.

Os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para processos judiciais em razão do plano contábil da SUSEP não contemplar essa classificação. São atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal.

Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o seu valor justo ou de realização.

2.9 Contratos de seguro

Conforme disposto no CPC 11 - Contratos de seguro, os contratos emitidos podem ser classificados como contratos de investimento ou contratos de seguro. Um contrato que assume apenas o risco financeiro ou que não transfere risco significativo é classificado como contrato de investimento e avaliado segundo o CPC 38. Já um contrato que transfere um risco de seguro significativo, aceitando indenizar o segurado se um evento específico, futuro e incerto afetá-lo adversamente, é classificado como um contrato de seguro e avaliado segundo o CPC 11. Os contratos de resseguro também são classificados como tipos de contrato de seguro, devido à sua natureza de transferência de risco de seguro.

A Seguradora procedeu à análise de seus negócios e determinou que suas operações são caracterizadas como contratos de seguro, na sua totalidade, segundo orientações contidas no CPC 11 e Carta-Circular SUSEP/DITEC/CGSO nº 001/2015, assim como os contratos de resseguro mantidos pela Seguradora.

A Seguradora desenha seus produtos e condições associadas respeitando a legislação vigente. Os produtos da Seguradora Kyoel, incorporada à Prudential em dezembro de 2019, não são mais comercializados e sua operação está em run-off.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas estão documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), com base nas legislações vigentes aplicáveis às sociedades seguradoras (Resolução CNSP nº 432/2021, Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores) descritas a seguir:

Seguros de Pessoas, Vida Individual e Vida com Cobertura por Sobrevivência

(i) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

O cálculo da PPNG deve ser efetuado "pro rata die", tomando por base a razão entre o período a decorrer e o período total da cobertura de risco pelo prêmio comercial no mês de constituição de todos os contratos de seguros

vigentes. No período entre emissão e início de vigência do risco, o cálculo considera que o período a decorrer é igual ao período total da cobertura de risco.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é uma estimativa constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial.

(ii) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da sociedade seguradora, contemplando ainda os ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (Incurred But Not Enough Reported - IBNER), conforme previsto em Nota Técnica Atuarial.

(iii) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (Incurred But Not Reported - IBNR)

A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, por metodologia de triângulo trimestral de run-off, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial.

(iv) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)

A PMBaC abrange os compromissos assumidos pela Seguradora com os segurados enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. E calculada mensalmente para as apólices em vigor, em função da idade e do sexo do segurado, do capital segurado e da periodicidade de pagamento dos prêmios, para fazer face aos compromissos da Seguradora com seus segurados antes do pagamento do benefício.

(v) Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)

A PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora receptora.

(vi) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)

Corresponde ao valor atual dos benefícios futuros cujo evento gerador tenha ocorrido. E calculada de acordo com fórmulas de cálculo específicas conforme Nota Técnica Atuarial protocolada na SUSEP.

(vii) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme Nota Técnica Atuarial.

(viii) Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A PEF é financeiramente constituída conforme condições gerais das apólices, abrangendo os valores destinados à distribuição de dividendos, quando houver, assim como a sua atualização monetária, quando ainda não pagos.

(ix) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC é constituída se o resultado do Teste de Adequação de Passivos for positivo, conforme descrito a seguir.

Seguros de Danos (Carteira em Run-off)

(i) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Seguradora, devendo contemplar os ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (Incurred But Not Enough Reported - IBNER), se for o caso.

Teste de Adequação do Passivo (TAP ou LAT - Liability Adequacy Test)

O CPC 11 introduziu o conceito de Teste de Adequação do Passivo, que consiste na avaliação da adequação dos passivos da seguradora. O resultado do TAP é a diferença entre o valor presente das estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os tipos de contrato e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base. As regras e os procedimentos para a realização do teste foram instituídos pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.

Esse teste é efetuado semestralmente e, caso o valor apurado seja deficitário, este deverá ser reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Dessa forma, é avaliado se o montante provisionado já com os devidos valores deduzidos está adequado às estimativas de fluxo de caixa futuro.

As premissas que estão sendo previstas no fluxo de caixa estimado são:
• A estimativa corrente deve refletir o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros. Para tal, deverão ser consideradas hipóteses atuais, realistas e não viesadas para cada variável aleatória no cálculo atuarial dos fluxos de caixa futuros, tais como hipóteses econômicas, demográficas, atuariais e catastróficas. Na realização destes testes, a Seguradora utilizou premissas correntes para projetar os fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas. As premissas de mortalidade e de sobrevivência adotadas são as constantes nas tábuas brasileiras BR-EMS mais atuais. Para as demais premissas foram utilizadas taxas obtidas de acordo com a experiência da própria Seguradora. Foi utilizada pela Seguradora, para o cálculo do valor presente do fluxo estimado, a Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETJ) livre de risco definida pela SUSEP, referente ao IGP-M, e pela ANBIMA, referente ao IPCA.

• O teste é realizado no nível mínimo de agrupamento de contratos, instituído pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, correspondendo a 41 grupos.

• O teste para os fluxos registrados é bruto de resseguro, portanto, sua deficiência pode ser dividida entre Seguradora e resseguradora, caso esteja relacionada ao contrato de resseguro. Em contrapartida aos ajustes das provisões para reconhecimento de deficiências, aumenta-se o valor dos ativos de resseguro.

• O fluxo considera: sinistros, resgates e benefícios a ocorrer; contribuições e prêmios futuros esperados de contratos vigentes, além das despesas, despesas de manutenção e liquidação das apólices.

• Os fluxos foram projetados com base em métodos determinísticos e de acordo com a legislação vigente.

Os riscos originados pelos contratos de seguro mantidos pela Seguradora decorrem de eventos de morte por qualquer causa, morte acidental, sobrevivência, invalidez, doenças graves, internação hospitalar, antecipação em caso de doença e perda de autonomia pessoal. Tais eventos são específicos, futuros e incertos e por estes motivos requerem análises de premissas que precisam ser consideradas na constituição dos passivos da Seguradora.

No Teste de Adequação do Passivo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, concluiu-se que não há necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC) para a Seguradora no período.

2.10 Investimentos

Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição e deduzidos de provisão para perdas consideradas permanentes pela Administração.

2.11 Investimentos em controladas

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecidos no resultado do exercício como resultado de participações societárias.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) determinado na aquisição de um investimento é calculado e reconhecido como o excedente da contrapartida transferida sobre o valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, mensurados ao valor justo. Seu valor é revisado anualmente para que não seja superior ao seu valor recuperável.

2.12 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação, pelo método linear, tendo como base taxas que levam em consideração o prazo de vida útil econômica dos bens, descritas na Nota 15(a).

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros são avaliados para impairment quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (deduzido dos custos de venda dos ativos).

2.14 Arrendamentos

Adoção inicial da IFRS 16/ CPC 06 (R2)

A adoção do normativo IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos consistiu no reconhecimento pelo valor presente de contratos de arrendamentos com prazos superiores a 12 meses e com valores substanciais para os arrendatários. A forma de apresentação obedeceu aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo.

A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/ IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares. A norma foi referendada pela SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, gerando impactos no balanço da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2021.

Anteriormente, a Companhia registrava seus aluguéis como despesa do período.

Definição de arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

(a) Ativo de direito de uso

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente.

Os ativos de direito de uso são mensurados por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados. A Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

(b) Passivo de arrendamento

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos. O valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado de acordo com taxa incremental de financiamento.

2.15 Demais passivos financeiros (circulantes e não circulantes)

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos e as contribuições são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que

estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, aplicáveis às instituições financeiras e equiparadas (seguradoras), na data do balanço. Sendo assim, a provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% nos meses em que a Seguradora apurou lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, e a contribuição social sobre o lucro à alíquota de 15%.

No período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, a contribuição social foi apurada pela alíquota de 16% em função da publicação da Lei nº 14.446 de 2 de setembro de 2022. A partir de 1º de janeiro de 2023, a alíquota retorna a 15% conforme abaixo:

Art 3º

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: Parágrafo único. As alíquotas da contribuição de que tratam os incisos I e II-A do caput deste artigo serão de 16% (dezesseis por cento) e de 21% (vinte e um por cento), respectivamente, até 31 de dezembro de 2022. (NR)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda diferido for realizado ou quando o imposto de renda diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão calculados considerando a alíquota total de 40%.

2.17 Capital social

O capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias, que são classificadas no patrimônio líquido.

2.18 Políticas contábeis de reconhecimento de receita e despesa

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera: A apropriação dos prêmios e comissões ao resultado, deduzidos dos cancelamentos, restituições e resseguros, com base no prazo médio de permanência do segurado (36 meses).

A participação dos empregados no resultado, de acordo com as metas estipuladas pela Administração da Seguradora, acrescida dos valores estabelecidos na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria, se aplicável.

O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por impairment, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente onde a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros ou passivos atuariais da Seguradora. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar ao longo dos anos. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação (internas e externas) disponíveis sobre experiências passadas para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros, para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido, em conformidade com as Condições Gerais/Regulamentos e Notas Técnicas Atuariais protocoladas/ aprovadas na SUSEP.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente, em datas futuras, para o pagamento das obrigações devidas. Como se tratam de valores provisionados, esses representam estimativas.

Os passivos de seguro que são mais impactados por uso de julgamento e incertezas são aqueles relacionadas às provisões técnicas, principalmente a liquidação de causas judiciais, uma vez que experiências passadas e indicadores podem não refletir a realidade de decisões judiciais futuras.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para processos fiscais, cíveis e trabalhistas e outras provisões

A Seguradora possui processos judiciais e administrativos fiscais, cíveis e trabalhistas em aberto na data das demonstrações financeiras. As estimativas contábeis são constituídas a partir da avaliação do Departamento Jurídico e dos seus consultores legais externos. As avaliações desses especialistas consideram alterações no ambiente legal do País e jurisprudência acerca de matérias com repercussão sobre a Seguradora.

É constituída provisão para os processos cíveis com expectativa de perda classificada como "provável". Para os processos fiscais, a provisão corresponde à totalidade dos montantes em discussão judicial ou administrativa, por se tratarem de obrigações legais.

As provisões judiciais trabalhistas e outras provisões refletem a expectativa de desembolso, observando-se históricos de execução e acordos. A adequação das estimativas é avaliada a cada período de reporte. Há um alto grau de julgamento aplicado para a constituição dessas provisões, segundo o CPC 25/IAS 37. Portanto, essas estimativas podem diferir dos montantes a serem efetivamente desembolsados quando da resolução das correspondentes ações judiciais e administrativas.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros

Conforme requerido pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a Seguradora aplica as regras de análise de impairment para créditos individualmente significativos, bem como premissas para avaliação de impairment para grupos de ativos de riscos similares em uma base agrupada.

Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber de segurados e créditos a receber de concessões de empréstimo a clientes.

Em razão da pandemia, que provocou deterioração do cenário macroeconômico, a Companhia implementou medidas para reduzir o risco de não recebimento de prêmios e de parcelas de assistência financeira, além do possível aumento nos cancelamentos, dentre outros efeitos. As principais ações foram:

- Contato mais frequente com os clientes inadimplentes através de canais digitais e ligações ativas;
• Relatórios semanais para acompanhamento do aging da inadimplência.

O cenário de COVID-19 não trouxe impacto sobre a recuperabilidade das aplicações financeiras, devido ao perfil de baixo risco de crédito da carteira da Companhia.

(d) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis.

As projeções de resultado futuro da Administração foram revistas devido à pandemia de COVID-19, que trouxe incertezas em vários aspectos que podem interferir nas operações e alcance de objetivos anteriormente estipulados pela Companhia. A Administração avalia que a Seguradora mantém sua capacidade de gerar lucros tributáveis nos exercícios futuros que suportam a realização dos créditos tributários reconhecidos nas suas demonstrações financeiras. Para fins dessas análises, estudos de realização dos referidos créditos tributários foram elaborados pela administração da Seguradora.

4 Estrutura de gerenciamento de risco

A Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. dispõe de mecanismos operacionais de governança concentrados na eficácia das suas operações, na fidelidade do seu sistema de informações e na conformidade às regras e leis vigentes. Estes mecanismos estão alinhados às políticas internas do Grupo Prudential Financeiro e têm sua aplicação garantida pelos gestores executivos da Seguradora.

Mecanismo de extrema relevância que deve ser construído em linha com a estratégia da Seguradora, a gestão de riscos é parte integrante da cultura da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. e deve ser capaz de contribuir para a geração de valor e auxiliar no direcionamento estratégico de longo prazo da Companhia. Há na Seguradora uma Estrutura de Gestão de Riscos, que leva em consideração a natureza, escala e complexidade de suas operações, responsável pela identificação, avaliação e monitoramento dos riscos, assim como um Comitê de Riscos e Auditoria que tem, entre outras atribuições, realizar avaliações e follow-ups periódicos, o alinhamento da estratégia da Seguradora ao seu apetite por risco.

A Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. utiliza o modelo das Três Linhas, elaborado pelo Institute of Internal Auditors (IIA), que determina papéis e responsabilidades dentro do processo de gestão de riscos. Com isso, a área de Riscos, equipe exclusivamente dedicada ao gerenciamento de riscos, atua no monitoramento contínuo e auxilia os gestores da Seguradora na identificação e avaliação de riscos.

Desde 2014, a Prudential do Brasil possui uma área ligada a de riscos, dedicada à preparação da Companhia para cenários de crise. Em 2020, com o cenário de pandemia anunciado pela OMS - Organização Mundial da Saúde, o plano de continuidade de negócios foi acionado, permitindo, com isso, que a Companhia operasse 100% de forma remota, mantendo a segurança dos colaboradores, franqueados e clientes. O Comitê de Crise multidisciplinar foi ativado para monitorar a evolução da pandemia.

A área de Riscos e continuidade de negócios encontra-se na estrutura organizacional da Diretoria de Controles Internos, que também possui outras três áreas: Compliance; Ética & Investigações; e Unidade de Testes e Controles. Tal estrutura compõem a Estrutura de Gestão de Riscos e o Sistema de Controles Internos da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A..

4.1 Descrição dos riscos nas operações

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de riscos: seguro, crédito, liquidez, mercado, capital e operacional.



Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora tem a obrigação de pagar um benefício adicional significativo aos seus segurados ou beneficiários, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é incerto e, consequentemente, sujeito a oscilações.

Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros.

Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios pagos aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos.

A experiência demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa a que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação e pulverização de riscos e uma política de resseguro que considera resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado.

#### (a) Estratégia de subscrição

A estratégia de subscrição objetiva a emissão do maior número possível de apólices, mantendo o índice de riscos da Seguradora em uma faixa aceitável para propiciar lucro e sua solvência, garantindo a qualidade dos serviços aos clientes, aos franqueados e aos demais parceiros comerciais, a nível nacional, conforme as normas técnicas da Prudential do Brasil, Prudential International e os parâmetros e prazos legais estabelecidos pelos órgãos reguladores do mercado segurador.

A política de aceitação de riscos abrange os riscos de mortalidade e morbidade apresentados pelos segurados potenciais visando atribuir a estas as categorias apropriadas do risco de acordo com as normas e diretrizes da Seguradora, sob a ótica da Medicina do Seguro e da Subscrição de Riscos, determinando o valor correto dos prêmios para cada segurado ou a não aceitação dessas propostas.

Para mitigar o risco de a Seguradora ser envolvida em situações relacionadas à prática do crime de lavagem de dinheiro e fraude e outros ilícitos semelhantes, esta faz uma análise de risco prévio (*Underwriting*), com base nas informações indicadas nas propostas de contratação apresentadas pelas Corretoras Franqueadas *Life Planner* ou pelos demais parceiros comerciais. As apólices de seguros de vida da Prudential do Brasil são emitidas com base em evidências médicas e outros dados de segurabilidade, tais como renda, esportes e hobbies, profissão, uso de álcool/tumo, visando determinar se um responsável pelo pagamento (potencial segurado) apresenta ou não um risco aceitável.

Essa atividade visa à manutenção do equilíbrio financeiro da Seguradora, buscando identificar riscos que estão além da capacidade da Seguradora de absorvê-los, e evitá-los.

Devido aos efeitos da COVID-19, a Companhia implementou os seguintes procedimentos adicionais na subscrição:

- Se houve Covid-19 confirmada há menos de 2 semanas da contratação, o seguro não será aceito. Após esse período, não havendo sequelas, complicações ou hospitalização, podemos avaliar novamente.
- Caso tenha havido necessidade de internação, a contratação será negada por 3 meses após a recuperação do cliente. Após este período, poderemos avaliar com Relatório Médico Assistente, se o histórico ocorreu de 3 a 6 meses, e, após esse período, a avaliação será feita com base nas demais informações sobre o quadro de saúde do cliente.

#### (b) Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro da Seguradora tem como principal finalidade a pulverização dos riscos através da cessão ou transferência aos resseguradores da parte do capital segurado que exceda ao limite de retenção da Seguradora ou que representa o percentual de quota parte ressegurada.

Os contratos de resseguro englobam os seguintes riscos: doenças graves, morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez permanente e total por acidente, invalidez permanente e parcial por acidente, diária de internação hospitalar, perda de autonomia pessoal e invalidez por doença. Tais contratos apresentam cláusulas que fazem com que os resseguradores acompanhem a Seguradora nos principais riscos e coberturas garantidas nos produtos da Prudential.

No caso de riscos de catástrofes, a Seguradora possui outro contrato vigente. Entretanto, até a data de divulgação do balanço não foi identificado a ocorrência de sinistros a recuperar.

Historicamente, a necessidade de acordos de resseguro de excesso de responsabilidade com limites de retenção adequados se faz necessária em todo e qualquer início de operação para estabelecer uma base forte, controlando, dessa forma, a volatilidade dos resultados causada pela flutuação inevitável da experiência de mortalidade e morbidade.

Outra importante finalidade envolvida na estratégia de resseguro da Seguradora é a utilização/transfêrencia do conhecimento dos resseguradores no desenvolvimento de novos produtos, precificação, subscrição e regulação de sinistros.

A Seguradora mantém estudos constantes para análise do valor do limite de retenção e do percentual de quota parte ressegurada, com o objetivo de manter o equilíbrio entre o risco assumido e o risco transferido para os resseguradores.

#### (c) Casamento de ativos e passivos (ALM – Asset Liability Management)

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.

O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê de Investimentos, que aprova periodicamente as metas, limites e condições de investimentos. Em decorrência da COVID-19, observamos impactos em diversos fatores relacionados aos fluxos de caixa dos ativos e passivos, especialmente quanto à inflação. Abordaremos tais impactos, individualmente e com detalhes, nos subitens da Nota 4.1.2, mais adiante.

#### (d) Gerenciamento de risco por área de negócios

A Seguradora opera predominantemente com seguro de pessoas. O monitoramento da carteira é realizado considerando as seguintes ferramentas: (i) análises de sensibilidade; (ii) análise de subscrição; (iii) acompanhamento de sinistralidade; (iv) monitoramento de lucratividade; (v) gerenciamento de ativos e passivos.

Além disso, está sendo feito um monitoramento em separado para os casos de COVID-19, no qual a Prudential vem acompanhando a quantidade total de despesas geradas por sinistros da pandemia.

#### (e) Seguros de vida

Os produtos de vida comercializados possuem natureza de longo prazo, e por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimento, despesas, taxas de mortalidade e persistência em relação às políticas vigentes para cada grupo de produtos. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados ao seguro de vida incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa, longevidade e invalidez. O risco de mortalidade pode ser referir aos segurados que vivem mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do previsto. Isso porque alguns produtos pagam se a pessoa morre, outros produtos pagam quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas podem fazer com que menos apólices/contratos de seguros permaneçam contratados em vigor para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subsidiário. A persistência baixa pode causar impacto em todos os tipos de produtos;

Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

- Os riscos de seguro de vida individual são gerenciados da seguinte forma:
- Os riscos de mortalidade, morbidade e longevidade são cuidadosamente monitorados em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente em que a Seguradora opera. A Administração monitora a exposição a estes riscos e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a demanda de capital que os negócios poderão exigir. A Administração utiliza estratégias de resseguro para reduzir esses riscos quando possível e desejável;
- O risco de persistência é gerenciado através do monitoramento frequente da experiência própria. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar a retenção de apólices que possam preservar;
- O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade dos produtos e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Além disso, são utilizados mecanismos de revisão de metodologia de provisões e testes de consistência.

#### (f) Resultados do teste de sensibilidade

Os testes de sensibilidade realizados por esta Seguradora descritos neste item foram efetuados considerando apenas os riscos relacionados a seguro e foram utilizadas as mesmas bases do Teste de Adequação de Passivos. De acordo com o previsto na regulamentação vigente, a Seguradora optou por mensurar os efeitos nas principais variáveis deste risco através do Teste de Adequação do Passivo e os efeitos subsequentes em necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC) e no Patrimônio Líquido Ajustado, que compõe o indicador de solvência da Seguradora. Os testes consistiram em demonstrar o impacto de uma mudança razoável e possível em cada variável de forma marginal. Conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/2021, as variáveis estudadas foram: índice de conversibilidade, taxas de juros, mortalidade e morbidade (frequência e severidade), com o intuito de avaliação de premissas, com base em análises, para compor os testes de sensibilidade.

O índice de conversibilidade da Seguradora demonstra histórico baixo de ocorrência, o que culmina em uma tendência de baixa constante, pelo fato da maioria dos beneficiários optarem pelo pagamento de benefício de forma única.

Dessa forma, foram utilizadas pela Administração da Seguradora nos testes de sensibilidade apenas as variáveis de alta relevância, que são: redução e aumento de 1,5% ao ano nas taxas de juros e redução e aumento de 10% ao ano nas incidências de mortalidade e de morbidade.

Após a realização dos testes de sensibilidade não foram observadas alterações no resultado operacional da Seguradora, uma vez que os impactos nos fluxos dos passivos de seguro não geraram a necessidade de constituição de PCC. Todavia, os impactos nos respectivos fluxos geraram alterações nos ajustes econômicos do patrimônio líquido ajustado, os quais são apresentados na tabela a seguir:

Resultado dos Testes de Sensibilidade:	patrimônio líquido ajustado Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
<b>Teste de Sensibilidade</b>		
Aumento de juros em 1,5% ao ano (*)	(27.023)	(27.023)
Redução de juros em 1,5% ao ano (*)	32.838	32.838
Aumento da Mortalidade e Morbidade em 10%	(17.377)	(17.377)
Redução da Mortalidade e Morbidade em 10%	18.216	18.216

(\*) A sensibilidade das taxas de juros testadas neste teste de sensibilidade, conforme mencionado acima, se referem ao seu efeito nos fluxos de passivo de seguro. O efeito do aumento/redução da taxa de juros sobre os ativos financeiros da Seguradora encontra-se no item 4.1.2.3 (Risco de Mercado).

Os resultados obtidos demonstram que, mesmo nas condições simuladas, a Seguradora continuaria solvente, pois há suficiência de capital de R\$ 474 milhões (o PLA da Seguradora em dezembro de 2022 resultou em R\$ 1.099 milhões, absorvendo, desta forma, os impactos apresentados na tabela). Adicionalmente, não teria impacto no resultado de subscrição, via constituição adicional de PCC.

#### (g) Limitações da análise de sensibilidade

Os testes de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações de taxas de juros e inflação na economia. A medida que o mercado de capitais se movimenta, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

#### (h) Concentração de riscos

A carteira da Seguradora é composta por seguros de pessoas individuais. A análise da concentração se baseia na cobertura segura. Nesse sentido, as concentrações são definidas por tipo de evento para os principais ramos de atividade da Seguradora (vida e invalidez) e pouca oscilação de concentração entre os períodos analisados.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Percentual do capital segurado</b>		
Ramo		
Vida	27,21	26,90
Dotal Misto	0,19	0,24
Dotal Puro	0,05	0,06
Invalidez por acidente	27,18	26,88
Invalidez por acidente (Parcial)	21,61	21,11
Invalidez por doença	0,00	0,00
Morte acidental	9,45	9,90
Doenças graves	10,53	11,00
Diária por Internação Hospitalar	0,02	0,02
Assistência Funeral	0,29	0,27
Perda de Autonomia Pessoal	3,46	3,61
	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Percentual do capital ressegurado</b>		
Ramo		
Vida	22,91	31,13
Dotal misto	0,06	21,41
Dotal puro	0,00	20,51
Invalidez por acidente	22,68	14,6
Invalidez por acidente (parcial)	10,74	8,32
Morte acidental	4,32	3,9
Doenças graves	26,79	0,08
Diária por internação hospitalar	0,03	0,03
Perda de Autonomia Pessoal	12,47	0,01
Invalidez por doença	0,01	0,01
	<b>100</b>	<b>100</b>

A Seguradora possui uma política de análise de risco prévia (subscrição), visando mitigar os riscos de concentração. Esta análise é realizada de forma mais criteriosa considerando o valor do capital segurado por vida. Outra forma de mitigação do risco é a adoção de uma política de resseguro que determina limites por tipo de contrato de seguro.

#### (i) Concentração de riscos por área geográfica

A Seguradora possui seus riscos concentrados principalmente nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, conforme pode ser observado nas tabelas abaixo, onde a concentração é apresentada por ramo. Os demais estados do País, bem como o Distrito Federal, são considerados na categoria "Outros".

	Percentual de Concentração de riscos por área geográfica					
	Outros					
31 de dezembro de 2022	MG	SP	RJ	PR	RS	Tros Total
Vida	13,62	37,58	8,05	8,59	8,07	24,08
Dotal Misto	15,27	63,13	6,55	7,30	4,38	3,37
Dotal Puro	20,46	44,21	7,87	9,73	9,57	8,16
Invalidez por acidente	13,64	37,60	8,06	8,57	8,08	24,05
Invalidez por acidente (Parcial)	12,41	36,54	7,45	8,91	8,51	26,18
Invalidez por doença	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Morte acidental	14,37	35,74	7,62	9,65	9,30	23,32
Doenças graves	15,81	34,78	7,53	8,12	8,24	25,52
Diária por Internação Hospitalar	12,12	35,89	7,59	7,02	9,74	27,64
Assistência Funeral	10,38	39,07	9,20	11,20	7,69	22,46
Perda de Autonomia Pessoal	11,55	41,08	8,74	5,43	8,26	24,93

	Percentual de Concentração de riscos por área geográfica					
	Outros					
31 de dezembro de 2021	MG	SP	RJ	PR	RS	Tros Total
Vida	14,75	38,30	8,46	8,92	7,97	21,60
Dotal Misto	14,71	63,56	6,54	7,03	4,38	3,78
Dotal Puro	20,39	43,81	8,15	10,29	9,21	8,15
Invalidez por acidente	14,75	38,32	8,46	8,92	7,97	21,58
Invalidez por acidente (Parcial)	13,53	37,27	7,83	9,40	8,10	23,87
Invalidez por doença	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Morte acidental	15,59	35,70	7,54	10,01	8,99	22,17
Doenças graves	17,10	35,02	7,88	8,34	7,91	23,75
Diária por Internação Hospitalar	12,98	36,70	8,04	7,24	9,41	25,63
Assistência Funeral	11,36	39,18	8,61	12,08	7,49	21,28
Perda de Autonomia Pessoal	11,56	42,56	9,35	5,70	7,63	23,20

#### (j) Concentração de riscos por moeda

A Seguradora possui todos os valores de seus seguros expressos em moeda corrente nacional.

#### 4.1.2 Gestão de riscos financeiros

A Seguradora está exposta a riscos financeiros associados à sua carteira de investimentos. Para mitigar esses riscos é utilizada uma abordagem de gestão de ativos e passivos no tempo (*Asset Liability Management* - ALM), além de serem levados em consideração os requerimentos regulatórios e o ambiente econômico em que são conduzidos os negócios da Seguradora e investidos os ativos financeiros. Essa abordagem está alinhada com os requerimentos de análise exigidos pelos CPCs e com o conceito econômico de gestão de capital necessário para garantir a solvência e os recursos de caixa necessários à operação.

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias:

- (i) Risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devido às oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira.
- (ii) Risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora.

(iii) Risco de crédito, associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

A política de gestão de riscos da Seguradora tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar perdas decorrentes de oscilações de preços que venham a impactar os resultados de forma adversa. Seguindo esta política, a Seguradora busca diversificar as aplicações em vários mercados, visando garantir retornos de capital durante um período sustentável ao invés de concentrar exposições a fatores de riscos que possam destruir o valor dos negócios.

A Seguradora utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. Seus resultados são utilizados no processo de planejamento e decisão e também na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

#### 4.1.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora.

A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Quando determinadas contrapartes não possuem *rating* de crédito estabelecidos por agências de crédito reconhecidas no mercado, a Administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essa contraparte em sua grade de riscos. Entretanto, essas situações são amplamente discutidas e avaliadas antes de a Seguradora adquirir certos ativos, e restrições são colocadas sobre as áreas operacionais, para limitar a exposição ao risco de crédito, em casos de ativos emitidos por contrapartes, caso estas contrapartes não possuam *rating* de crédito.

Em função do perfil do portfólio de investimentos da Companhia, composto majoritariamente por títulos públicos e com títulos privados com *ratings* AAA e AA, não se esperam impactos de risco de crédito em decorrência da COVID-19. Não foram observados *downgrades* nos *ratings* ao longo do exercício de 2022.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros e ativos de resseguro detidos pela Seguradora distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*. Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

31 de dezembro de 2022					
Composição da carteira e por classe	AAA (Fitch Escala Nacional)	AA	A/Aa3	Sem rating	Saldo contábil
Ào valor justo através do resultado					
Fundos Multimercado	-	-	-	191.665	191.665
Mantidos até o vencimento					
Ativos pós-fixados					
Públicos	7.564.947	-	-	-	7.564.947
Disponíveis para venda					
Ativos pós-fixados					
Públicos	5.872.197	-	-	-	5.872.197
Privados	314.286	304.049	-	-	618.335
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	39.196	39.196
Assistência financeira a participantes	-	-	-	134.382	134.382
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	420.523	420.523
Operações com seguradoras/ resseguradores	-	-	13.639	-	13.639
Títulos e créditos a receber	-	-	-	16.681	16.681
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>13.751.430</b>	<b>304.049</b>	<b>13.639</b>	<b>802.447</b>	<b>14.871.565</b>

31 de dezembro de 2021					
Composição da carteira e por classe	AAA (Fitch Escala Nacional)	AA	A/Aa3	Sem rating	Saldo contábil
Ào valor justo através do resultado					
Fundos Multimercado	-	-	-	180.435	180.435
Mantidos até o vencimento					
Ativos pós-fixados					
Públicos	7.183.140	-	-	-	7.183.140
Disponíveis para venda					
Ativos pós-fixados					
Públicos	3.494.286	-	-	-	3.494.286
Privados	120.563	66.895	-	-	187.458
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	42.534	42.534
Assistência financeira a participantes	-	-	-	132.357	132.357
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	335.827	335.827
Operações com seguradoras/ resseguradoras	-	-	10.305	-	10.305
Títulos e créditos a receber	-	-	-	16.695	16.695
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>					



Prudential

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40

Página  
4/8

Composição da carteira Ao valor justo através do resultado	Sem vencimento	31 de dezembro de 2022 Fluxo de caixa contratual descontado					Saldo contábil
		0 a 30 dias	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	
Ativos pós-fixados	-	-	-	-	-	-	-
Públicos	-	-	-	-	-	-	-
Indexados à inflação	-	-	-	-	-	-	-
Atrelados à Selic	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Multimercado	191.665	-	-	-	-	191.665	191.665
<b>Mantidos até o vencimento</b>	-	-	-	-	-	-	-
Ativos pós-fixados	-	-	-	-	-	-	-
Públicos	-	-	-	-	-	-	-
Indexados à inflação	-	26.302	75.164	-	7.463.482	7.564.947	7.564.947
<b>Disponíveis para venda</b>	-	-	-	-	-	-	-
Ativos pós-fixados	-	-	-	-	-	-	-
Públicos	-	-	-	-	-	-	-
Indexados à inflação	-	3.858	462.174	-	4.318.105	4.784.137	4.784.137
Atrelados à Selic	1.088.060	-	-	-	-	1.088.060	1.088.060
Privados	-	-	-	-	618.335	618.335	618.335
<b>Empréstimos e recebíveis, prefixados</b>	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	39.196	-	-	-	-	39.196	39.196
Operações de crédito	-	-	-	-	134.382	134.382	134.382
Prêmios a receber de segurados	55.640	364.883	-	-	-	420.523	420.523
Operações com seguradoras/resseguradoras	-	-	13.639	-	-	13.639	13.639
Títulos e créditos a receber	20.676	-	-	-	-	20.676	20.676
<b>Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro</b>	<b>1.395.237</b>	<b>395.043</b>	<b>550.977</b>	<b>-</b>	<b>12.534.304</b>	<b>14.875.560</b>	<b>14.875.560</b>

Todos os passivos financeiros são apresentados em uma base de fluxo de caixa contratual, com exceção dos passivos de seguro, que estão apresentados pelos fluxos de caixa esperados, que são registrados no circulante e não circulante. A tabela abaixo demonstra o agrupamento dos passivos de seguro para análise de liquidez.

Passivos de seguro	Passivos de contratos de seguros em 31 de dezembro de 2022		
	0-1 ano	> 1 ano	contábil
Passivos de seguro	454.756	11.440.360	11.895.116
<b>Total das obrigações contratuais</b>	<b>454.756</b>	<b>11.440.360</b>	<b>11.895.116</b>

Passivos de seguro	Passivos de contratos de seguros em 31 de dezembro de 2021		
	0-1 ano	> 1 ano	contábil
Passivos de seguro	307.288	9.067.301	9.374.589
<b>Total das obrigações contratuais</b>	<b>307.288</b>	<b>9.067.301</b>	<b>9.374.589</b>

**4.1.2.3 Risco de mercado**  
É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade de variáveis existentes no mercado (taxa de juros, inflação etc), causada por fatores adversos. Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: risco na taxa de juros e risco da inflação.  
A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre os ativos financeiros da Seguradora, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado e sobre o patrimônio líquido da Seguradora.

Classes	Premissas	31 de dezembro de 2022		
		Saldo contábil	Variação - Resultado/ líquido	Saldo projetado
Indexados à Inflação	Aumento de 1,5% na taxa Cupom	12.967.420	(723.739)	12.243.680
Indexados à Inflação	Redução de 1,5% na taxa Cupom	12.967.420	723.739	13.691.159
Atrelados à Selic	Com alta de 1,0% ponto base com relação ao realizado	1.088.060	10.881	1.098.940
Atrelados à Selic	Com queda de 1,0% ponto base com relação ao realizado	1.088.060	(10.881)	1.077.179
<b>Total</b>				
		<b>31 de dezembro de 2021</b>		
Classes	Premissas	Saldo contábil	Variação - Resultado/ líquido	Saldo projetado
Indexados à Inflação	Aumento de 1,5% na taxa Cupom	10.174.180	(390.545)	9.783.635
Indexados à Inflação	Redução de 1,5% na taxa Cupom	10.174.180	390.545	10.564.725
Atrelados à Selic	Com alta de 1,0% ponto base com relação ao realizado	690.704	6.907	697.611
Atrelados à Selic	Com queda de 1,0% ponto base com relação ao realizado	690.704	(6.907)	683.797

**(a) Taxa de juros**  
O risco associado é oriundo da possibilidade de a Seguradora incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que diminuem as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

(a) Composição das aplicações	31 de dezembro de 2022					Taxa de juros aplicada contratada
	Vencimento	Saldo Contábil	Custo atualizado	Valor de mercado	Ganhos (perdas) realizados	
<b>Nível 2</b>						
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>618.335</b>	<b>637.257</b>	<b>618.335</b>	<b>(18.923)</b>	<b>5</b>	
Títulos Privados - Renda Fixa - Debenture	2024	26.744	27.057	26.744	(313)	0, 6,7%
Títulos Privados - Renda Fixa - Letra Financeira	2025	95.042	97.070	95.042	(2.028)	1, 6,4%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debenture	2025	97.530	98.817	97.530	(1.287)	1, 6,9%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debenture	2026	70.342	71.740	70.342	(1.398)	1, 6,6%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debenture	2029	39.055	40.235	39.055	(1.180)	0, 7,4%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debenture	2030	27.089	29.327	27.089	(2.238)	0, 6,7%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debenture	2031	100.361	106.047	100.361	(5.686)	1, 7,2%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debenture	2032	18.643	18.928	18.643	(285)	1, 7,1%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debenture	2033	57.362	58.750	57.362	(1.388)	0, 7,5%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debenture	2034	17.497	18.345	17.497	(849)	0, 6,8%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debenture	2035	32.348	33.378	32.348	(1.030)	0, 7,1%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debenture	2036	10.253	10.356	10.253	(102)	0, 7,1%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debenture	2039	16.747	17.562	16.747	(815)	0, 7,3%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debenture	2046	9.322	9.645	9.322	(324)	0, 7,4%
<b>Nível 1</b>						
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>5.872.242</b>	<b>6.055.728</b>	<b>5.872.242</b>	<b>(183.486)</b>	<b>44</b>	
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2023	388.567	387.156	388.567	1.413	3, 6,4%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2024	353.348	354.211	353.348	(863)	3, 6,4%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2025	116.810	116.455	116.810	356	1, 6,3%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2027	32.943	33.257	32.943	(314)	0, 5,9%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2028	75.688	83.880	75.688	(8.192)	1, 3,9%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2030	122.672	124.076	122.672	(1.405)	1, 5,9%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2032	294.464	294.133	294.464	331	2, 6,1%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2035	119.954	121.125	119.954	(1.172)	1, 6,0%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2040	27.760	30.583	27.760	(2.823)	0, 5,2%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2045	221.330	221.030	221.330	300	2, 6,2%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2050	386.245	414.722	386.245	(28.477)	3, 5,7%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2055	644.946	681.543	644.946	(36.597)	5, 5,8%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2060	1.419.950	1.469.873	1.419.950	(49.922)	10, 5,8%
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	2031	95.739	106.638	95.739	(10.900)	1, 3,8%
XP Fundo de Investimento Renda Fixa Life		867.270	885.043	867.270	(17.774)	6
POB Individual Life III Renda Fixa FI		704.556	732.003	704.556	(27.447)	5
<b>Títulos para negociação</b>	<b>191.621</b>	<b>182.289</b>	<b>191.621</b>	<b>9.332</b>	<b>1</b>	
POB IL Alternative Assets		191.621	182.289	191.621	9.332	1
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>7.564.947</b>	<b>7.564.947</b>	<b>6.577.251</b>	<b>(987.697)</b>	<b>50</b>	
XP Fundo de Investimento Renda Fixa Life		7.127.612	7.127.612	6.255.036	(872.577)	48
POB Individual Life III Renda Fixa FI		437.335	437.335	322.215	(115.120)	2
<b>Total aplicações financeiras</b>	<b>14.247.145</b>	<b>14.440.222</b>	<b>13.259.448</b>	<b>(1.180.774)</b>	<b>100</b>	
<b>Circulante</b>	<b>1.847.223</b>					
<b>Não Circulante</b>	<b>12.399.921</b>					

Composição da carteira Ao valor justo através do resultado	Sem vencimento	31 de dezembro 2021 Fluxo de caixa contratual descontado					Saldo contábil
		0 a 30 dias	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	
Ativos pós-fixados	-	-	-	-	-	-	-
Públicos	-	-	-	-	-	-	-
Indexados à inflação	-	-	-	-	-	-	-
Atrelados à Selic	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Multimercado	180.435	-	-	-	-	180.435	180.435
<b>Mantidos até o vencimento</b>	-	-	-	-	-	-	-
Ativos pós-fixados	-	-	-	-	-	-	-
Públicos	-	-	-	-	-	-	-
Indexados à inflação	-	24.939	71.810	-	7.086.391	7.183.140	7.183.140
<b>Disponíveis para venda</b>	-	-	-	-	-	-	-
Ativos pós-fixados	-	-	-	-	-	-	-
Públicos	-	-	-	-	-	-	-
Indexados à inflação	-	1.927	42.944	866.194	1.892.518	2.803.583	2.803.583
Atrelados à Selic	687.661	-	-	3.043	-	690.704	690.704
Privados	-	-	-	-	187.457	187.457	187.457
<b>Empréstimos e recebíveis, prefixados</b>	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	42.534	-	-	-	-	42.534	42.534
Operações de crédito	-	-	-	-	132.357	132.357	132.357
Prêmios a receber de segurados	-	293.652	42.175	-	-	335.827	335.827
Operações com seguradoras/resseguradoras	-	-	10.305	-	-	10.305	10.305
Títulos e créditos a receber	16.695	-	-	-	-	16.695	16.695
<b>Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro</b>	<b>927.325</b>	<b>320.518</b>	<b>167.234</b>	<b>869.237</b>	<b>9.298.723</b>	<b>11.583.037</b>	<b>11.583.037</b>

A Companhia seguiu cumprindo sua política de investimentos ao longo de 2022, apesar das oscilações do ambiente macroeconômico geradas pela COVID-19.

**(b) Taxa de inflação**  
Devido à possibilidade de variações entre o IGP-M e o IPCA, a área de Investimentos passou a buscar alternativas para minimizar o efeito da inflação, uma vez que apesar da maior parte do passivo estar atrelada ao IPCA ainda há uma significativa exposição ao IGP-M. Desta forma, ao longo dos últimos anos foram adquiridos papéis atrelados ao IGP-M, tais como, os do títulos públicos NTN-C (indexados ao IGP-M) e títulos emitidos por bancos (Letras Financeiras), também indexados ao IGP-M. Ainda assim, a Administração da Seguradora entende que esse risco é baixo, uma vez que a estimativa de mercado para os dois índices é de que fiquem próximos. Contudo, a Administração continua monitorando e buscando alternativas para minimizar os descolamentos que possam ocorrer.

A Companhia seguiu cumprindo sua política de investimentos ao longo do exercício de 2022, apesar das oscilações do ambiente macroeconômico geradas pela COVID-19.

**(c) Gerenciamento de risco de mercado**  
O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descausamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevada complexidade das operações realizadas nos mercados.

A Companhia continua utilizando e aperfeiçoando suas ferramentas de gerenciamento de risco para garantir o pleno conhecimento e controle do risco de mercado.

**(d) Controle do risco de mercado**  
O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança. O controle do risco de mercado é acompanhado mensalmente pelas áreas Atuária e de Investimento, cujas principais atribuições são:

- Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização;
- Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional;
- Atualizar e definir os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais;
- Definir a política de liquidez;
- Acompanhar os limites operacionais de descausamento de ativos e passivos;
- Elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de stress para as posições da Seguradora.

**4.1.2.4 Gestão de risco de capital**  
**(a) Gerenciamento de capital**  
O gerenciamento de capital na Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno, de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Capital Mínimo Requerido (Resolução CNSP nº 432/2021).

A Companhia continua utilizando e aperfeiçoando suas ferramentas de gerenciamento de capital para garantir a maior eficiência possível quanto ao casamento dos fluxos de ativos e passivos e, consequentemente, das exigências de capital.

**(b) Cálculo do patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido**  
Em 31 de dezembro de 2022, as composições do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e do Capital Mínimo Requerido - CMR podem assim ser resumidas:

	2022	2021
<b>Patrimônio Líquido Ajustado (a + b + c + d)</b>	<b>1.099.438</b>	<b>766.013</b>
PLA de nível 1 (a)	786.953	504.498
PLA de nível 2 (b)	238.474	494.407
PLA de nível 3 (c)	102.481	87.392
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e nível 3 (d)	(28.471)	(320.284)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos do PLA	(354.143)	345.276

	2022	2021
Capital base	15.000	15.000
Capital de risco alocado ao risco de subscrição	149.671	123.715
Capital de risco alocado ao risco de crédito	81.654	69.910
Capital de risco alocado ao risco operacional	10.012	7.920
Capital de risco alocado ao risco de mercado	525.460	440.306
Benefício da diversificação de riscos	(141.827)	(118.821)
Capital mínimo requerido (e)	624.970	523.030

**Qualidade da cobertura CMR**  
a) no mínimo 50% do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; (a / e) 126% 96%  
b) no máximo 15% do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; (c / e) 16% 17%  
c) no máximo 50% serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3 ((b + c) / e) 55% 111%  
Suficiência (PLA - CMR) (f = a + b + c + d - e) 474.467 242.983  
Suficiência % (Suficiência / CMR) 76% 46%

**4.1.2.5 Gestão de risco operacional**  
O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação.

Pelo modelo das Três Linhas, todas as áreas da Prudential do Brasil têm responsabilidade direta pela gestão dos riscos operacionais. Isso inclui a identificação, classificação, tratamento e o monitoramento dos riscos inerentes a processos



PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40

Página  
5/8**(d) Composição da carteira dos fundos**

Na data de publicação, o patrimônio líquido dos fundos de investimento de renda fixa pode assim ser resumido:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Operações compromissadas.....	770.225	222.876
Títulos e valores mobiliários (NTN-C).....	644.907	35.276
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	6.580.371	2.832.841
Outros.....	(448)	(111)
Valores a pagar.....	(173)	(38)
	<b>7.994.882</b>	<b>3.090.844</b>

O custo e o valor de mercado da carteira de investimento do fundo exclusivo XP Fundo de Investimento Renda Fixa Life (títulos públicos federais) são os seguintes:

Títulos	Classificação	Venci-mentos	31 de dezembro de 2022		Saldo contábil
			Custo atualizado	Valor de mercado	
Outros.....	-	-	(450)	(450)	(450)
Valores a pagar.....	-	-	(172)	(172)	(172)
Títulos e valores mobiliários (NTN-O).....	Disponíveis para venda	2023	770.225	770.225	770.225
Títulos e valores mobiliários (NTN-C).....	Mantidos até o Vencimento	2031	644.907	652.613	644.907
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Disponíveis para venda	2028	7.639	6.893	6.893
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Disponíveis para venda	2035	107.801	90.773	90.773
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Mantidos até o Vencimento	2040	165.324	164.443	165.324
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Mantidos até o Vencimento	2045	1.334.194	1.172.039	1.334.194
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Mantidos até o Vencimento	2050	2.071.845	1.867.294	2.071.845
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Mantidos até o Vencimento	2055	2.911.343	2.398.647	2.911.343
			<b>8.012.656</b>	<b>7.122.305</b>	<b>7.994.882</b>

Títulos	Classificação	Venci-mentos	31 de dezembro de 2021		Saldo contábil
			Custo atualizado	Valor de mercado	
Outros.....	-	-	(111)	(111)	(111)
Valores a pagar.....	-	-	(38)	(38)	(38)
Operações compromissadas (LFT-O).....	Disponíveis para venda	2022	222.876	222.876	222.876
Títulos e valores mobiliários (NTN-C).....	Mantidos até o Vencimento	2031	35.276	36.989	35.276
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Disponíveis para venda	2035	95.148	85.466	85.466
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Mantidos até o Vencimento	2045	531.647	503.275	531.647
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Mantidos até o Vencimento	2050	501.665	424.292	501.665
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Mantidos até o Vencimento	2055	1.714.063	1.480.859	1.714.063
			<b>3.100.526</b>	<b>2.753.608</b>	<b>3.090.844</b>

**XP Fundo de Investimento Gold Renda Fixa (\*)**

	2022	2021
Títulos e valores mobiliários (LFT).....	-	3.043
Títulos e valores mobiliários (NTN-C).....	-	591.010
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	-	2.444.047
Outros.....	-	18
Valores a pagar.....	-	(17)
	-	<b>3.038.101</b>

(\*) Fundo incorporado durante o exercício de 2022 nos demais fundos da carteira.

O custo e o valor de mercado da carteira de investimento do fundo exclusivo XP Fundo de Investimento Gold Renda Fixa (títulos públicos federais) são os seguintes:

Títulos	Classificação	Venci-mentos	2021		Saldo contábil
			Custo atualizado	Valor de mercado	
Outros.....	-	-	18	18	18
Valores a pagar.....	-	-	(17)	(17)	(17)
Títulos e valores mobiliários (LFT).....	Disponíveis para venda	2022	3.044	3.043	3.043
Títulos e valores mobiliários (NTN-C).....	Mantidos até o Vencimento	2031	591.010	628.786	591.010
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Disponíveis para venda	2026	5.613	5.322	5.322
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Disponíveis para venda	2028	19.805	18.539	18.539
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Disponíveis para venda	2035	137.058	123.111	123.111
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Mantidos até o Vencimento	2040	65.476	69.912	65.476
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Mantidos até o Vencimento	2045	498.698	463.768	498.698
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Mantidos até o Vencimento	2050	1.087.581	1.096.773	1.087.581
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Mantidos até o Vencimento	2055	645.320	560.480	645.320
			<b>3.053.606</b>	<b>2.969.736</b>	<b>3.038.101</b>

**POB IL Alternative Assets**

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Operações compromissadas.....	16.564	428
Quotas de fundos de investimentos.....	175.101	180.007
Outros.....	(8)	-
Valores a pagar.....	(36)	(53)
	<b>191.621</b>	<b>180.382</b>

O custo e o valor de mercado da carteira de investimento do fundo exclusivo POB IL Alternative Assets são os seguintes:

Títulos	Classificação	Venci-mentos	31 de dezembro de 2022		Saldo contábil
			Custo atualizado	Valor de mercado	
Valores a pagar.....	-	-	(8)	(8)	(8)
Outros.....	-	-	(36)	(36)	(36)
Operações compromissadas (NTN-O).....	Valor justo por meio do resultado	2023	16.564	16.564	16.564
AZ QUEST LUCE FUNDO INVESTIMEN ..	Valor justo por meio do resultado	-	12.485	15.086	15.086
ICATU IPC RENDA FIXA.....	Valor justo por meio do resultado	-	5.818	6.094	6.094
ICATU VAN INFL CURTA FI.....	Valor justo por meio do resultado	-	20.902	22.018	22.018
AUGME INST FIRF CP.....	Valor justo por meio do resultado	-	8.000	9.170	9.170
SPARTA TOP RENDA FIXA FI COTAS.....	Valor justo por meio do resultado	-	16.300	20.379	20.379
SPX APACHE FUNDO.....	Valor justo por meio do resultado	-	16.118	16.359	16.359
OCEANA SELECTION 30 FIC FIA.....	Valor justo por meio do resultado	-	16.758	14.787	14.787
ARX DENALI PREVIDENCIA FUNDO D ..	Valor justo por meio do resultado	-	18.700	23.449	23.449
GAP EQUITY VALUE INSTITUCIONAL ..	Valor justo por meio do resultado	-	13.519	12.431	12.431
RPS FIC FIA SELECTIO.....	Valor justo por meio do resultado	-	6.000	5.911	5.911
CONSTELLATION INSTITUCIONAL AD ..	Valor justo por meio do resultado	-	17.100	14.099	14.099
TRUXTI VALOR INSTITUCIONAL FU.....	Valor justo por meio do resultado	-	14.070	15.318	15.318
			<b>182.290</b>	<b>191.621</b>	<b>191.621</b>

Conforme determina a Circular SUSEP nº 648/2021, os títulos classificados na categoria "valor justo por meio do resultado" são títulos classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento dos títulos.

**(e) Movimentação das aplicações financeiras**

	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Aplicações.....	8.208.509	7.922.113	7.922.113
Resgates.....	3.043.172	(5.752.110)	(5.752.110)
Rendimentos.....	(1.242.977)	972.956	972.956
Ajuste ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda.....	1.298.310	58.867	58.867
	(266.695)		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021.....</b>	<b>11.045.319</b>		
Aplicações.....	7.922.113	7.922.113	7.922.113
Resgates.....	(5.752.110)	(5.752.110)	(5.752.110)
Rendimentos.....	972.956	972.956	972.956
Ajuste ao valor de mercado.....	58.867	58.867	58.867
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022.....</b>	<b>14.247.145</b>		

**(f) Estimativa do valor justo**

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), com exceção dos títulos classificados como "mantidos até o vencimento" que são registrados contabilmente pelo método do custo amortizado. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de valor justo, que são: Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos, Nível 2 - outras informações disponíveis (exceto aquelas do Nível 1), incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para instrumentos similares, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser derivadas de informações observadas no mercado e Nível 3 - obtido por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Classificam-se como Nível 1:

Títulos de renda fixa (públicos e operações compromissadas com lastros com títulos públicos) - calculados com base nas tabelas de preços unitários indicativos de mercado secundário da ANBIMA.

Títulos de renda variável e ações de Companhia de capital aberto cotadas em bolsa de valores ou mercado de balcão e instrumentos financeiros derivativos.

Classificam-se como Nível 2: Certificado de Depósitos Bancários (CDB), Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE) e Letra Financeira (LF) - são títulos privados pós-fixados em CDI, Selic ou índice de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito.

Debêntures - calculadas com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA ou no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação de mercado.

Fundos de investimentos - calculados de acordo com os critérios de classificação contábil, estabelecidos junto ao administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

A Seguradora tem como política operar somente em instrumentos financeiros classificados no Nível 1 ou 2.

	Nível	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
<b>Ao valor justo por meio de resultado.....</b>		<b>191.621</b>	<b>180.382</b>
Fundos exclusivos.....			
Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.....	1	16.564	428
Quotas de Fundo de Investimentos.....	2	175.057	179.954
<b>Títulos Disponíveis para Venda.....</b>		<b>6.490.577</b>	<b>3.681.796</b>
Carteira Própria.....			
Títulos Privados de Renda Fixa.....	2	618.335	187.458
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série C.....	1	95.739	51.433
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B.....	1	4.204.677	1.962.346
Fundos exclusivos.....			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	1	-	3.044
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série C.....	1	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B.....	1	483.721	789.802
Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.....	1	1.088.105	687.713
<b>Total de carteira própria (II).....</b>		<b>4.918.752</b>	<b>2.201.237</b>
<b>Total fundos exclusivos (I).....</b>		<b>1.763.446</b>	<b>1.660.941</b>
<b>Total dos ativos financeiros (I+II).....</b>		<b>6.682.198</b>	<b>3.862.178</b>

**(g) Impairment dos ativos financeiros**

Os ativos financeiros são analisados com base no descrito na Nota 2.5(c) e na data do balanço a Seguradora não identificou ativos financeiros para os quais fosse necessário reconhecer perdas por impairment.

**31 de dezembro de 2021**

Títulos	Classificação	Venci-mentos	Custo atualizado	Valor de mercado	Saldo contábil
Valores a pagar.....	-	-	(53)	(53)	(53)
Operações compromissadas (LTN-O).....	Valor justo por meio do resultado	2022	428	428	428
AZ QUEST LUCE FUNDO INVESTIMEN ..	Valor justo por meio do resultado	-	12.485	13.287	13.287
ICATU IPC RENDA FIXA.....	Valor justo por meio do resultado	-	23.800	23.325	23.325
ICATU VAN INFL CURTA FI.....	Valor justo por meio do resultado	-	9.000	9.112	9.112
AUGME INST FIRF CP.....	Valor justo por meio do resultado	-	3.000	3.040	3.040
SPARTA TOP RENDA FIXA FI COTAS.....	Valor justo por meio do resultado	-	16.300	17.893	17.893
SPX APACHE FUNDO.....	Valor justo por meio do resultado	-	16.118	15.642	15.642
OCEANA SELECTION 30 FIC FIA.....	Valor justo por meio do resultado	-	26.000	21.803	21.803
ARX DENALI PREVIDENCIA FUNDO D ..	Valor justo por meio do resultado	-	18.700	20.470	20.470
GAP EQUITY VALUE INSTITUCIONAL.....	Valor justo por meio do resultado	-	19.000	16.302	16.302
CONSTELLATION INSTITUCIONAL AD ..	Valor justo por meio do resultado	-	17.100	16.513	16.513
TRUXTI VALOR INSTITUCIONAL FU.....	Valor justo por meio do resultado	-	22.450	22.620	22.620
			<b>184.328</b>	<b>180.382</b>	<b>180.382</b>

**POB Individual Life III Renda Fixa FI**

	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Operações compromissadas.....	318.743	82.128
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	823.390	972.358
Outros.....	(171)	13
Valores a pagar.....	(71)	(9)
	<b>1.141.891</b>	<b>1.054.490</b>

O custo e o valor de mercado da carteira de investimento do fundo exclusivo POB Individual Life III Renda Fixa FI são os seguintes:

Títulos	Classificação	Venci-mentos	31 de dezembro de 2022		Saldo contábil
			Custo atualizado	Valor de mercado	
Outros.....	-	-	(171)	(171)	(171)
Valores a pagar.....	-	-	(71)	(71)	(71)
Operações compromissadas (NTN-O).....	Disponíveis para venda	2023	318.743	318.743	318.743
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Disponíveis para venda	2024	40.728	40.522	40.522
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Disponíveis para venda	2026	78.272	72.457	72.457
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Disponíveis para venda	2028	4.872	4.396	4.396
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Disponíveis para venda	2035	139.242	124.932	124.932
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Disponíveis para venda	2045	66.538	63.913	63.913
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Mantidos até o Vencimento	2050	57.636	45.428	57.636
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Mantidos até o Vencimento	2055	379.700	276.787	379.700
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Disponíveis para venda	2060	83.849	79.835	79.834
			<b>1.169.338</b>	<b>1.026.771</b>	<b>1.141.891</b>

**31 de dezembro de 2021**

Títulos	Classificação	Venci-mentos	Custo atualizado	Valor de mercado	Saldo contábil
Outros.....	-	-	13	13	13
Valores a pagar.....	-	-	(9)	(9)	(9)
Operações compromissadas (NTN-O).....	Disponíveis para venda	2022	82.128	82.128	82.128
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Disponíveis para venda	2022	135.703	132.624	132.624
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Disponíveis para venda	2026	173.738	164.732	164.732
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Disponíveis para venda	2028	116.249	108.816	108.816
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Disponíveis para venda	2035	168.321	151.193	151.193
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Mantidos até o Vencimento	2050	54.678	47.421	54.678
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Mantidos até o Vencimento	2055	360.316	291.113	360.315
			<b>1.091.137</b>	<b>978.031</b>	<b>1.054.490</b>



PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40

10 Créditos tributários e previdenciários
(a) Circulante

Table with 3 columns: Item description, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021. Rows include Imposto de renda, Crédito de contribuição social, etc.

(b) Não circulante

Table with 3 columns: Item description, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021. Rows include Imposto de renda, Imposto de renda a compensar, etc.

Refere-se à antecipação de IRPJ considerando as regras tributárias vigentes até o advento da Lei nº 9.316 de 22 de novembro de 1996, as quais permitiam a dedutibilidade da despesa de CSSL na base de cálculo do IRPJ. Tais valores estão sendo questionados judicialmente (vide Nota 19(a)).

11 Títulos e créditos a receber

(a) Circulante

Table with 3 columns: Item description, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021. Rows include Adiantamentos a funcionários, Aumento de capital, etc.

(b) Não circulante

Table with 3 columns: Item description, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021. Rows include Imposto de Renda, IRB provisões técnicas, etc.

(\*) Imposto de renda retido dos segurados que contrataram as apólices do produto Dotal no período de 27 de abril de 2001 a 14 de julho de 2003.

(\*\*) Essa modalidade de crédito é concedida pela Prudential do Brasil aos seus segurados, de acordo com a Circular SUSEP nº 320/06 e alterações posteriores, conforme Condições Gerais ou Regulamento dos produtos Vida Inteira, Vida Inteira Modificado, Dotal Misto e Dotal Criança, limitada ao valor da provisão matemática individual de cada participante atualizado pelo IGP-M/Selec.

12 Depósitos judiciais e fiscais

Table with 3 columns: Item description, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021. Rows include Sinistros, Tributos, Imposto de renda, etc.

13 Investimentos

(a) Participação societária

A Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A., adquirida pela Seguradora da Itaú Seguros em abril de 2017, é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela SUSEP a operar seguros de danos materiais e pessoais em todo o território nacional.

A movimentação dos investimentos está apresentada na tabela a seguir:

Table with 3 columns: Item description, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021. Rows include PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A., etc.

Informações sobre a participação societária

Table with 3 columns: Item description, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021. Rows include Ações/quotas do capital social em circulação, etc.

Tipos de relação

Table with 3 columns: Item description, Controlada, Controladora. Rows include Patrimônio líquido, Capital social, etc.

Movimentação dos investimentos

Table with 3 columns: Item description, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021. Rows include Saldo inicial - Investimentos, Saldo inicial - Ágio por expectativa de rentabilidade futura, etc.

14. Arrendamentos

Abaixo demonstramos os saldos em 31 de dezembro de 2022 referente os arrendamentos da Companhia de acordo com CPC 06 (R2) mencionado na nota 2.2.

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

Table with 3 columns: Item description, 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows include Ativos de direito de uso, Edificações, etc.

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

Table with 3 columns: Item description, 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows include Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso, Encargos e despesas, etc.

(iii) Pagamentos dos passivos de arrendamento e provisão para pagamentos futuros

Table with 3 columns: Item description, 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows include Pagamento sobre os passivos de arrendamento, Aging, etc.

15. Imobilizado

(a) Saldo contábil

Table with 5 columns: Item description, Taxa anual de depreciação - %, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021. Rows include Terreno, Imóveis - Edificações, Equipamentos, etc.

(\*) Referente a benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros.

(b) Movimentação dos ativos

Table with 5 columns: Item description, Terrenos e edificações, Móveis, utilitários e equipamentos, Veículos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Gastos com organização, implantação e instalação, Total. Rows include Em 2021, Saldo inicial, Aquisições, etc.

(\*) Abaixo demonstramos as adições relevantes apontadas na movimentação: Hardware e Software: Houve em 2022 a aquisição e instalação dos novos equipamentos e softwares com objetivo de integrar a rede internacional.

• Beneficentárias: a Prudential, em seu projeto de expansão comercial, com objetivo de aumentar presença em mais cidades brasileiras, criou novos pontos de apoio em Brasília, Fortaleza e Recife. Iniciou também um processo de modernização e mudanças de endereços, necessitando assim de novas benfeitorias em imóveis de terceiros, nas seguintes cidades: Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Ribeirão Preto, Campinas, Belo Horizonte, Nova Lima, Porto Alegre e Curitiba.

16. Obrigações a pagar

O saldo de obrigações e outras contas a pagar é composto por:

Table with 3 columns: Item description, 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows include Fornecedores, Franquia a pagar, Provisão para participação nos lucros, etc.

Refere-se a despesas a serem pagas à matriz da Companhia (PII - Prudential International Insurance Service Company, LLC.), principalmente em relação a gastos com TI.

17. Impostos e contribuições

Table with 3 columns: Item description, 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows include Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS, etc.

18. Depósito de terceiros

(a) Saldo contábil

Table with 3 columns: Item description, 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows include Prêmios antecipados, Prêmios e emolumentos recebidos, etc.

(b) Saldo por vencimento dos prêmios antecipados e prêmios e emolumentos recebidos

Table with 3 columns: Item description, 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows include de 1 a 30 dias, de 31 a 60 dias, etc.

19. Outros débitos

Os processos com expectativa de perda provável decorrentes de litígios judiciais estão amparados por provisões registradas no passivo exigível a longo prazo, atualizados com juros de 1% ao mês e correção monetária definido pelo tribunal. Tais provisões estão baseadas na avaliação da possibilidade de perda, conforme prognóstico dos consultores jurídicos da Seguradora, que utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa) entre outros critérios, para fins de sua classificação, sendo objeto de revisão periódica.

Table with 3 columns: Item description, 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows include Fiscais (Nota 19(b)), Trabalhistas (Nota 19 (c)), Cíveis (Nota 19 (c)), etc.

(\*) Em linha com o disposto no CPC 25/ IAS 37, os eventos passados com expectativas de desembolsos mais que prováveis no futuro e que possam ser estimados de forma confiável, devem ser objeto de provisão. Assim, os montantes contabilizados consistem na melhor estimativa da administração quanto à expectativa de desfecho de discussões não judiciais envolvendo reclamações de desembolsos mais que prováveis de acontecerem, relacionadas à comercialização de apólices de vida individual, calculados considerando os dados históricos de desembolsos de discussões dessa natureza, não vinculados a provisões técnicas. As premissas utilizadas para o cálculo da provisão não foram divulgadas em sua totalidade, pois tratam-se de informações sensíveis e estratégicas, além de exporem informações e dados protegidos.

(a) Movimentação das Provisões Judiciais

Table with 5 columns: Item description, Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Outras Provisões, Total. Rows include Saldo em 1º de janeiro de 2021, Constituições/ Reversões, etc.

(b) Processos fiscais

Table with 3 columns: Item description, 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows include IRPJ, CSSL, PIS, etc.

As ações fiscais são provisionadas, independentemente da classificação de probabilidade de perda, pois tratam-se de obrigações legais.

As principais ações movidas pela Seguradora são:

- CSSL - questionamentos quanto:
- ao recolhimento das alíquotas de 10%, 9% e 8%, em vez de 30%, 15% e 18%, respectivamente (princípio de isonomia), estabelecida pela Emenda Constitucional nº 194 e pela Lei nº 9.316/96;
- PIS - questionamentos quanto:
- ao reconhecimento do direito líquido e certo da Impetrante não ser compelida ao recolhimento do PIS com base no art.3º, §1º, Lei nº 9.718/98, tendo em vista a inconstitucionalidade deste artigo;
- à incidência do PIS sobre receitas financeiras dos ativos garantidores - Lei nº 12.973/14;

(c) Processos trabalhistas e cíveis
A Seguradora é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, ex-colaboradores terceirizados e ex-franqueados, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de verbas rescisórias, reintegração e equiparação salarial e vínculo, sendo os pedidos de ex-colaboradores ter-

ceirizados, em sua maioria, de responsabilidade subsidiária. Não é possível divulgar as principais premissas adotadas, nem estimar com precisão o cronograma de conclusão dessas ações judiciais devido a fatores externos e por tratar-se de informações sensíveis e estratégicas que podem prejudicar a posição da Seguradora na disputa com outras partes.

A Seguradora é parte em processos cíveis, movidos majoritariamente por segurados, principalmente em decorrência de litígios relacionados a sinistros e questões envolvendo a comercialização do seguro. Em 31 de dezembro de 2022, os processos cíveis totalizam um montante de R\$5.822 (31 de dezembro de 2021 - R\$4.759). As ações cíveis enquadradas como perdas possíveis totalizam o valor de R\$ 350.046 em 31 de dezembro de 2022 (2021 - R\$ 359.577).

20. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Table with 4 columns: Item description, 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021, 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows include Resultado antes dos tributos e participações, Adições, Excluições, etc.

(i) Conforme Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022 foi alterada a alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) para 16%, até 31 de dezembro de 2022, no caso de pessoas jurídicas de seguros privados.

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

Table with 3 columns: Item description, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021. Rows include Composição do Ativo Diferido, Créditos Tributários Imposto de Renda sobre Diferenças Temporárias - (i), etc.

(b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Table with 3 columns: Item description, 2022, 2021. Rows include Imposto de renda diferido, Saldo inicial, Constituições, etc.

(c) Expectativa de realização

Os créditos tributários diferidos são decorrentes principalmente de diferenças temporárias. A Companhia realizará tais créditos tributários à medida em que as diferenças temporárias vão sendo realizadas e, conforme projeções de resultados, a Administração estima que os lucros tributários produzidos pela Companhia absorverão tais diferenças. As premissas permanecem inalteradas e serão reavaliadas no levantamento das demonstrações financeiras anuais.

(a) Composição

Table with 3 columns: Item description, 2022, 2021. Rows include Provisão Matemática de Benefícios a conceder, Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, etc.

(b) Sinistros judiciais: Os sinistros judiciais apresentam o seguinte cenário:

Table with 5 columns: Item description, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021, Valor em risco visionado, Valor em risco visionado. Rows include Probabilidade de perda, Provável, Possível, Remoto, etc.



PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40

(c) Movimentação das Provisões Técnicas

	Provisão Matemática de Benefícios a Conceder		Demais Provisões	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro de 2021	6.657.810	222.866	265.272	
Entradas	597.343	209.358		
Saídas	(919.713)	(1.560.364)		
Inflação	1.535	74.994		
Demais movimentos	9.034.323	340.266		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.034.323	340.266		
Entradas	262.196	(900.653)		
Saídas	(349.138)	(691.550)		
Inflação	1.953.904	835		
Risco			164.498	
Demais movimentos	11.391.293	504.764		

22. Tabela de desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões referentes às coberturas de vida individual e vida com cláusula de sobrevivência, que até 2012 era contabilizada como provisão de benefícios a regularizar. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos.

Sinistros	2018	2019	2020	2021	2022
Provisões para sinistros no fim do período anterior	22.393	35.078	42.993	58.125	81.469
Antiga Provisão de Benefícios a Regularizar	10.578	20.439	18.477	27.318	40.632
<b>Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>11.815</b>	<b>14.639</b>	<b>24.516</b>	<b>30.807</b>	<b>40.837</b>
Sinistros	144.104	202.181	244.961	401.761	326.533
Exercício atual	144.941	165.178	210.163	339.455	294.868
Exercícios anteriores	(837)	37.003	34.798	62.306	31.665
Pagamentos	(131.419)	(194.266)	(229.829)	(378.417)	(190.404)
Exercício atual	(125.800)	(135.222)	(179.607)	(296.522)	(158.931)
Exercícios anteriores	(5.619)	(59.044)	(50.222)	(81.895)	(31.473)
Provisões para sinistros no fim do período	35.078	42.993	58.125	81.469	217.598
Exercício atual	19.141	29.956	30.525	42.934	151.302
Exercícios anteriores	15.937	13.037	27.600	38.535	66.296
Resseguro	(4.223)	(5.683)	(5.433)	(11.142)	(93.773)
Provisões líquidas de resseguro	30.855	37.310	52.692	70.327	123.825

23. Patrimônio líquido

(a) Capital social  
Em 28 de junho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária da Prudential, foi aprovado o aumento de R\$99.620 no capital social da empresa, cuja integralização ocorreu em 28 de junho de 2021, mediante a emissão de 171 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.  
Em 31 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária da Prudential, foi aprovado o aumento de R\$ 822.488 no capital social da Seguradora, mediante a emissão de 1.593 novas ações ordinárias integralmente subscritas, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 66,56% das ações subscritas integralizadas e 33,44% das ações integralizadas no dia 15 de dezembro de 2022. O referido ato societário foi homologado em 13 de abril de 2022 pela SUSEP.  
Em 30 de junho de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária da Prudential, foi aprovado o aumento de R\$500.000 no capital social da empresa, cuja integralização ocorreu na mesma data, mediante a emissão de 930 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, perfazendo um total de 5.390 ações, sendo 1 ação ordinária do James Wayne Weekly, 01 ação ordinária do David Legher Aguiar, 01 ação ordinária do Ernesto Federico Spagnolli Jaramillo e 5.387 ações ordinárias da Prudential.  
Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, totalmente integralizado, da Prudential é de R\$ 3.118.943 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 2.618.943) e dividido em 5.390 (31 de dezembro de 2021 - 4.460) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.  
(b) Reserva de capital  
A reserva de capital está constituída por subvenções de incentivos fiscais anteriores à Lei nº 11.638/2007.  
(c) Reserva de lucros  
As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Seguradora, após absorção dos prejuízos acumulados, e o restante é destinado para reserva estatutária conforme previsto no Estatuto Social da Seguradora.  
(d) Dividendos mínimos  
O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos de 25%, contudo, a distribuição do lucro do exercício de 2022 em reunião dos sócios acionistas ao longo do ano de 2023.  
(e) Resultado por ação - básico e diluído  
Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41/IAS 33, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido (prejuízo) do exercício aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.  
O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no período.  
O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Numerador		
Lucro (prejuízo) do exercício	251.385	(134.217)
Denominador		
Média ponderada de número de ações em circulação	3.927	2.573
<b>Lucro (prejuízo) por ação - R\$</b>	<b>64.015</b>	<b>(52.164)</b>

A Seguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41/IAS 33. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico demonstrado acima.  
24. Ramos de atuação da Seguradora  
Os principais ramos de atuação da Seguradora, prêmios ganhos, sinistros retidos, despesas com benefícios e resgates, índices de sinistralidade, custos de aquisição e índices de comissionamento estão assim demonstrados:

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistralidade	Custos de aquisição
Vida - Pessoas Coletivo...	86	0%	0%	0%
Vida e Acidentes pessoais	547.212 (227.828)	42% (566.346)	103%	
Funeral	34.841 (958)	3% (8.260)	24%	
Acidentes pessoais	154.480 (43.289)	28% (34.481)	22%	
Doenças Graves ou Doença Terminal	326.437 (180.830)	55% (42.296)	13%	
Eventos Aleatórios	113.218 (12.927)	11% (27.552)	24%	
Outros	2	0%	0%	
<b>Total</b>	<b>1.176.274</b>	<b>(465.834)</b>		<b>(678.935)</b>

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2022	
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistralidade	Custos de aquisição
Vida - Pessoas Coletivo...	356	0%	0%	0%
Vida e Acidentes pessoais	125.304 (198.026)	158% (535.569)	427%	
Funeral	27.035 (1.398)	5% (7.667)	28%	
Acidentes pessoais	130.694 (16.410)	13% (33.186)	25%	
Doenças Graves ou Doença Terminal	265.117 (152.805)	58% (37.839)	14%	
Eventos Aleatórios	93.599 (25.664)	27% (28.669)	31%	
Responsabilidade Civil	-	-	-	-
Facultativa Veículos	(427)	0%	0%	
R.C Geral	267	0%	0%	
Outros	(1)	0%	0%	
<b>Total</b>	<b>641.392</b>	<b>(394.464)</b>		<b>(642.931)</b>

25. Detalhamento de contas das demonstrações do resultado

(a) Prêmios emitidos líquidos		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Prêmios emitidos		5.078.133	3.965.488
Prêmios cancelados		(869.879)	(488.338)
Prêmios restituídos		(19.527)	(12.727)
<b>Total</b>	<b>4.188.727</b>	<b>3.464.423</b>	

(b) Sinistros ocorridos		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Sinistros diretos		(468.699)	(377.688)
Varição da provisão de sinistros*		2.892	(16.776)
Serviços de Assistência		(27)	
<b>Total</b>	<b>(465.834)</b>	<b>(394.464)</b>	

\*Composto pelos Sinistros avisados adicionados das provisões de IBNR e IBNER.

(c) Custos de aquisição		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Comissões sobre prêmios emitidos		(244.933)	(207.868)
Comissão sobre renovação		(133.609)	(132.442)
Comissões indiretas		(161.108)	(156.765)
Bônus e Taxas de manutenção		(143.520)	(113.830)
Varição das despesas de comercialização diferidas		4.235	(32.026)
<b>Total</b>	<b>(678.935)</b>	<b>(642.931)</b>	

(d) Outras receitas e despesas operacionais		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Taxa de franquia		14.463	13.060
Despesas com cobrança		(8)	(2)
Provisão para riscos de créditos duvidosos - provisão sobre prêmios emitidos		(356)	(1.595)
Despesas médicas com avaliação de riscos		(8.569)	(12.459)
Outras receitas com operações de seguros		(15.748)	(7.736)
<b>Total</b>	<b>(10.218)</b>	<b>(8.732)</b>	

(e) Resultado com resseguro		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Recuperação de sinistros		112.659	52.235
Receitas com participações em lucros		3.017	3.644
<b>Despesa com resseguro</b>	<b>(106.567)</b>	<b>(84.741)</b>	
Prêmio de resseguro cedido - repasse		9.109	(28.862)
<b>Total</b>	<b>9.109</b>	<b>(28.862)</b>	

(f) Despesas administrativas		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Pessoal próprio		(215.651)	(191.191)
Serviços de terceiros		(277.990)	(273.320)
Localização e funcionamento		(70.879)	(54.856)
Publicidade e propaganda		(72.880)	(57.072)
Depreciação		(33.135)	(32.130)
Publicações		(157)	(282)
Doativos e contribuições		(1.348)	(1.873)
Provisões judiciais*		(114.708)	(359.390)
Outras provisões*		61.050	203.522
Outras despesas gerais e administrativas		(20.481)	(4.569)
<b>Total</b>	<b>(746.179)</b>	<b>(771.161)</b>	

\*Referente a contingências trabalhistas.

(g) Despesas com tributos		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
COFINS		(74.361)	(74.952)
COFINS Diferido		1.421	816
PIS		(12.276)	(12.180)
PIS Diferido		231	133
Fiscalização - SUSEP		(4.568)	(3.862)
Imposto municipais		(5.122)	-
Outras despesas com tributos		(321.406)	(13.532)
<b>Total</b>	<b>(116.081)</b>	<b>(103.577)</b>	

(h) Resultado financeiro		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receitas financeiras		57.860	34.726
Rendimentos de títulos de renda fixa - privados			
Rendimentos de títulos de renda fixa - públicos e fundos de investimento		1.294.229	1.290.165
Receitas com operações de seguros e resseguros		248.727	243.405
Outras receitas financeiras		33.074	12.835
<b>Total</b>	<b>1.633.890</b>	<b>1.581.131</b>	

(i) Resultado financeiro		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Despesas financeiras			
Despesas com títulos de renda variável		(19.160)	(26.581)
Perda na venda de ativos de renda fixa (a)		(359.973)	-
Despesas com renda fixa		(1.736)	(1.736)
Despesas com operações de seguro		(36.008)	(27.243)
Atualização monetária de impostos/processos fiscais		(31.615)	(10.880)
Taxa de administração de carteira		(3.987)	(3.468)
Varição cambial		(56)	(27)
Despesa financeira de arrendamento		(4,004)	(4,297)
Outras despesas financeiras		(149)	(23)
<b>Total</b>	<b>(456.688)</b>	<b>(74.255)</b>	

Resultado financeiro (a) Ao longo do segundo semestre de 2022 foram realizadas perdas nos resgates de aplicações classificadas como disponíveis para venda referente a títulos públicos.

(i) Perdas com ativos não correntes

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Provisão de ajuste de preço de aquisição de controlada	-	2.294
Baixa/alienação de imobilizado	(579)	261
Outros recebimentos de ativo imobilizado		695
Outras receitas/despesas não operacionais	565	695
Despesas com Prudential Internacional Insurance ("PII")	(4.933)	(59.230)
<b>Total</b>	<b>(4.947)</b>	<b>(55.980)</b>

26. Benefícios a empregados

(a) Contribuição ao plano de previdência (PGBL)  
A Seguradora oferece aos funcionários e dirigentes a possibilidade de aderir ao plano de aposentadoria complementar.  
A companhia oferece dois planos: Plano Gerador de Benefícios Livre - PGBL e Vida gerador de benefícios livre - VGBL, administrado pela Bradesco Vida e Previdência.  
As despesas com este benefício foram registradas no resultado no montante de R\$ 7.048 em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 7.456).  
(b) Outras obrigações pós-emprego  
A Seguradora não oferece benefícios pós-emprego.  
(c) Participação nos lucros e bônus  
A Seguradora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta as metas estipuladas pela Administração da Seguradora, acrescida dos valores estabelecidos na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria.

27. Partes relacionadas  
(a) Partes relacionadas  
As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31 de dezem- bro de 2022	31 de dezem- bro de 2021	31 de dezem- bro de 2022	31 de dezem- bro de 2021	31 de dezem- bro de 2022	31 de dezem- bro de 2021
Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. (i)	206	183	-	-	454	498
Prudential Insurance (ii)	-	-	37.341	32.408	(4.933)	(59.320)
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>183</b>	<b>36.176</b>	<b>32.408</b>	<b>(4.479)</b>	<b>(73.557)</b>

(i) O saldo é composto por despesas compartilhadas entre as Seguradoras e valores referentes a seguros de empregado.  
(ii) Refere-se a saldo de despesas a pagar à matriz, Prudential International Insurance Service Company, LLC, referente, em sua grande maioria, a gastos com TI a nível grupo, registrados nas despesas administrativas e em variação cambial.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A diretoria executiva inclui os diretores estatutários. A remuneração do pessoal-chave em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	Passivo		Resultado	
	2022	2021	2022	2021
	15.457	13.040	(21.834)	(17.322)
<b>Total</b>	<b>15.457</b>	<b>13.040</b>	<b>(21.834)</b>	<b>(17.322)</b>

28. Garantia das provisões técnicas de seguros

Para garantia das provisões técnicas, as seguintes parcelas do ativo da Seguradora estavam retidas ou vinculadas à SUSEP:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Títulos públicos	4.300.416	2.013.780
Quotas de fundos de investimentos - renda fixa	9.136.772	8.663.647
Letras financeiras	95.042	86.715
Debêntures	523.293	100.742
Fundos multimercado	191.621	180.435
Total de ativos dados em garantia	<b>14.247.144</b>	<b>11.045.319</b>
Provisões técnicas - Seguros	11.895.116	9.374.589
(-) Resseguro - recuperação sinistros/ eventos (*)	(78.213)	(18.222)
Ajuste do TAP	-	12
Total do passivo a cobrir	<b>11.816.903</b>	<b>9.356.379</b>
<b>Excedente de ativos vinculados</b>	<b>2.430.241</b>	<b>1.688.940</b>

(\*) Exceto movimentação relativa à provisão de prêmios não ganhos e provisão matemática de benefícios a conceder (vide Nota 8).

29. Eventos subsequentes

Debêntures da Americanas S.A.  
Em 31 de dezembro de 2022, tínhamos em nosso ativo de aplicações financeiras o total de R\$29.326 considerando o ajuste de valor a mercado (AVM) negativo no valor de R\$2.238 (Valor líquido no ativo de R\$27.088) referentes a debêntures da Americanas S.A. adquiridas entre novembro de 2021 e setembro de 2022 e seus vencimentos entre outubro e dezembro de 2020. Após o pedido de recuperação judicial solicitado pela Companhia em referência, o saldo de ativo líquido pela marcação a mercado encontra-se próximo de zero e o ajuste, por ser um ativo classificado como disponível para venda, é realizado no patrimônio líquido enquanto não há liquidação destes ativos. A Seguradora aval

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos

nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, anteriormente referidas, em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

**Outros assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios e Sinistros (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), tendo sido definido pela Companhia um plano de ação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Consultores Ltda.  
CNPJ: 02.189.924/0001-03  
CIBA 45  
Felipe Fieri Amado  
MIBA 2.385



**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas  
Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p><b>Provisões para outros débitos (Notas 3(b) e 19)</b></p> <p>A Seguradora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e fiscal, assim como está sujeita a riscos associados a eventos passados relativos a discussões não judiciais. A classificação do risco de perda e a mensuração dos valores das provisões trabalhistas, cível e fiscal nas esferas judiciais e administrativas consideram a avaliação dos assessores jurídicos da Seguradora, históricos das decisões proferidas em processos similares, quando aplicável, e as estimativas da administração quanto aos valores prováveis de desembolsos na liquidação desses processos, os quais envolvem elevado grau de julgamento e subjetividade. Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo período de tempo e envolvem, além das discussões acerca do mérito, aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. No que se refere à provisão para perdas em discussões não judiciais, sua mensuração envolve julgamento crítico da administração na definição de premissas e modelos de cálculo. Alterações nas avaliações dos riscos de perda e das estimativas de valor dos processos judiciais e administrativos, bem como das premissas de cálculo da provisão para perdas em discussões não judiciais, podem impactar de forma significativa as provisões constituídas. <b>Mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros (PMBaC, IBNR e IBNeR) e teste de adequação de passivos (TAP) (Notas 2.9, 3(a) e 21)</b></p> <p>A Seguradora possui obrigações referentes a contratos de seguros registradas nas rubricas "Provisões Técnicas" nas demonstrações financeiras. A mensuração dos montantes registrados nas provisões técnicas envolve julgamento crítico da administração na definição das metodologias de cálculo e premissas atuariais, com destaque para a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), a provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e a provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC). Adicionalmente, a Seguradora realizou o Teste de Adequação de Passivos (TAP), utilizando métodos estatísticos e atuariais, com o objetivo de avaliar a necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC) decorrente de possíveis insuficiências nos valores das obrigações dos contratos de seguros. Em nossa avaliação, consideramos essa uma área de foco de auditoria devido à relevância dos valores e os julgamentos e premissas envolvidos para a mensuração das referidas provisões técnicas.</p>	<p>Dentre os principais procedimentos realizados, destacamos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetuamos entendimento dos controles internos relevantes que envolvem processos relacionados com a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes.</li> <li>• Obtivemos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, o qual considera o histórico de perda em processos de mesma natureza e prognósticos fornecidos pelos assessores jurídicos externos.</li> <li>• Efetuamos procedimentos de confirmação, junto aos assessores jurídicos externos da Seguradora, sobre as informações dos processos, incluindo a avaliação do risco de perda, a totalidade das informações e o valor das provisões.</li> <li>• Adicionalmente, testamos a integridade da base de dados dos processos não judiciais e, com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise da razoabilidade das premissas e modelos de cálculo utilizados pela administração, bem como recalculamos, em base amostral, a referida provisão. Também analisamos o histórico de decisões passadas, confrontando, em base amostral, com os valores desembolsados.</li> </ul> <p>Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as premissas e os julgamentos adotados pela administração para mensuração das provisões para outros débitos estão consistentes e alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p><b>Valor recuperável de créditos tributários (Notas 2.16, 3(d), 10 e 20)</b></p> <p>A Seguradora possui créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias constituídos nos termos da legislação em vigor, conforme Circular SUSEP no 648 de 12 de novembro de 2021. Esses créditos foram constituídos considerando as expectativas de realização determinadas com base em projeções de resultados tributáveis futuros. Na elaboração das referidas projeções foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, bem como estimativas de prazos de realização das diferenças temporárias. Nesse contexto, essa é uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, o valor do ativo fiscal reconhecido, bem como os prazos previstos de realização dos créditos tributários.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e das projeções de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração. Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado. Também comparamos as projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos e obtivemos explicações para as principais variações. Com o apoio dos nossos especialistas, testamos as bases de cálculo dos referidos créditos, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes, e analisamos a razoabilidade dos prazos de utilização dos créditos tributários. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as principais premissas utilizados pela administração para a avaliação do valor recuperável desses ativos são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.</p>

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando a controlada e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Seguradora.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda  
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos  
Contador  
CRC 1PR050377/O-6

# Diário Comercial

O **Diário Comercial** oferece o melhor custo benefício do mercado para publicações legais, como: Atas, Avisos, Balanços, Comunicados, Editais e Fatos Relevantes.

Com atendimento ágil e personalizado é o veículo adequado ao público do setor financeiro.





## Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.

CNPJ 01.704.513/0001-46



## Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia") relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648, emitida em 12/11/2021.

## 1. Principais informações financeiras:

R\$ milhões	2022	2021	Δ
Prêmios emitidos	634,6	556,0	14,1%
Variáveis das provisões técnicas de prêmios	8,4	-7,8	NA
Prêmios ganhos	657,5	562,6	16,9%
Sinistros ocorridos	-347,8	-467,9	25,7%
Resultado com operações de resseguro	35,9	12,6	184,4%
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	82,6	69,7	18,5%
Rendas com taxa de gestão e outras taxas	62,9	68,6	-8,3%
Variáveis de outras provisões técnicas	-154,0	-182,7	15,7%
Despesas administrativas	-125,1	-126,8	1,4%
Resultado financeiro	82,9	60,0	38,2%
Resultado antes dos impostos e participações	39,4	-262,4	NA
Prejuízo do exercício	-51,4	-159,4	67,7%

**2. Comentário sobre o desempenho:** Em 2022, a receita com prêmios ganhos atingiu R\$657,5 milhões, 16,9% superior em relação a 2021, refletindo o crescimento da receita com prêmios emitidos ao longo do ano. Os sinistros ocorridos reduziram 25,7% em função principalmente do menor volume de sinistros vinculados à morte por COVID-19, acompanhando a melhora do cenário de pandemia no País e no mundo. As receitas de contribuições e prêmios de VGBL alcançaram R\$82,6 milhões no ano, aumento de 18,5% frente a 2021. Em contrapartida, a receita de rendas com taxa de gestão e outras taxas apresentou queda de 8,3% em relação ao ano anterior. O re-

sultado financeiro atingiu R\$82,9 milhões no ano, crescimento de 38,2% na comparação com 2021. Em 2022, a Companhia atingiu um prejuízo de R\$51,4 milhões frente ao prejuízo de R\$159,4 milhões em 2021, refletindo um melhor resultado antes de impostos, acompanhando a recuperação do segmento de seguro de vida e acidentes pessoais em termos de receitas, sobretudo com o seguro viagem, e a importante melhora na rubrica de sinistros ocorridos, comentada anteriormente. **3. Reorganizações societárias:** Em 23/02/2022, a Sul América S.A. ("SASA"), então controladora indireta da Companhia, e a Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or") informaram aos seus respectivos acionistas e ao mercado em geral que celebraram, nesta data, após as devidas aprovações de seus Conselhos de Administração e opinião favorável do Conselho Fiscal da SASA, o Acordo de Associação e o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da SASA pela Rede D'Or ("Protocolo e Justificação"), por meio dos quais acordaram os termos e condições de uma operação de combinação de negócios entre as duas companhias, com a unificação de suas bases acionárias, por meio da incorporação da SASA pela Rede D'Or ("Operação"), nos termos dos artigos 223 a 227 da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução CVM nº 565/2015, resultando (i) na extinção da SASA, sucedida pela Rede D'Or em todos os seus bens, direitos e obrigações; e (ii) no recebimento, pelos acionistas da SASA, de novas ações ordinárias de emissão da Rede D'Or em substituição às ações ordinárias ou preferenciais da SASA aos titulares na data de consumação da incorporação ("Acionistas SASA"). A Operação engloba dois líderes do mercado de saúde no Brasil, juntando a maior rede hospitalar a uma das principais seguradoras independentes do País. A combinação entre as companhias baseia-se em fundamentos estratégicos para expansão e alinhamento dos seus ecossistemas de saúde, incluindo os negócios de saúde, odontológico, vida, previdência e investimentos, em favor de todos os clientes, beneficiários e parceiros de negócio. A Operação estava sujeita a condições precedentes previstas em contrato e às aprovações das Assembleias Gerais das duas companhias e seus órgãos reguladores competentes. Em 14/04/2022, a Operação foi submetida e aprovada pelas Assembleias Gerais da SASA e da Rede D'Or. Em 10/08/2022, a Operação foi aprovada pela SUSEP. Em 07/11/2022, a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") decidiu pela aprovação da Operação sem restrições. Esta decisão foi publicada no dia 08/11/2022, quando se iniciou o prazo de 15 dias para eventuais manifestações de terceiros ou avocação do Tribunal do CADE. Após manifestações de terceiros interessados, em 14/12/2022 ocorreu a sessão de julgamento em

que o Tribunal do CADE aprovou, sem restrições, a Operação. Em 19/12/2022, a Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS") aprovou, com restrições, o pedido de aprovação prévia relativo à transferência do controle acionário das sociedades controladas pela SASA para a Rede D'Or, no contexto da Operação. Em 20/12/2022, os Conselhos de Administração de ambas as companhias se reuniram e, diante do implemento das condições precedentes aplicáveis, autorizaram a imediata consumação da Operação. Uma vez implementada e concluída a Operação, portanto, os Acionistas SASA migraram para a base acionária da Rede D'Or, que segue como uma companhia aberta listada no Novo Mercado da B3 – Bolsa, Brasil, Balcão. A Rede D'Or, por sua vez, assumiu o controle das sociedades anteriormente controladas, direta ou indiretamente, pela SASA, como no caso desta Companhia. **4. Investimentos:** A Companhia não possui investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas. **5. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado. **6. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte de acordo de acionistas. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023.

## A ADMINISTRAÇÃO.

## Avisos

1) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal/>; b) <https://portal.sulamericaseguros.com.br/institucional/demonstracoes-financeiras/>.

Balanços patrimoniais resumidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais)

	Notas	2022	2021		Notas	2022	2021
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
Ativo circulante		10.593.775	9.676.486	Passivo circulante		2.063.916	2.411.963
Disponível		8.843	18.075	Contas a pagar		33.195	36.949
Caixa e bancos		8.843	18.075	Obrigações a pagar	9.1	7.947	8.959
Aplicações	5	10.319.867	9.439.705	Impostos e encargos sociais a recolher		7.223	7.271
Créditos das operações com seguros e resseguros		163.044	142.995	Encargos trabalhistas		5.685	5.561
Prêmios a receber	6	154.351	133.599	Impostos e contribuições		503	4.034
Operações com seguradoras		4	27	Outras contas a pagar	9.2	11.837	11.124
Operações com resseguradoras	8.1	8.689	9.369	Débitos de operações com seguros e resseguros		83.746	77.354
Créditos das operações com previdência complementar		2.840	2.682	Débitos de operações com previdência complementar		22.666	18.646
Outros créditos operacionais		7	–	Depósitos de terceiros		15.652	18.229
Ativos de resseguro e retrocessão		25.736	14.792	Provisões técnicas - seguros	10.1	1.214.796	1.095.362
Títulos e créditos a receber		35.506	19.510	Provisões técnicas - previdência complementar	10.2	685.093	1.154.978
Títulos e créditos a receber		27.947	17.201	Outros débitos		8.768	10.445
Créditos tributários e previdenciários	7.1	3.833	290	Provisões judiciais	11.2	4.285	7.848
Assistência financeira a participantes		2.103	1.216	Débitos diversos		4.483	2.597
Outros créditos		1.623	803	Passivo não circulante		8.711.916	7.400.872
Despesas antecipadas		1.560	1.252	Contas a pagar		28.803	28.014
Custos de aquisição diferidos	8	36.372	37.475	Obrigações a pagar	9.1	26.836	25.536
Ativo não circulante		903.460	926.925	Outras contas a pagar	9.2	1.967	2.478
Realizável a longo prazo		844.414	886.300	Débitos de operações com seguros e resseguros		99	73
Aplicações	5	377.662	363.903	Provisões técnicas - seguros	10.1	3.596.223	3.136.131
Créditos das operações com seguros e resseguros		520	3.040	Provisões técnicas - previdência complementar	10.2	4.964.193	4.106.085
Prêmios a receber	6	520	445	Outros débitos		116.421	124.242
Operações com resseguradoras		–	2.595	Provisões judiciais	11.2	116.421	124.242
Ativos de resseguro e retrocessão		3.544	6.233	Débitos diversos		6.177	6.327
Títulos e créditos a receber		413.451	470.986	Patrimônio Líquido		721.403	790.576
Créditos tributários e previdenciários	7.1	194.130	256.478	Capital social	12.1	878.351	828.351
Depósitos judiciais e fiscais	11.1	215.205	211.782	Aumento de capital em aprovação		–	50.000
Assistência financeira a participantes		2.284	1.199	Ajustes de avaliação patrimonial		(47.468)	(29.692)
Outros créditos operacionais		1.832	1.527	Prejuízos acumulados		(109.480)	(58.083)
Outros valores e bens		10.133	8.584	Total do ativo		11.497.235	10.603.411
Custos de aquisição diferidos	8	39.104	33.554	Total do passivo		11.497.235	10.603.411
Imobilizado		2.275	1.853				
Intangível		56.771	38.772				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido resumidas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Aumento			Total das reservas de lucros	Ajustes de títulos e valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	capital em aprovação	de lucros				
<b>Saldos em 01/01/2021</b>	<b>367.551</b>	<b>130.800</b>	<b>101.270</b>	<b>5.810</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>605.431</b>
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 704 aprovada no dia 13/01/2021	130.800	(130.800)	–	–	–	–	–
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$285.000, conforme AGE do dia 29/06/2021, à razão de R\$9,46 (em reais) por ação	–	285.000	–	–	–	–	285.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$45.000, conforme AGE do dia 31/08/2021, à razão de R\$5,69 (em reais) por ação	–	45.000	–	–	–	–	45.000
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 471 aprovada no dia 05/11/2021	285.000	(285.000)	–	–	–	–	–
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 568 aprovada no dia 30/12/2021	45.000	(45.000)	–	–	–	–	–
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$50.000, conforme AGE do dia 30/12/2021, à razão de R\$5,21 (em reais) por ação	–	50.000	–	–	–	–	50.000
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(159.353)</b>	<b>(159.353)</b>
<b>Proposta de destinação do resultado:</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Compensação de prejuízos com reserva estatutária	–	–	(78.662)	–	–	78.662	–
Compensação de prejuízos com reserva legal	–	–	(22.608)	–	–	22.608	–
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(35.502)</b>	<b>–</b>	<b>(35.502)</b>
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>828.351</b>	<b>50.000</b>	<b>–</b>	<b>(29.692)</b>	<b>(58.083)</b>	<b>790.576</b>	<b>790.576</b>
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 704 aprovada no dia 27/04/2022	50.000	(50.000)	–	–	–	–	–
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(51.397)</b>	<b>(51.397)</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(17.776)</b>	<b>–</b>	<b>(17.776)</b>
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>878.351</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(47.468)</b>	<b>(109.480)</b>	<b>721.403</b>	<b>721.403</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas resumidas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional:** A SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larraçoi Lucas, nº 121 parte, no bairro Cidade Nova, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de pessoas e planos de previdência privada aberta, e tem como controladora direta a Sul América Companhia de Seguro Saúde ("CIA. SAÚDE"), que possui 100% de participação. A CIA. SAÚDE tem como controladora indireta a Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or"), com 47,15% de participação direta e 52,85% de participação indireta através de outras controladas. A Rede D'Or é uma companhia de capital aberto e divulgará, em 27/03/2023, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Os Administradores da Companhia informam que estas demonstrações financeiras resumidas estão sendo publicadas em conformidade com as alterações introduzidas no art. 289 da Lei nº 6.404/1976 pela Lei nº 13.818 de 24/04/2019 com vigência a partir de 01/01/2022 e orientações introduzidas no Parecer de Orientação da CVM nº 39 de 20/12/2021 quando aplicável às empresas reguladas pela SUSEP, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável que estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: 1 - <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>. 2 - <https://portal.sulamericaseguros.com.br/institucional/demonstracoes-financeiras/>. 1.1. Análise de impactos trazidos pela COVID-19 (nota 1.1 na versão completa): Na unidade de negócios de Vida e Previdência, o exercício de 2022 apresentou crescimento de 15,1% nos prêmios emitidos na carteira de Vida em comparação ao exercício anterior (R\$633,9 milhões em 2022 x R\$550,9 milhões em 2021). Essa melhora foi influenciada, principalmente, pelo aumento de 164,3% nas emissões do Seguro Viagem acompanhando a retomada das viagens em virtude da diminuição dos controles sanitários impostos em função da COVID-19, como também pelo crescimento de 14,8% na carteira de produtos coletivos em 2022 quando comparados ao ano anterior. No segmento de Vida foi observada uma redução de 35,6 p.p., na sinistralidade do ano quando comparada ao ano anterior, impactada, principalmente, pelo aumento da população vacinada e consequentemente um número menor de sinistros regulados vinculados à morte por COVID-19. 1.2. Associação Sul América S.A. ("SASA") e Rede D'Or (nota 1.2 na versão completa): Em 23/02/2022, a SASA, então controladora indireta da Companhia, e a Rede D'Or informaram aos seus respectivos acionistas e ao mercado em geral que celebraram, nesta data, após as devidas aprovações de seus Conselhos de Administração e opinião favorável do Conselho Fiscal da SASA, o Acordo de Associação e o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da SASA pela Rede D'Or ("Protocolo e Justificação"), por meio dos quais acordaram os termos e condições de uma operação de combinação de negócios entre as duas companhias, com a unificação de suas bases acionárias, por meio da incorporação da SASA pela Rede D'Or ("Operação"), nos termos dos artigos 223 a 227 da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução CVM nº 565/2015, resultando (i) na extinção da SASA, sucedida pela Rede D'Or em todos os seus bens, direitos e obrigações; e (ii) no recebimento, pelos acionistas da SASA, de novas ações ordinárias de emissão da Rede D'Or em substituição às ações ordinárias ou preferenciais da SASA aos titulares na data de consumação da incorporação ("Acionistas SASA"). A Operação engloba dois líderes do mercado de saúde no Brasil, juntando a maior rede hospitalar a uma das principais seguradoras independentes do País. A combinação entre as companhias baseia-se em fundamentos estratégicos para expansão e alinhamento dos seus ecossistemas de saúde, incluindo os negócios de saúde, odontológico, vida, previdência e investimentos, em favor de todos os clientes, beneficiários e parceiros de negócio. A Operação estava sujeita a condições precedentes previstas em contrato e às aprovações das Assembleias Gerais das duas companhias e seus órgãos reguladores competentes. Em 14/04/2022, a Operação foi submetida e aprovada pelas Assembleias Gerais da SASA e da Rede D'Or. Em 10/08/2022, a Operação foi aprovada pela SUSEP. Em 07/11/2022, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") decidiu pela aprovação da Operação sem restrições. Esta decisão foi publicada no dia 08/11/2022, quando se iniciou o prazo de 15 dias para eventuais manifestações de terceiros ou avocação do Tribunal do CADE. Após manifestações de terceiros interessados, em 14/12/2022 ocorreu a sessão de julgamento em que o Tribunal do CADE aprovou, sem restrições, a Operação. Em 19/12/2022, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou o pedido de aprovação prévia relativo à transferência do controle acionário das sociedades controladas pela SASA para a Rede D'Or, no contexto da Operação, com restrições, que incluem: "Abstenção de representante da Rede D'Or no Conselho de Administração da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Qualicorp) em voto de deliberação exclusivas de assuntos das operadoras do Grupo

Demonstrações dos fluxos de caixa resumidas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(em milhares de reais)

Descrição	2022	2021
Caixa líquido gerado / (consumido) nas atividades operacionais	21.677	(346.236)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(27.392)	(30.270)
Caixa líquido gerado / (consumido) gerado nas atividades de financiamento	(3.517)	377.708
<b>Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(9.232)</b>	<b>1.202</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.075	16.873
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>8.843</b>	<b>18.075</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SulAmérica; • Não comercialização exclusiva pela Qualicorp dos produtos do Grupo SulAmérica e nem dos produtos do Grupo SulAmérica exclusivamente pela Qualicorp; • Realização de medidas de saneamento econômico-financeira de controlada do grupo; e • Monitoramento da operação por 2 anos a partir da data de sua aprovação. Em 20/12/2022, os Conselhos de Administração de ambas as companhias se reuniram e, diante do implemento das condições precedentes aplicáveis, autorizaram a imediata consumação da Operação. Uma vez implementada e concluída a Operação, portanto, os acionistas SASA migraram para a base acionária da Rede D'Or, que segue como uma companhia aberta listada no Novo Mercado da B3 – Bolsa, Brasil, Balcão. A Rede D'Or, por sua vez, assumiu o controle das sociedades que eram controladas, direta ou indiretamente, pela SASA, como no caso desta Companhia. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648, emitida em 12/11/2021. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/02/2023. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos; • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5). **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. Resumo das práticas contábeis: A seguir, estão sendo apresentadas as políticas contábeis críticas e discricionárias e mudanças de práticas contábeis em relação ao exercício anterior. A descrição completa das políticas contábeis aplicadas na elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício de 2022 estão disponíveis nas demonstrações financeiras completas auditadas da Companhia conforme informado na nota 1.3.2. Redução ao valor recuperável (nota 3.4 na versão completa): **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros:** A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente. As perdas por redução do valor recuperável para os ativos intangíveis de vida útil definida, quando aplicável, são registradas na rubrica "Resultado patrimonial", no resultado do exercício. Não há ativos não financeiros com perdas de valor recuperável em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e não houve registro de perdas nos resultados dos respectivos exercícios. 3.3. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (nota 3.7 na versão completa): As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

aliquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras, levando-se em consideração o período em que ocorrerá a realização dos aludidos créditos tributários na eventualidade de alterações nas aliquotas nominais dos tributos incidentes sobre a renda. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos a serem registrados em contas de ativo desta entidade legal está escorado em estudos de rentabilidade futura, aprovados e validados por parte da Administração da Companhia para um horizonte compreendido dentro de um interstício temporal de 5 anos. Os créditos tributários para os quais, segundo a avaliação da Administração da Companhia, não comportam realização dentro do interstício temporal, abrangido pelo referido estudo, serão acompanhados de provisão para perdas em sua integralidade. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária. **3.4. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test – LAT) (nota 3.9 na versão completa):** A adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro. Os fluxos de caixa dos prêmios e contribuições futuras são segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios e contribuições registradas, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação são consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista é trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco. Para os contratos de previdência, a estimativa de sobrevivência utilizada é a tábua de sobrevivência BR-EMS e para as estimativas de conversão em renda vitalícia, cancelamento e resgate foram utilizados dados de até 5 anos de experiência da Companhia. Os fluxos dos passivos levam em consideração a tábua e a taxa de juros contratada pelo participante. Os produtos avaliados no LAT possuem tabuças contratuais AT-49, AT-83, AT 2000 e BR-EMS, e as taxas de juros contratadas podem variar de 0% a 6% para os produtos tradicionais e 0% a 5% para os produtos Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL). Os fluxos de caixa referentes à PMBAC e PMBC relacionados a contribuições registradas, são descontados a valor presente com base na ETTJ, e deduzidos da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos garantidores das provisões técnicas, classificados como mantidos até o vencimento (as taxas contratadas dos ativos garantidores referentes às provisões matemáticas de previdência variam de 3,27% a 8,68%). Destacamos ainda que eventuais déficits na PMBAC e PMBC não são compensados. O resultado do LAT demonstrou uma necessidade de constituição em 31/12/2022, de Provisão Complementar de Cobertura (PCC) de R\$150.920 (R\$95.035 em 2021). Alguns contratos de seguro de vida com a figura de estipulante e sem reequilíbrio de prêmios por faixa etária atingida, para fins de apuração do LAT, são agrupados com os contratos de seguro de pessoas e previdência, e por esse motivo não há necessidade de constituição da PCC. Para as demais operações de seguros, também é realizado o teste de adequação de passivos, que aponta a adequação das provisões e, portanto, não há necessidade de constituição da PCC. **3.5. Provisões para ações judiciais (nota 3.10 na versão completa):** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. **3.5.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial cível seja classificado como especial, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Especiais da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como especiais em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais. Os processos cíveis são atualizados mensalmente pelo IPCA, com incidência de juros de 10,58% ao ano (10,79% em 2021). Já os processos trabalhistas são atualizados considerando o índice de correção monetária individualizado por processo, de acordo com as regras de modulação estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Neste caso, os processos podem ser atualizados apenas pela SELIC, ou pelos índices IPCA-E, INPC ou pelo TR, com incidência de juros de 10,58% ao ano (10,79% em 2021). Os processos previdenciários, por sua vez, são atualizados apenas pela SELIC. As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante em rubrica própria e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.5.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas com tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, que estejam sendo discutidas na esfera judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente, conforme disposto pela legislação de regência do Tributo em disputa. Provisões são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. Nestes termos, provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado, sendo assim passível de reconhecimento contábil dentro das demonstrações financeiras, sob a rubrica "Provisões judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são contabilizados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente, mormente, com base na variação da taxa SELIC, em conformidade com a legislação vigente. **3.6. Estimativas (nota 3.15 na versão completa):** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, provisões técnicas, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletido na provisão para ações judiciais, e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas explicativas completas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e disponíveis para a venda (nota 6); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 9.3); • Movimentação dos custos de aquisição diferidos (nota 10); • Provisão de Sinistros a Liquidar e IBNR (nota 16); e • Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 19). **4. Gestão de riscos (nota 4 na versão completa):** O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas, descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos e controles:** Processo de identificação, controle e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos prioritizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitoradas e gerenciadas através de indicadores e relatórios elaborados pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio e ao Comitê de Auditoria, de acordo com periodicidade mínima pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e

de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categorias de riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. O Apetite a Riscos tem por objetivo criar fronteiras para assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. Tais resultados e monitoramentos são acompanhados periodicamente pelo Comitê de Auditoria. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Auditoria o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos da SulAmérica tem a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles. O programa de gestão de riscos da SulAmérica está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (The Institute of Internal Auditors), o Modelo das Três Linhas ajuda as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliem no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da SulAmérica. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeiras e segundas gestões dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na SulAmérica. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos os quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de liquidez, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos estão divulgadas nas demonstrações financeiras completas da Companhia, conforme informado na nota 1. **4.1. Gestão de capital (nota 4.7 na versão completa):** A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os exercícios de 2022 e 2021, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Adicionalmente, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de negócio e risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado nos exercícios de 2022 e 2021.

**5. Aplicações (nota 6 na versão completa):**

**5.1. Composição das aplicações (nota 6.1 na versão completa):**

Descrição	2022							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva / contábil	Valor de mercado		
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	-	-	1.079.683	1.001.322	377.661	384.790	-	<b>1.378.983</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	34.251	34.256	-	-	-	SELIC 34.256
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	944.525	866.269	73.037	63.646	IPCA+4,06%a.a.	939.306
Série C - pós-fixado IGP-M	-	-	100.907	100.797	304.624	321.144	IGPM+6,55%a.a.	405.421
<b>Títulos de renda variável</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	14	-	-	-	14
Valor recuperável	-	-	-	(14)	-	-	-	(14)
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>8.052.022</b>	<b>8.050.306</b>	-	-	<b>1.267.840</b>	<b>1.371.958</b>	-	<b>9.318.146</b>
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	139.985	139.985	-	-	-	-	-	139.985
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	7.912.037	7.910.321	-	-	1.267.840	1.371.958	-	9.178.161
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	151.288	151.311	-	-	-	-	102,32%CDI	151.311
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado	161	182	-	-	-	-	18,47%a.a.	182
Pós-fixado CDI	595.376	596.427	-	-	-	-	102,28%CDI	596.427
Pós-fixado IPCA	463	423	-	-	-	-	IPCA+5,47%a.a.	423
Pós-fixado IGP-M	2.831	1.746	-	-	-	-	IGPM+1,01%a.a.	1.746
Letras financeiras	860.703	858.253	-	-	-	-	107,66%CDI	858.253
Notas promissórias	22.261	22.261	-	-	-	-	101,35%a.a.	22.261
Letras financeiras do tesouro	2.206.175	2.209.260	-	-	-	-	SELIC	2.209.260
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado	3.913	3.848	-	-	-	-	9,27%a.a.	3.848
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Série F - pré-fixado	689	649	-	-	-	-	9,47%a.a.	649
Série B - pós-fixado IPCA	46.478	44.262	-	-	-	-	IPCA+4,82%a.a.	44.262
Série C - pós-fixado IGP-M	-	-	-	-	1.267.840	1.371.958	IGPM+7,29%a.a.	1.267.840
Operações compromissadas	202.599	202.599	-	-	-	-	SELIC	202.599
Ações	282.637	282.637	-	-	-	-	-	282.637
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	3.552.224	3.552.224	-	-	-	-	-	3.552.224
Outros	(15.761)	(15.761)	-	-	-	-	-	(15.761)
<b>Subtotal</b>	<b>8.052.022</b>	<b>8.050.306</b>	<b>1.079.683</b>	<b>1.001.322</b>	<b>1.645.501</b>	<b>1.756.748</b>	-	<b>10.697.129</b>
<b>Percentual total contábil</b>	-	<b>75,26%</b>	-	<b>9,36%</b>	-	<b>15,38%</b>	-	<b>100,00%</b>
<b>Outras aplicações</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>400</b>
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>10.697.529</b>
<b>Circulante</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>10.319.867</b>
<b>Não circulante</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>377.662</b>

Descrição	2021							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva / contábil	Valor de mercado		
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	11.449	11.435	872.296	822.774	363.903	394.047	-	<b>1.198.112</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	11.449	11.435	28.379	28.388	-	-	-	SELIC 39.823
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	843.917	794.386	69.164	66.426	IPCA+3,79%a.a.	863.550
Série C - pós-fixado IGP-M	-	-	-	-	294.739	327.621	IGPM+6,80%a.a.	294.739
<b>Títulos de renda variável</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	-	17	-	-	17
Valor recuperável	-	-	-	-	(17)	-	-	(17)
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>7.430.619</b>	<b>7.379.814</b>	-	-	<b>1.224.898</b>	<b>1.399.628</b>	-	<b>8.604.712</b>
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	246.635	246.635	-	-	-	-	-	246.635
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	7.183.984	7.133.179	-	-	1.224.898	1.399.628	-	8.358.077
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	10.776	10.812	-	-	-	-	101,21%CDI	10.812
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	494.335	494.742	-	-	-	-	103,18%CDI	494.742
Pós-fixado IPCA	438	423	-	-	-	-	IPCA+5,47%a.a.	423
Pós-fixado IGP-M	2.543	2.172	-	-	-	-	IGPM+0,95%a.a.	2.172
Letras financeiras	897.324	888.578	-	-	-	-	109,76%CDI	888.578
Letras financeiras do tesouro	1.509.343	1.504.454	-	-	-	-	SELIC	1.504.454
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado	6.078	5.945	-	-	-	-	8,23%a.a.	5.945
Títulos da dívida agrária	5.763	5.805	-	-	-	-	TR+10,64%a.a.	5.805
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Série F - pré-fixado	351	325	-	-	-	-	7,33%a.a.	325
Série B - pós-fixado IPCA	461.069	424.081	-	-	-	-	IPCA+2,25%a.a.	424.081
Série C - pós-fixado IGP-M	-	-	-	-	1.224.898	1.399.628	IGPM+7,27%a.a.	1.224.898
Operações compromissadas	347.991	347.869	-	-	-	-	SELIC	347.869
Ações	374.422	374.422	-	-	-	-	-	374.422
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	3.092.493	3.092.493	-	-	-	-	-	3.092.493
Outros	(18.942)	(18.942)	-	-	-	-	-	(18.942)
<b>Subtotal</b>	<b>7.442.068</b>	<b>7.391.249</b>	<b>872.296</b>	<b>822.774</b>	<b>1.588.801</b>	<b>1.793.675</b>	-	<b>9.802.824</b>
<b>Percentual total contábil</b>	-	<b>75,40%</b>	-	<b>8,39%</b>	-	<b>16,21%</b>	-	<b>100,00%</b>
<b>Outras aplicações</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>784</b>
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>9.803.608</b>
<b>Circulante</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>9.439.705</b>
<b>Não circulante</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>363.903</b>

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa. **6. Prêmios a receber (nota 7 na versão completa):** 6.1. Prêmios a receber (nota 7.1 na versão completa): Os prêmios a receber estão mensurados ao custo amortizado e contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito, bem como as operações de retrocessão. O faturamento do segmento de vida ocorre em sua maioria

Descrição	2022	2021
<b>Patrimônio líquido contábil</b>	<b>721.403</b>	<b>790.576</b>
<b>Deduções:</b>		
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(1.560)	(1.252)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(74.815)	(152.048)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do Capital Mínimo Requerido (**)	(117.899)	(101.605)
Ativos intangíveis	(56.771)	(38.772)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(32.718)	(24.900)
Valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos, positivos ou negativos, constantes das alíneas "a" do inciso II, art. 56 da RN 432	49.641	78.480
Valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos, positivos ou negativos, constantes das alíneas "b" do inciso II, art. 56 da RN 432	(49.641)	(78.480)
<b>Ajustes econômicos</b>		
<b>PLA NÍVEL 1</b>	<b>437.640</b>	<b>471.999</b>
Valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos previstos nas alíneas "c" do inciso II, art. 56 da RN 432	12.428	9.042
Valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos previstos nas alíneas "d" do inciso II, art. 56 da RN 432	157.034	19.535
<b>PLA NÍVEL 2</b>	<b>169.462</b>	<b>28.577</b>
Valores das diferenças entre os saldos contábeis e as respectivas deduções previstas nas alí		

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

**7. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos (nota 9 na versão completa):** 7.1. Créditos e débitos tributários diferidos (nota 9.1 na versão completa):

Descrição	2022	2021
Tributos a compensar / recuperar	8.691	4.632
Créditos tributários	192.716	253.654
Débitos tributários	(3.444)	(1.518)
<b>Total</b>	<b>197.963</b>	<b>256.768</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.833</b>	<b>290</b>
<b>Não circulante</b>	<b>194.130</b>	<b>256.478</b>

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pelo IRPJ e CSLL, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da taxa SELIC, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por unanimidade, o pleno do STF, sob o abrigo do instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações do IRPJ e CSLL. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte das autoras do Mandado de Segurança. O processo em que a Companhia figurou como autora no ano de 2021 registrou o benefício econômico proveniente da referida disputa judicial, em conformidade com a sua melhor estimativa, para a data de 31/12/2022 no valor de R\$980. O reconhecimento do benefício econômico a que fazemos alusão neste parágrafo é decorrente da posição firmada pelos advogados que patrocinam estas disputas, que reputam como provável a realização do ganho, aderente às disposições consignadas no Ofício IBRACON Circular nº 09/2021.

**8. Custos de aquisição diferidos (nota 10 na versão completa):**

Descrição	2022	2021
<b>Custos de aquisição diferidos</b>		
Seguros	67.479	64.127
Pessoas	67.479	64.127
<b>Previdência privada</b>	<b>7.997</b>	<b>6.902</b>
<b>Total</b>	<b>75.476</b>	<b>71.209</b>
<b>Circulante</b>	<b>36.372</b>	<b>37.475</b>
<b>Não circulante</b>	<b>39.104</b>	<b>33.554</b>

**9. Contas a pagar (nota 13 na versão completa):** 9.1. Obrigações a pagar (nota 13.1 na versão completa):

Descrição	2022	2021
Obrigações fiscais (vide nota 11.2)	26.836	25.536
Refinanciamento fiscal - REFIS	272	242
Honorários de administradores a pagar	146	704
Participações no lucro	4.187	5.042
Demais	3.342	2.971
<b>Total</b>	<b>34.783</b>	<b>34.495</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.947</b>	<b>8.959</b>
<b>Não circulante</b>	<b>26.836</b>	<b>25.536</b>

9.2. Outras contas a pagar (nota 13.2 na versão completa):

Descrição	2022	2021
Contas a pagar fornecedores	11.016	8.354
Honorários advocatícios	2.240	2.478
Outros	548	2.770
<b>Total</b>	<b>13.804</b>	<b>13.602</b>
<b>Circulante</b>	<b>11.837</b>	<b>11.124</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.967</b>	<b>2.478</b>

**10. Provisões técnicas de seguros e previdência complementar (nota 16 na versão completa):** 10.1. Provisões técnicas de seguros (nota 16.1 na versão completa):

Descrição	2022	2021
<b>Danos:</b>		
Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR		
<b>Saldo em 31/12/2021 (a)</b>	<b>1.870</b>	<b>1.870</b>
<b>Saldo em 31/12/2022 (a)</b>	<b>1.352</b>	<b>1.352</b>

(a) Apesar da Companhia operar somente com seguros de pessoas e previdência, existem provisões técnicas classificadas na categoria "Danos" oriundas de operações de retrocessões aceitas.

Descrição	2022	2021
<b>Pessoas:</b>		
Provisão de prêmios não ganhos		
Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR		
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>98.659</b>	<b>314.727</b>
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>91.217</b>	<b>331.140</b>

Descrição	2022	2021
<b>Vida individual:</b>		
Provisão de prêmios não ganhos		
Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR - PDR		
Provisão matemática de benefícios a conceder		
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>48.034</b>	<b>37.670</b>
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>57.254</b>	<b>22.897</b>

Descrição	2022	2021
<b>Vida com cobertura de sobrevivência:</b>		
Provisão de despesas relacionadas - IBNR		
Provisão matemática de benefícios a conceder		
Provisão matemática de benefícios concedidos		
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>2.766</b>	<b>3.718.469</b>
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>2.154</b>	<b>4.287.340</b>

10.2. Provisões técnicas de previdência complementar (nota 16.2 na versão completa):

Descrição	2022	2021
<b>Provisão matemática de benefícios a conceder</b>		
<b>Provisão matemática de benefícios concedidos</b>		
<b>Provisão matemática de cobertura</b>		
<b>Subtotal em 31/12/2021</b>	<b>4.331.321</b>	<b>821.881</b>
<b>Outras (a)</b>	<b>12.826</b>	<b>12.826</b>
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>4.344.147</b>	<b>834.707</b>
<b>Subtotal em 31/12/2022</b>	<b>4.602.440</b>	<b>874.441</b>
<b>Outras (a)</b>	<b>21.485</b>	<b>21.485</b>
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>4.623.925</b>	<b>896.196</b>

(a) Valor refere-se principalmente a provisão para despesas relacionadas e provisão de sinistros a liquidar; e (b) Conforme nota 3.4. 10.3. Garantia das provisões técnicas (nota 16.3 na versão completa): As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

Descrição	2022	2021
Provisões técnicas de seguros	4.811.019	4.231.493
Provisões técnicas de previdência complementar	5.649.286	5.261.063
Efeito monetário (a)	82.735	174.400
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>10.543.040</b>	<b>9.666.956</b>
(-) Ativos de resseguro - provisões técnicas	25.578	17.757
(-) Depósitos judiciais	18.893	20.505
(-) Direitos creditórios	93.973	77.457
(-) Depósitos especiais/ provisões retidas - IRB	19	20
<b>Montante a ser garantido</b>	<b>10.404.577</b>	<b>9.551.217</b>

**Ativos dados em garantia:**

Descrição	2022	2021
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	139.789	246.509
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	1.270.926	1.296.824
Cotas de fundos especialmente constituídos	7.907.233	7.061.255
Títulos de renda fixa - públicos	1.378.984	1.198.113
Efeito monetário (a)	82.735	174.400
<b>Total de ativos</b>	<b>10.779.667</b>	<b>9.977.101</b>
<b>Ativos vinculados em excesso</b>	<b>375.090</b>	<b>425.884</b>

**Diretoria: Diretor Presidente:** Marcelo Pimentel Mello. **Diretores(a) Vice-Presidentes:** Igohr Schultz; e Reinaldo Amorim Lopes. **Diretores(as):** Fernanda Ramos Dantas; Gustavo Kohn Giometti; Marcelo Suman Mascaretti; Simone Cesena Duarte; e Victor Bernardes. **Contadora:** Flavia Vieira Pereira - CRC - RJ 094933/O-3. **Atuária:** Manuelle Maggessi Garcez - MIBA/MTPS/2244.

**Extrato das Informações Relevantes sobre o Relatório do Auditor Independente acerca das Demonstrações Financeiras**

À Diretoria e Conselho de Administração da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal> e <https://portal.sulamericaseguros.com.br/institucional/demonstracoes-financeiras/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de fevereiro de 2023, sem modificações.

(a) O valor de R\$82.735 (R\$174.400 em 2021) é a parcela apurada no Teste de Adequação dos Passivos, coberta pela diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados na categoria "mantidos até o vencimento".

**11. Depósitos judiciais e fiscais e provisões para ações judiciais e obrigações fiscais (nota 19 na versão completa):** Em 31/12/2022 e 2021, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, civis e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo circulante e não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir: 11.1. Depósitos judiciais e fiscais (nota 19.1 na versão completa):

Descrição	2022	2021
<b>Fiscais:</b>		
COFINS (a)	51.417	47.870
PIS	47	48
<b>Previdenciárias:</b>		
INSS	94.909	90.194
<b>Trabalhistas e civéis:</b>		
Ações trabalhistas	1.106	1.235
Ações civéis	67.726	72.435
<b>Total</b>	<b>215.205</b>	<b>211.782</b>
<b>Não circulante</b>	<b>215.205</b>	<b>211.782</b>

(a) Depósito realizado após intimação no processo em que se discute a COFINS sobre receitas financeiras. 11.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais (nota 19.2 na versão completa):

Descrição	Saldos em 01/01/2021	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas 31/12/2021	Saldos em 31/12/2021
<b>Cíveis e trabalhistas:</b>					
Cíveis	34.367	15.192	5.288	(19.052)	35.795
Honorários	3.081	1.586	-	(1.531)	3.136
Trabalhistas	3.256	-	209	(2.475)	990
Outros	2.076	424	154	(678)	1.976
<b>Subtotal</b>	<b>42.780</b>	<b>17.202</b>	<b>5.651</b>	<b>(23.736)</b>	<b>41.897</b>
<b>Tributárias: (a)</b>					
PIS	35	-	1	-	36
COFINS	24.841	-	420	-	25.261
CSLL	33.711	-	68	(33.779)	-
INSS	88.646	-	1.549	-	90.195
Honorários	328	8	(5)	(94)	237
<b>Subtotal</b>	<b>147.561</b>	<b>8</b>	<b>2.033</b>	<b>(33.873)</b>	<b>115.729</b>
<b>Total</b>	<b>190.341</b>	<b>17.210</b>	<b>7.684</b>	<b>(57.609)</b>	<b>157.626</b>
<b>Circulante</b>					<b>7.848</b>
<b>Não circulante</b>					<b>149.778</b>

Descrição	Saldos em 31/12/2021	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas 31/12/2022	Saldos em 31/12/2022
<b>Cíveis e trabalhistas:</b>					
Cíveis	35.795	14.468	3.160	(33.318)	20.105
Honorários	3.136	1.518	-	(2.555)	2.099
Trabalhistas	990	248	123	(159)	1.202
Outros	1.976	868	313	(766)	2.391
<b>Subtotal</b>	<b>41.897</b>	<b>17.102</b>	<b>3.596</b>	<b>(36.798)</b>	<b>25.797</b>
<b>Tributárias: (a)</b>					
PIS	36	-	1	(3)	34
COFINS	25.261	-	1.280	-	26.541
INSS	90.195	-	4.715	-	94.910
Honorários	237	5	20	(2)	260
<b>Subtotal</b>	<b>115.729</b>	<b>5</b>	<b>6.016</b>	<b>(5)</b>	<b>121.745</b>
<b>Total</b>	<b>157.626</b>	<b>17.107</b>	<b>9.612</b>	<b>(36.803)</b>	<b>147.542</b>
<b>Circulante</b>					<b>4.285</b>
<b>Não circulante</b>					<b>143.257</b>

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2022 são de R\$26.836 (R\$25.536 em 2021), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 9.1). **12. Patrimônio líquido (nota 20 na versão completa):** 12.1. Capital social (nota 20.1 na versão completa): O capital social da Companhia em 31/12/2022 é de R\$878.351 (R\$828.351 em 2021), sendo o capital dividido em 101.194.810 (101.194.810 em 2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. 12.2. Política de distribuição de dividendos (nota 20.5 na versão completa): De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício ajustado em consonância com a legislação em vigor. Na Assembleia Geral Ordinária de 2022 (exercício findo em 31/12/2021) não houve distribuição de dividendo obrigatório, em razão da apuração de prejuízo. **13. Detalhamento das contas de resultado (nota 21 na versão completa):** 13.1. Principais ramos de atuação (nota 21.1 na versão completa):

Descrição	2022		2021	
	Prêmios ganhos	Sinistra- lidade	Comis- siona- Prêmios ganhos	Sinistra- lidade
Vida (a)	367.005	64,10%	22,20%	310.678
Acidentes pessoais	160.896	39,50%	38,50%	153.970
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	39.874	32,00%	34,40%	46.696
Viagem (a)	50.401	48,30%	15,70%	16.626
Outros	39.352	31,80%	14,20%	34.589
<b>Total</b>	<b>657.528</b>			<b>562.559</b>

(a) A variação refere-se, principalmente, a retomada do crescimento das carteiras de Vida em função da redução dos impactos da COVID-19 em relação ao período anterior, conforme nota 1.1. 13.2. Sinistros ocorridos (nota 21.2 na versão completa):

Descrição	2022	2021
Sinistros (a)	(341.745)	(438.976)
Recuperação de sinistros	(161)	3
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	(1.592)	(27.212)
Despesas com benefícios	(4.288)	(1.729)
<b>Total</b>	<b>(347.786)</b>	<b>(467.914)</b>

(a) A variação refere-se, principalmente, a retomada do crescimento das carteiras de Vida em função da redução dos impactos da COVID-19 em relação ao período anterior, conforme nota 1.1. 13.3. Outras receitas e despesas operacionais (nota 21.4 na versão completa):

Descrição	2022	2021
Despesas com operações de seguros	(3.505)	(2.929)
Constituição/(reversão) de provisão para ações judiciais civéis e outras operações de seguros	2.776	(6.013)
Despesas com pró-labore	(17.968)	(19.331)
Reversão/(constituição) da provisão para riscos de crédito	(11.316)	(5.875)
Despesas com administração de seguros e resseguros	(6.768)	(9.811)
Outras despesas e receitas operacionais	(6.651)	(3.476)
<b>Total</b>	<b>(43.432)</b>	<b>(47.435)</b>

13.4. Receitas de contribuições e prêmios de VGBL (nota 21.6 na versão completa):

Descrição	2022	2021
<b>Rendas de contribuições e prêmios</b>		
Prêmios diretos - VGBL e VRGP	447.571	449.835
Planos de renda - aposentadoria - capitalização	22.008	24.247
Planos de contribuição variável	256.159	243.990
<b>Subtotal</b>	<b>725.738</b>	<b>718.072</b>
<b>(Constituição) / reversão da provisão de benefícios a conceder</b>		
Prêmios diretos - VGBL e VRGP	(441.692)	(445.127)
Planos de renda - aposentadoria - capitalização	34.096	17.025
Planos de contribuição variável	(235.500)	(220.254)
<b>Subtotal</b>	<b>(643.096)</b>	<b>(648.356)</b>
<b>Total</b>	<b>82.642</b>	<b>69.716</b>

13.5. Variações de outras provisões técnicas (nota 21.7 na versão completa): Em 31/12/2022, o saldo da rubrica "Variações de outras provisões técnicas" no montante de R\$154.011 (R\$182.674 em 2021) refere-se, principalmente, ao Benefício Tradicional de Previdência e constituição de PCC (vide nota 3.4).

13.6. Despesas administrativas (nota 21.8 na versão completa):

Descrição	2022	2021
Pessoal próprio	(74.177)	(63.321)
Incentivo de ações (a)	(1.050)	(224)
Serviço de terceiros	(26.006)	(45.841)
Localização e funcionamento	(16.032)	(11.069)
Publicidade e propaganda	(5.671)	

SUPERLOTAÇÃO

# Rede municipal de ensino da capital registra déficit de seis mil professores

Segundo o levantamento, os mais prejudicados são crianças carentes e periféricas, principalmente as que precisam de vagas em creches, além de mulheres negras que precisam deixar seus filhos na escola para trabalhar.

Nos últimos 10 anos, o número de professores na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, caiu de 42.536 em 2013 para 36.416 em 2023, representando redução de 6.120 profissionais. Na área de apoio à educação, houve uma queda de 16.712 em 2014 para 12.186 este ano. São 4.018 profissionais a menos. O levantamento foi feito pela vereadora Luciana Boiteux (Psol), a partir de dados oficiais da Prefeitura do Rio de Janeiro. Segundo o levantamento, os mais prejudicados são crianças carentes e periféricas, principalmente as que precisam de vagas em creches, além de mulheres negras que precisam deixar seus filhos na escola para trabalhar. Outro dado alarmante é quanto ao baixo número de profissionais para atender aqueles com necessidades especiais. A vereadora Luciana Boiteux alerta que esta realidade não é nova e tem se repetido a cada ano letivo que se inicia. Para ela, além de pre-

judicar os estudantes a situação também é péssima para os professores. "O levantamento aponta que esta falta de investimento em educação pública do Rio vai afetar diretamente a saúde dos profissionais de educação", afirmou a vereadora. "Vemos no cotidiano a falta de condições de trabalho com turmas superlotadas e ausência na valorização dos salários que se encontram defasados, problemas antigos na rede", declarou a parlamentar. "A lista para migração em 2022 contava com mais de 8.600 professores aptos a mudar para o regime de 40h. Isso explica porque todo início de ano temos turmas sem aulas. Só no ano de 2021, 1.834 professores deixaram a rede em definitivo", informou Boiteux. "Para solucionar este problema, é imprescindível realizar novos concursos públicos e convocar os aprovados dos concursos que ainda estão com validade. Além disso, garantir a migração dos milhares de professores que querem ampliar sua jornada de trabalho para 40h e que hoje já



Nos últimos dez anos o número de professores na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro caiu de 42 mil em 2013 para 36 mil em 2023, afetando crianças e adolescentes

dobram sua carga horária por meio da Dupla Regência, ou seja, realização de hora extra", explica a vereadora. Na última semana, a Secretaria Municipal de Educação

(SME) emitiu nota esclarecendo que anunciou a contratação temporária de 670 profissionais para suprir afastamentos temporários e convocou 570 professores apro-

vados em concursos anteriores, totalizando 1.240 novos docentes, que entrarão na rede nas próximas semanas. A SME informou também que outra frente de atuação é

determinar retorno de professores cedidos a outros órgãos. A Secretaria ainda afirma que com essas estratégias atenderá a demanda atual por professores.

PROLAGOS S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO		CNPJ nº 02.382.073/0001-10	
<b>Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)</b>			
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Rio de Janeiro, 28/02/2023. A Diretoria			
<b>Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)</b>		<b>Demonstração do fluxo de caixa</b>	
		<b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)</b>	
<b>Ativo</b>	<b>2022</b> <b>2021</b>	<b>2022</b> <b>2021</b>	<b>2022</b> <b>2021</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4.761    7.626	24.341    22.626	
Aplicações financeiras	86.823    150.823	227.826    32.137	
Contas a receber de clientes	141.873    123.871	6.131    5.727	208.597    188.970
Estoques	4.552    3.517	5.465    4.076	
Tributos a recuperar	181    530	16.072    16.919	53.598    49.273
Outros créditos	1.356    1.834	3.010    2.554	39    446
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>239.546    288.201</b>	<b>282.845    84.039</b>	
Aplicações financeiras	11.506    12.649	8.285    8.421	
Contas a receber de clientes	67.640    66.616	222.124    437.569	949    1.559
Tributos a recuperar	29    29	31.539    33.443	(566)    4.553
Depósitos judiciais	30.453    25.691	10.311    14.556	10.043    (3.295)
Outros créditos	375    4	331    394	(25.125)    (12.007)
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>110.003    104.989</b>	<b>272.590    494.383</b>	54.991    35.326
Imobilizado	3.417    2.874	555.435    578.422	2.524    3.148
Ativo de contrato da concessão	55.904    26.440	376.353    376.353	4.884    (3.491)
Intangível	649.802    646.276	(13.030)    (13.030)	
Reservas de lucros		139.914    127.035	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>819.126    780.579</b>	<b>503.237    490.358</b>	(112)    207
<b>Total do ativo</b>	<b>1.058.672    1.068.780</b>	<b>1.058.672    1.068.780</b>	310.182    264.689
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)</b>			
<b>Reservas de lucros</b>			
	<b>Capital social</b>	<b>Custos de captação</b>	<b>Legal</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	255.041	-	36.688
Aumento de capital social	121.312	-	1.275
	-	-	85.939
<b>Custo de emissão de novas ações</b>	-	(13.030)	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-
<b>Destinação:</b>			
Reserva legal	-	-	6.296
Dividendos intermediários	-	-	-
Dividendos intercalares	-	-	(37.796)
Reserva estatutária	-	-	346
Lucros retidos	-	-	34.287
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>376.353</b>	<b>(13.030)</b>	<b>42.984</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-
<b>Destinação:</b>			
Reserva legal	-	-	6.998
Dividendos intermediários	-	-	-
Dividendos intercalares	-	-	(82.430)
Reserva estatutária	-	-	261
Lucros retidos	-	-	88.050
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>376.353</b>	<b>(13.030)</b>	<b>49.982</b>
<b>Demonstração do resultado</b>			
<b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)</b>		<b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)</b>	
<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Receita operacional líquida	556.065	453.581	604.703
Custos dos serviços prestados	(201.769)	(149.656)	518.468
<b>Lucro bruto</b>	<b>354.296</b>	<b>303.925</b>	<b>85.555</b>
Despesas administrativas e gerais	(62.640)	(46.892)	114
Outras receitas operacionais	114	108	108
Outras despesas operacionais	(2)	(92)	566
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>291.768</b>	<b>257.049</b>	<b>(234.986)</b>
Receitas financeiras	27.854	(80.810)	(165.418)
Despesas financeiras	(111.025)	(80.810)	
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(83.171)</b>	<b>(68.079)</b>	
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>208.597</b>	<b>188.970</b>	
Imposto de renda e contribuição social	(68.642)	(63.041)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>139.955</b>	<b>125.929</b>	
<b>Lucro por ação</b>			
Lucro por ação - Básico (em R\$)	0,41	0,38	
Lucro por ação - Diluído (em R\$)	0,41	0,38	
Quantidade média de ações	342.985.643	329.691.115	
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>			
<b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)</b>		<b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)</b>	
<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>139.955</b>	<b>125.929</b>	
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>139.955</b>	<b>125.929</b>	
<b>Diretoria</b>			
<b>Pedro Augusto de Araújo Freitas</b> Diretor Presidente		<b>José Carlos Almeida de Sousa</b> Diretor Executivo	
<b>Contador</b>			
<b>Vinicius Saraiva Caraça Benedito</b> CRC SP 295505/O-9			
<b>Resumo do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</b>			
As demonstrações financeiras completas da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Companhia") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <a href="https://ri.aegea.com.br">https://ri.aegea.com.br</a> . O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 23 de fevereiro de 2023, sem modificações.			
As Demonstrações Financeiras completas, juntamente com Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. na data de 23 de fevereiro de 2023, sem ressalvas estão à disposição em sua sede.			

GESTÃO

# Infraero leva expertise de 50 anos para a Intermodal South America

Feira que começa nesta terça-feira e vai até o dia 2 de março no Centro de Exposições São Paulo Expo, na capital paulista. Stand terá detalhes do portfólio de serviços da empresa pública que celebra 50 anos em 2023

**A** Infraero marcará presença na 27ª edição da Intermodal South America, que ocorrerá entre os dias 28 de fevereiro e 2 de março no Centro de Exposições São Paulo Expo, na capital paulista. Quem visitar o stand da Infraero poderá conhecer detalhes do portfólio de serviços oferecidos pela Companhia, elaborado para atender as diversas demandas do mercado.

Entre os serviços, a Companhia, que completa 50 anos em 2023, passou a oferecer consultoria para o segmento, considerando seu novo enfoque como elo estratégico para o desenvolvimento dos aeroportos regionais. Trata-se de suporte técnico para o diagnóstico e desenvolvimento de áreas comerciais e de carga aérea, incluindo atividades como o transbordo de carga e/ou a concessão de área a empresas aéreas para processamento de suas cargas.

Outro destaque que a Infraero levará para a Feira é o Sistema de Gestão de Carga TECAPLUS. A ferramenta permite controlar toda movimentação de carga, desde



A Infraero oferece consultoria para o segmento como enfoque de ser um elo estratégico para desenvolver aeroportos regionais

sua chegada até a entrega, além das etapas relacionadas à tarifação e serviços atrela-

dos ao processo, em todos os módulos (importação, exportação, courier e internação).

O TECAPLUS está preparado para atender às exigências da Receita Federal do Brasil,

previstas na Portaria RFB nº 143/2022 para cargas sobre controle aduaneiro.

O superintendente de Negócios Comerciais em Aeroportos da Infraero, Anderson Schally, explica que a gama de serviços inclui ainda estudos de viabilidade para potencial instalação de Recintos Alfandegados em aeroportos regionais ou subsidiar processos de concessão de áreas para instalação de Complexos Logísticos. "A atuação na atividade de Soluções Logísticas ao longo de quase 50 anos proporcionou à Infraero grande expertise na gestão e operação de Terminais de Carga, envolvendo as diversas operações de um Recinto Alfandegado, como processos de importação, exportação, courier (remessas expressas) e internação (Zona Franca)", destaca.

O ano de 2023 marca o cinquentenário da Infraero, que acumula tradição e credibilidade no mercado. Inaugurou seu primeiro Terminal de Carga em 1974, apenas um ano após sua fundação, no Aeroporto de Curitiba (PR). A partir daí, a Companhia passou a atuar nas principais capitais e algumas cidades do interior, chegando a operar 32

Tecas. Dentre esses, os maiores do Brasil, como de Guarulhos, Viracopos, Manaus e Galeão, que posteriormente foram concedidos a operadores privados.

Atualmente, a Infraero conta com Terminais de Carga nos aeroportos de Belém (PA), Campo Grande (MS) e Macapá (AP) e administra 17 aeroportos, com destaque para os aeroportos de Congonhas e Santos Dumont. A Companhia faz ainda a gestão de 10 aeroportos regionais, por meio de contratos com estados e municípios, e tem a participação como sócia nos aeroportos de Brasília, Guarulhos, Viracopos, Confins e Galeão, com 49%.

A nova diretriz do Governo Federal é valorizar a Infraero como empresa pública superavitária, tendo em vista sua importância para execução das políticas públicas para o setor de aviação e seu quadro de profissionais capacitados, que podem fazer frente ao desafio do governo de desenvolver em torno de 100 aeroportos regionais. Dessa forma, a Companhia cumprirá seu papel de ser elo de integração nacional por meio do desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária regional.

## ÁGUAS DO RIO 1 SPE S.A.

CNPJ nº 42.310.775/0001-03

### Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Rio de Janeiro, 28/02/2023. **A Diretoria**

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)				Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)	
	2022	2021		2022	2021
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	35.487	5.334	Fornecedores e empreiteiros	326.261	170.293
Aplicações financeiras	88.270	491.975	Debêntures	4.500.801	83.941
Contas a receber de clientes	502.222	229.309	Obrigações trabalhistas e sociais	36.026	10.213
Estoques	7.968	1.759	Obrigações fiscais	11.904	8.455
Tributos a recuperar	8.383	1.990	Dividendos a pagar	28.460	-
Outros créditos	79.096	9.014	Outras contas a pagar	12.987	5.894
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>721.426</b>	<b>739.381</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>4.916.439</b>	<b>278.796</b>
Contas a receber de clientes	7.488	59	Fornecedores e empreiteiros	33	129
Depósitos judiciais	707	-	Debêntures	-	4.357.412
Ativo fiscal diferido	-	2.930	Passivo fiscal diferido	68.521	-
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>8.195</b>	<b>2.989</b>	Outras contas a pagar	1.699.773	1.487.367
Imobilizado	41.824	18.990	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.768.327</b>	<b>5.844.908</b>
Ativo de contrato da concessão	128.456	34.995	<b>Total do passivo</b>	<b>6.684.766</b>	<b>6.123.704</b>
Intangível	9.206.762	8.294.850	<b>Patrimônio líquido</b>		
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>9.385.237</b>	<b>8.351.824</b>	Capital social	2.795.146	2.397.951
<b>Total do ativo</b>	<b>10.106.663</b>	<b>9.091.205</b>	Reserva de capital	535.382	535.382
			Reservas de lucros	91.369	-
			Adiantamento para futuro aumento de capital	-	40.000
			Prejuízos acumulados	-	(5.832)
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>3.421.897</b>	<b>2.967.501</b>
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>10.106.663</b>	<b>9.091.205</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)</b>					
	Capital social subscrito	Capital social integralizar	Total do capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital
<b>Saldos em 26 de maio de 2021 (data da constituição)</b>					
Subscrição de capital social	2.397.951	(2.397.951)	-	-	-
Integralização de capital social	-	2.397.951	2.397.951	535.382	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	40.000
Prejuízo do período	-	-	-	-	(5.832)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.397.951</b>	<b>-</b>	<b>2.397.951</b>	<b>535.382</b>	<b>40.000</b>
Aumento de capital social	435.102	(37.907)	397.195	-	(40.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Destinação:					
Reserva legal	-	-	-	-	5.991
Dividendos intercalares	-	-	-	-	(22.189)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(6.271)
Lucros retidos	-	-	-	-	85.378
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.833.053</b>	<b>(37.907)</b>	<b>2.795.146</b>	<b>535.382</b>	<b>85.378</b>
<b>Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)</b>			<b>Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)</b>		
	2022	2021		2022	2021
Receita operacional líquida	1.849.696	269.855	<b>Receitas</b>	1.900.912	281.933
Custos dos serviços prestados	(1.305.774)	(199.963)	Serviços	1.576.716	246.558
<b>Lucro bruto</b>	<b>543.922</b>	<b>69.892</b>	Receita de construção	418.826	46.103
Despesas administrativas e gerais	(295.628)	(69.482)	Outras receitas	4	-
Outras receitas operacionais	4	-	Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(94.634)	(10.728)
<b>Resultado antes dos tributos financeiro e tributos</b>	<b>248.298</b>	<b>410</b>	<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(1.155.682)</b>	<b>(190.338)</b>
Receitas financeiras	33.021	15.155	(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	-	-
Despesas financeiras	(84.207)	(24.327)	Custo de construção	(418.826)	(46.103)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(51.186)</b>	<b>(9.172)</b>	Custos dos serviços prestados	(562.068)	(97.386)
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>197.112</b>	<b>(8.762)</b>	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(174.788)	(46.849)
Imposto de renda e contribuição social	(71.451)	2.930	<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>745.230</b>	<b>91.595</b>
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>	<b>125.661</b>	<b>(5.832)</b>	<b>Amortização e depreciação</b>	<b>(260.011)</b>	<b>(39.814)</b>
<b>Resultado por ação</b>			<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>485.219</b>	<b>51.781</b>
Lucro (Prejuízo) por ação - Básico (em R\$)	0,55	(0,14)	<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>33.021</b>	<b>15.155</b>
Lucro (Prejuízo) por ação - Diluído (em R\$)	0,45	(0,14)	Receitas financeiras	33.021	15.155
Quantidade média de ações	464.815.298	42.585.473	<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>518.240</b>	<b>66.936</b>
			<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>518.240</b>	<b>66.936</b>
			Pessoal	102.434	28.898
			Remuneração direta	78.703	22.737
			Benefícios	20.197	4.886
			F.G.T.S.	3.534	1.275
			<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>227.218</b>	<b>24.956</b>
			Impostos federais	226.077	24.870
			Impostos estaduais	61	1
			Impostos municipais	1.060	85
			<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>62.927</b>	<b>18.914</b>
			Juros	30.457	15.217
			Aluguéis	32.470	3.697
			<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>125.661</b>	<b>(5.832)</b>
			Dividendos	28.460	-
			Lucros (Prejuízos) acumulados	97.201	(5.832)
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>	<b>125.661</b>	<b>(5.832)</b>			
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>125.661</b>	<b>(5.832)</b>			
<b>Diretoria</b>					
Alexandre Bianchini Antonio Diretor Presidente		Anselmo Henrique Seto Leal Diretor de Relações com Investidores		Vinicius Saraiva Caraca Benedito CRC SP 295505/O-9	
<b>Resumo do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</b>					

As demonstrações financeiras completas da Águas do Rio 1 SPE S.A. ("Companhia") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://ri.aegee.com.br>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 23 de fevereiro de 2023, sem modificações. As Demonstrações Financeiras completas, juntamente com Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. na data de 23 de fevereiro de 2023, sem ressalvas estão à disposição em sua sede.

ALERJ

# Estudo da Sefaz mostra superávit de R\$ 6 bilhões

O prejuízo para o Estado do Rio foi da ordem de R\$ 4,7 bi, segundo levantamento da Fazenda do Estado

**L**evantamento feito pela Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) e apresentado nesta segunda-feira (27/02) na Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), na primeira audiência pública da nova Legislatura, mostra que o estado encerrou o ano de 2022 com R\$ 6 bilhões de superávit. A informação foi apresentada pelo secretário de Fazenda, Leonardo Lobo Pires, e a reunião foi marcada para analisar as metas fiscais que deveriam ser cumpridas pelo Poder Executivo no terceiro trimestre do ano passado, cumprindo a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

"Hoje, olhamos pelo retrovisor e analisamos que o ano de 2022 foi bastante promissor. Tivemos um superávit de R\$ 6 bilhões, demonstrando que nós estamos no caminho correto dentro das nossas limitações", afirmou o secretário. No entanto, Lobo ponderou que o estado sofreu com a redução na arrecadação de ICMS entre os meses de setembro e dezembro passados.

A medida que provocou essa redução na receita do estado foi a Lei Federal 194/22, que determina a redução do ICMS de combustíveis entre 17% ou 18%. O prejuízo para o Estado do Rio foi da ordem de R\$ 4,7 bilhões, segundo levanta-

tamento da Sefaz. O secretário explicou que desse montante cerca de R\$ 1,1 bilhão deixou de ser repassado para os municípios, afetando áreas sociais.

"Essa medida teve a finalidade de frear a inflação, mas os estados foram pegos de surpresa no meio do ano passado, quando a lei entrou em vigor e agora a gente está tendo que administrar essa redução de receita. Obviamente, o Estado do Rio ainda está mais tranquilo do que outros estados, mesmo sabendo que temos que ter atenção", disse Lobo.

O secretário ainda acrescentou que a estimativa é que o Executivo feche o ano de 2023 com uma perda inicial de R\$ 10 bilhões, por conta da decisão Federal. "Mas talvez essas perdas sejam bastante mitigadas com as alterações que a medida poderá sofrer. O que é certo é que não queremos compensar essas perdas aumentando outras cargas tributárias", antecipou.

Para o deputado Luiz Paulo (PSD), que esteve presente na reunião, será difícil para o Executivo compensar essa perda. "Se for para abater o serviço da dívida, essa será uma compensação que vai virar por porque nós pagamos um absurdo de juros. A demonstração verificou que só de serviço de dívida o valor chega a R\$ 11 bilhões. O Executivo terá muito trabalho pela frente", argumentou.

O secretário concordou que

o maior desafio para o governo será o de analisar a dívida com a União e buscar uma renegociação. "Mas talvez esta seja a primeira vez que vamos para uma conversa mais tranqüilos. Das últimas vezes, se não aceitássemos as negociações o Estado do Rio se desintegraria. Desta vez, não. Estamos tratando do assunto com serenidade", explicou Lobo.

No início da reunião, o presidente da Comissão de Orçamento, deputado André Corrêa (PP), propôs que os próximos encontros com a Secretaria de Fazenda sejam para discutir as projeções de receita e de despesas do estado bimestralmente, já que o Executivo precisa enviar para a União esse balanço, respeitando determinações do RRF.

"O estado está mais equilibrado e fez um superávit primário, mas junto com a Sefaz e a Secretaria de Planejamento (Seplag) vamos ter encontros bimestrais para discutir as projeções de receita e de despesa e fazer uma análise sobre a efetividade dos benefícios fiscais. Começamos bem para uma primeira audiência pública", concluiu o presidente do colegiado.

Estiveram presentes também na reunião os deputados Carlos Macedo (REP), Douglas Ruas (PL), Renato Miranda (PL), Vinicius Cozzolino (União), Renata Sousa (PSol), Arthur Monteiro (Pode), Erika Takamoto (PT) e Célia Jordão (PL).

TÊNIS

# Rio Open movimentou mais de R\$ 130 mi na economia do RJ

José Paulo - CNI



O Rio Open contou com um espaço exclusivo do Governo do Estado, que repassou para o torneio R\$ 13,8 milhões.

O Rio Open, um dos maiores torneios de tênis da América do Sul, chegou ao fim neste domingo (26/02), com a presença do governador Cláudio Castro, que assistiu às últimas partidas da competição, que teve como grande vencedor o britânico Cameron Norrie. O evento, que aconteceu no Jockey Club Brasileiro, na Gávea, Zona Sul carioca, gerou empregos e renda para o Rio de Janeiro. De acordo com o estudo da empresa Deloitte, encomendado pela organização da competição, foram injetados mais de R\$ 130 milhões na economia do estado durante os nove dias do torneio, que recebeu um público de cerca de 60 mil pessoas.

"Além de ser um grande evento esportivo, o Rio Open ajuda a fomentar a cadeia de turismo, hotelaria e lazer, gerando empregos diretos e indiretos. Com o sucesso da edição deste ano, o Estado

do Rio de Janeiro sinaliza a retomada da credibilidade para sediar grandes competições", ressaltou o governador. O Rio Open contou com um espaço exclusivo do Governo do Estado, que repassou para o torneio R\$ 13,8 milhões por meio da Lei de Incentivo ao Esporte. O secretário de Esporte e Lazer, Rafael Picciani, destacou a importância do investimento para ajudar o Rio a se consolidar como palco de competições, além de promover diversos setores da sociedade com contrapartidas sociais previstas na legislação.

"A Lei de Incentivo é um instrumento fantástico que o Governo do Rio disponibiliza, porque permite a viabilidade de grandes eventos e garante a fixação social das ações promovidas. A parceria com o Rio Open por meio dessa lei existe desde a sua primeira edição, e o legado deixado pelo torneio, ao longo desses 10 anos, é enorme", afirmou o secretário.

Localizado na parte batizada de Leblon Boulevard, o espaço exclusivo do Governo do Estado contou com uma área de conveniência onde os visitantes puderam viver a experiência de uma partida de tênis virtual por meio de jogos eletrônicos. No local, também foi feita a campanha "Chuva de Solidariedade", do RioSolidario, em prol das vítimas dos últimos temporais, com coleta de alimentos não perecíveis, água mineral, materiais de limpeza e higiene pessoal. Toda a arrecadação será destinada para mais de 1,3 mil organizações cadastradas.

Nesta edição, além dos projetos sociais já contemplados com a Lei de Incentivo, jovens do Complexo do Alemão tiveram a oportunidade de assistir, pela primeira vez, a uma disputa internacional de tênis. Mais de 40 alunos do programa Favela Tênis receberam convites para o evento.

## ÁGUAS DO RIO 4 SPE S.A.

CNPJ: 42.644.220/0001-06

Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)									
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Rio de Janeiro, 28/02/2023. <b>A Diretoria.</b>									
Balancço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)					Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)				
	2022	2021		2022	2021		2022	2021	
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>			<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	87.872	15.370	Fornecedores e empreiteiros	839.768	374.818	Resultado antes dos tributos	518.496	222.735	
Aplicações financeiras	104.362	191.064	Debêntures	3.477.721	64.864	Ajustes para:			
Contas a receber de clientes	1.363.485	651.082	Obrigações trabalhistas e sociais	23.745	2.997	Amortização e depreciação	232.460	35.222	
Estoques	14.823	2.551	Obrigações fiscais	8.931	20.693	Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	450.142	31.850	
Tributos a recuperar	8.783	1.924	Dividendos a pagar	142.610	61.208	Resultado na baixa de imobilizado	191	-	
Outros créditos	5.025	4.867	Outras contas a pagar	93.485	21.203	Rendimentos de aplicações financeiras	(20.210)	(9.740)	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.584.350</b>	<b>866.858</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>4.586.260</b>	<b>545.783</b>	Encargos sobre debêntures	20.217	9.740	
Contas a receber de clientes	15.954	9	Fornecedores e empreiteiros	101	201	Ajuste a valor presente de clientes	3.518	3	
Depósitos judiciais	3.819	-	Debêntures	-	3.366.958	Amortização do custo de captação	1.222.320	296.064	
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>19.773</b>	<b>9</b>	Passivo fiscal diferido	165.204	75.738	<b>Variações nos ativos e passivos (Aumento)/Diminuição dos ativos</b>			
Imobilizado	53.169	18.437	Outras contas a pagar	1.509.766	1.311.944	Contas a receber de clientes	(1.182.007)	(682.944)	
Ativo de contrato da concessão	244.861	39.497	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.675.071</b>	<b>4.754.841</b>	Estoques	(12.272)	(2.551)	
Intangível	8.193.302	7.255.725	<b>Total do passivo</b>	<b>6.261.331</b>	<b>5.300.624</b>	Depósitos judiciais	(3.819)	-	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>8.511.105</b>	<b>7.313.668</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			Tributos a recuperar	(8.451)	(2.819)	
<b>Total do ativo</b>	<b>10.095.455</b>	<b>8.180.526</b>	Capital social	2.795.969	2.346.068	Outros créditos	(158)	(467)	
			Reserva de capital	656.234	448.045	<b>Aumento/(Diminuição) dos passivos</b>			
			Reservas de lucros	347.131	85.789	Fornecedores e empreiteiros	464.850	375.019	
			Adiantamento para futuro aumento de capital	34.790	-	Obrigações trabalhistas e sociais	20.748	2.997	
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>3.834.124</b>	<b>2.879.902</b>	Obrigações fiscais	(11.762)	20.693	
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>10.095.455</b>	<b>8.180.526</b>	Outras contas a pagar	64.533	18.052	
						Juros pagos	(494.289)	(58.289)	
						Imposto de renda e contribuição social pagos	(80.036)	-	
						<b>Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>	<b>(20.343)</b>	<b>(36.045)</b>	
						<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
						Aplicações financeiras, líquidas	86.210	(188.901)	
						Juros recebidos	16.044	5.872	
						Aquisição de imobilizado	(4.518)	(7.539)	
						Aquisição de ativo de contrato da concessão	(697.771)	(52.026)	
						Aquisição de intangível	-	(5.860.808)	
						<b>Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(600.035)</b>	<b>(6.103.402)</b>	
						<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>			
						Debêntures captadas	-	3.400.000	
						Custo de emissão de debêntures	-	(39.296)	
						Reserva de capital	-	448.045	
						Aumento de capital social	658.090	2.346.068	
						Adiantamento para futuro aumento de capital	34.790	-	
						<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>692.880</b>	<b>6.154.817</b>	
						<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>72.502</b>	<b>15.370</b>	
						Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	15.370	-	
						Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	87.872	15.370	
						<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>72.502</b>	<b>15.370</b>	
						<b>Notas explicativas</b>			
						<b>Contexto operacional:</b> A Águas do Rio 4 SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de propósito específico, com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), desde 30 de março de 2022, domiciliada no Brasil, com sede localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, tem por objeto social, a prestação regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área da concessão relativos aos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti e alguns bairros do Rio de Janeiro (Região 4), por meio da exploração das infraestruturas integrantes do sistema, nos termos e condições do contrato de concessão 033/2021, celebrado com o Estado do Rio de Janeiro, após se sagrar vencedora do Bloco nº 4 do Edital de Concorrência Internacional nº 001/2021 pelo período de 35 anos de concessão. <b>Base de preparação:</b> As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). <b>Principais políticas contábeis:</b> Receita de contrato com cliente e Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura.			
						<b>Resumo do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</b>			
						As demonstrações financeiras completas da Águas do Rio 4 SPE S.A. ("Companhia") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <a href="https://ri.aegee.com.br">https://ri.aegee.com.br</a> . O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 23 de fevereiro de 2023, sem modificações.			
						As Demonstrações Financeiras completas, juntamente com Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. na data de 23 de fevereiro de 2023, sem ressalvas estão à disposição em sua sede.			

## ENTREVISTA

## FREDERICO RIBEIRO, Sócio da consultoria Radar PPP

## Frederico Ribeiro, sócio da consultoria Radar PPP, fala sobre concessões e PPPs

**CI: Você acredita que as parcerias público-privadas e as concessões seguirão ainda mais fortes nos estados brasileiros nos próximos quatro anos?**

Frederico Ribeiro: Sem dúvida, seguirão. O contexto fiscal dos estados leva os governos a considerarem as concessões e PPPs como alternativas à implementação de investimentos e à melhoria da prestação de serviços públicos. Vimos que, nos últimos quatro anos, os governos diversificaram bastante os setores em que concessões e PPPs foram avaliadas, havendo experiências de sucesso para além dos segmentos clássicos das rodovias e portos, como em parques, resíduos sólidos, educação e saúde. A expectativa é que os governos estaduais considerem, cada vez mais, os modelos de concessões para qualificar o gasto público, sobretudo em infraestrutura social.

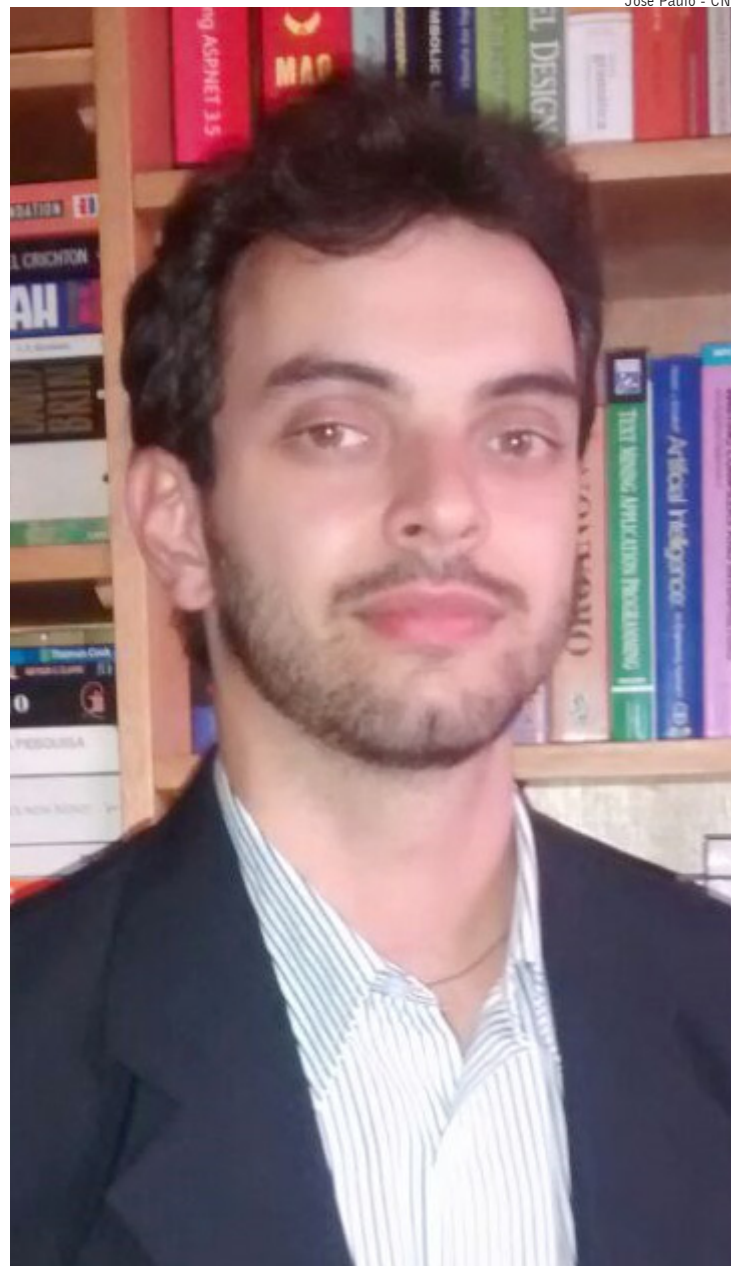
**CI: Qual a importância desse acompanhamento, como realizado no estudo de vocês, para o próximo ciclo de governo?**

Frederico Ribeiro: É claro que o estudo gera uma comparação de desempenho entre os estados. Mas acredito que o foco seja contribuir para a avaliação dos estados sobre seus programas de parcerias com a iniciativa privada.

O objetivo passa muito mais por fomentar trocas de experiências, visando replicar projetos de sucesso e incrementar iniciativas que tiveram dificuldades de decolar. Acredito que a principal qualidade em revelar os estados de destaque é jogar luz em quem está com programas mais adiantados, para que possam ser procurados e possam inspirar outros governos, dando orientações sobre capacitação da equipe e sobre o desenho institucional das unidades de PPP, por exemplo.

**CI: Os estados realmente parecem ter se convencido da pertinência do uso das PPPs e concessões para outros perfis de infraestrutura, tais como centros de eventos/convenções e equipamentos voltados para turismo e meio ambiente? Iniciativas dessa natureza podem se elevar nos próximos anos?**

Frederico Ribeiro: A expectativa é observarmos um crescimento das iniciativas em todos os segmentos, mas temos apostado que a infraestrutura social pode decolar nos próximos quatro anos, sobretudo se a União materializar apoios aos projetos estaduais. Para além dos ativos que possuem viabilidade econômico-financeira pela exploração de tarifas ou receitas obtidas diretamente do usuário, parece haver uma



Frederico Ribeiro, sócio da consultoria Radar PPP, concedeu entrevista

12 iniciativas alcançou sucesso, dentro daquelas iniciadas no próprio ciclo 2019-2022. É um resultado que evidencia uma retomada do programa de concessões do Rio de Janeiro, que já foi mais ativo no passado e que passou por um período mais hesitante. Embora o resultado quantitativo ainda esteja distante de estados como São Paulo e Minas Gerais, o potencial do Rio é enorme. Em janeiro, o governo fluminense lançou um chamamento para colher estudos para a concessão do Núcleo Vale da Revolta do Parque Estadual dos Três Picos, e a própria licitação para concessão do Maracanã parece caminhar para um leilão nos próximos meses.

**CI: Qual o impacto para a economia fluminense nos números dos contratos iniciados na área de saneamento no Rio de Janeiro?**

Frederico Ribeiro: A Radar PPP não realiza esse tipo de projeção, mas, segundo dados das associações do setor (ABDIB, ABCON e Sindcon), de dezembro de 2020, "com base nos investimentos previstos no processo de estruturação do BNDES, foi possível estimar um impacto na economia fluminense de cerca de R\$ 47 bilhões e a geração de mais de 402 mil empregos ao longo da execução dos investimentos previstos no projeto".

**CI: Quais os estados que mais lançaram novas iniciativas nas modalidades de PPPs e concessões a partir de 2019?**

Frederico Ribeiro: Nosso levantamento apontou que São Paulo (38), Minas Gerais (28), Distrito Federal (27), Pernambuco (24) e Tocantins (24) são os estados que mais lançaram iniciativas nas modalidades PPP e concessões a partir de 2019. Além disso, São Paulo, Minas Gerais, Piauí, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul foram os estados que iniciaram o maior número de contratos no período 2019-2022.

**CI: O Rio de Janeiro liderou entre os estados que mais aumentaram os seus valores em estoques de contrato, com R\$ 126,9 bilhões, seguido por São Paulo (R\$ 19,2 bilhões), Rio Grande do Sul (R\$ 13,7 bilhões) e Mato Grosso (R\$ 13,7 bilhões). O que isso representa no âmbito de investimentos?**

Frederico Ribeiro: O resultado que leva ao grande estoque de contratos do Rio de Janeiro reside, majoritariamente, nas concessões de saneamento pela Companhia

Estadual de Águas e Esgotos (Cedae). Esse é o somatório dos valores estabelecidos em contrato. Se falarmos em investimentos estimados nesse setor, o montante é de aproximadamente R\$ 32 bilhões, que serão implementados nos municípios envolvidos nos quatro blocos que foram licitados.

**CI: Quais as perspectivas também para as concessões municipais no estado do Rio?**

Frederico Ribeiro: O foco do estudo são as iniciativas estaduais. Todavia, os municípios do Rio de Janeiro também possuem uma carteira ativa de iniciativas em estruturação por meio de concessões e PPPs. Hoje, são 52 iniciativas em desenvolvimento, com maior destaque nos segmentos Cultura, Lazer e Comércio (10), Iluminação Pública (7) e Eficiência Energética e Tecnologia (6).

**CI: O senhor gostaria de falar do potencial de contratos federais no Rio, como as rodovias Rio-Valadares, Arco Metropolitano e aeroportos Santos Dumont e Internacional do Galeão?**

Frederico Ribeiro: Declarações recentes do ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, dão conta de que Santos Dumont não deve ser licitado por agora, e a discussão sobre o futuro do Galeão parece ter se tornado mais prioritária. Ainda não há muita clareza sobre a agenda de projetos federais, tampouco sobre quais deles vão se apoiar em estruturas contratuais que dependem mais diretamente de investimento privado em infraestrutura pública.

**CI: Qual a sua avaliação a respeito dos projetos fluminenses nos últimos quatro anos e qual a expectativa daqui em diante?**

Frederico Ribeiro: O Rio de Janeiro precisa se preocupar com o tema da segurança jurídica, acima de tudo. É importante defender o programa de PPP como um todo, pensando numa lógica multissetorial. Por exemplo, caso haja turbulências na licitação para concessão de um equipamento cultural que leve a percepção de risco de investidores ao julgarem o comportamento do governo no contexto de tal concorrência, isso pode interferir no grau de competitividade de uma futura licitação para uma concessão rodoviária que, porventura se esteja planejando. Atração de investimento privado em infraestrutura pública depende de transmitir previsibilidade e credibilidade.

**GRUPO DE MODA SOMA S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ nº 10.285.590/0001-08 - NIRE 33.3.0031538-1  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2023:** O Conselho de Administração do GRUPO DE MODA SOMA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, nº 154, Botafogo, CEP 22.290-240, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 10.285.590/0001-08 ("Companhia"), vem, pelo presente, convocar os acionistas da Companhia para se reunirem em assembleia geral extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de março de 2023, às 16:00 horas, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede da Companhia, para deliberarem a respeito das seguintes matérias constantes da ordem do dia ("Ordem do Dia"): i) no contexto da incorporação da ByNV Comércio Varejista de Artigos de Vestuário Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, na Avenida Cem, sem número, sala 1, Terminal Intermodal da Serra, CEP 29.161-384, inscrita no CNPJ sob o nº 34.526.105/0001-09 ("ByNV"), nos termos e condições do "Protocolo e Justificação de Incorporação da ByNV Comércio Varejista de Artigos de Vestuário Ltda. pelo Grupo de Moda Soma S.A.", celebrado em 27 de fevereiro de 2023 ("Protocolo e Justificação" e "Incorporação", respectivamente), a nomeação da MRU Auditoria e Contabilidade Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Humaitá, nº 275, sala 601, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.073.904/0001-42, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro sob o nº CRC-RJ 006.688/O ("Empresa Avaliadora"), para a elaboração do laudo de avaliação contábil da ByNV ("Laudo de Avaliação da ByNV"), nos termos do Protocolo e Justificação; ii) a avaliação contábil da ByNV nos termos do Protocolo e Justificação, consubstanciada no Laudo de Avaliação da ByNV preparado pela Empresa Avaliadora; iii) uma vez aprovada a avaliação contábil da ByNV, a incorporação da ByNV pela Companhia nos termos e condições do Protocolo e Justificação; e iv) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todas as medidas necessárias para a implementação e formalização da Incorporação. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2023. MARCEL SAPIR Presidente do Conselho de Administração.  
**INFORMAÇÕES GERAIS:** (1) Para fins da participação na Assembleia, os acionistas devem apresentar: (i) o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia emitido até 3 (três) dias úteis antes da data da realização da Assembleia pela instituição financeira escrituradora ou agente de custódia; (ii) no caso de acionista pessoa física, o documento de identidade válido com foto; (iii) no caso de acionista pessoa jurídica, o documento de identidade válido com foto do representante legal e dos documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato, último estatuto ou contrato social consolidado (e alterações posteriores, conforme aplicável) e documentação societária outorgando poderes de representação (i.e., ata de eleição dos diretores e dos conselheiros que os elegeram, se o caso); (iv) no caso de fundo de investimento, o documento de identidade válido com foto do representante e dos documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato, último estatuto ou contrato social consolidado (e alterações posteriores, conforme aplicável) e documentação societária outorgando poderes de representação (i.e., ata de eleição dos diretores e dos conselheiros que os elegeram, se o caso, termo(s) de posse e/ou procuração); e (v) no caso de acionistas representados por procuradores, além dos documentos indicados acima, procuração com firma reconhecida e documento de identificação do procurador com foto. A procuração outorgada deverá ter sido outorgada há menos de um ano para um procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira (exceto por procurações outorgadas nos termos do parágrafo 7º do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações), cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no artigo 126, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por procurador constituído conforme seus estatutos/contratos sociais, não sendo obrigatório que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou outro acionista. Caso os documentos listados acima estejam em língua estrangeira, deverão ser traduzidos para o idioma português por tradutor juramentado, não sendo necessárias as formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notificação, consularização ou apostilamento. Os documentos em inglês estão dispensados da tradução. (2) A participação e votação dos acionistas na Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico acessado mediante link a ser disponibilizado pela Companhia anteriormente à realização da Assembleia, ou por meio de envio do boletim de voto à distância, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81"), conforme alterada, conforme instruções constantes do Manual da Participação divulgado nesta data. (3) Os acionistas deverão encaminhar os documentos necessários para participação na Assembleia, conforme detalhado no item (1) acima, diretamente à Companhia por meio do endereço eletrônico [ri@somagrupo.com.br](mailto:ri@somagrupo.com.br), com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação ao horário marcado para o início da Assembleia (ou seja, até às 16:00 horas do dia 28 de março de 2023). Após a análise dos referidos documentos e comprovação da titularidade das ações, o acionista receberá as credenciais de acesso e instruções para sua identificação e uso da plataforma digital. (4) Os acionistas poderão, ainda, enviar boletim de voto à distância, acompanhado da documentação requerida, ao escriturador das ações da Companhia, aos respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia. As instruções para envio do boletim de voto à distância constam do Manual da Participação divulgado nesta data. (5) Em atendimento aos termos do artigo 5º da Resolução CVM nº 81, os documentos pertinentes à Ordem do Dia e as orientações para a participação e votação à distância, por meio de sistema eletrônico, se encontram à disposição dos acionistas no endereço na rede mundial de computadores [www.somagrupo.com.br](http://www.somagrupo.com.br).

**M**odelos de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) para qualificar os gastos públicos, sobretudo em infraestrutura social, são fundamentais para a evolução de projetos implantados pelos governos estaduais, municipais e federal, segundo Frederico Ribeiro, sócio da consultoria Radar PPP, nesta entrevista exclusiva à Carta da Indústria. A empresa conta com uma base de dados atualizada diariamente que soma mais de 4.400 projetos, incluindo consórcios. Especialista em Finanças e Projetos, Ribeiro afirma que tais iniciativas vêm avançando, com volume maior entre 2012 e 2016, devido aos grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 realizada no país. O empresário esclarece ainda que a mudança do Marco Legal das PPPs, em 2004, tem sido fundamental para a evolução desses projetos, pois, segundo ele, é uma forma de qualificar as contratações dos governos, com investimentos agregados e experiências de sucesso que podem ser replicadas.

Sinalização importante dos governos em considerar a qualificação do gasto público, por meio de PPPs, em setores que já são alvo de grandes gastos governamentais, como saúde, educação, habitação e o próprio sistema prisional.

**CI: A pesquisa Radar PPP**

demonstra que a taxa de sucesso na conversão de iniciativas por contrato no estado do Rio é de 8,3. O que isso significa?

Frederico Ribeiro: A análise das iniciativas que mapeamos do estado do Rio de Janeiro demonstra que uma a cada

**VIAÇÃO SALUTARIS E TURISMO S/A**  
CNPJ 32.285.454/0001-42 - NIRE 33300300708  
**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Realizada em 11/11/2022. Data, hora e local:** Em 11 de novembro de 2022, às 10:00 horas, na sede social, localizada na Rodovia Almirante Lúcio Meira, S/Nº, Km 178, BR 393, Barão de Angra, Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro, CEP 25850-000. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, conforme disposto na legislação vigente. **PRESENCAS:** A totalidade dos acionistas, conforme assinaturas apostas no livro de presenças de acionistas. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Renan Chieppe, Presidente e Paula Barcellos Tommasi Correa, Secretária.  
**ORDEM DO DIA:** 1) Reeleição de membros da diretoria; 2) Aprovação de verba global de remuneração da Diretoria. **DELIBERAÇÃO APROVADA POR UNANIMIDADE:** 1) Ficam reeleitos, por unanimidade, os Diretores da sociedade, para um mandato unificado de 02 (dois) anos a partir de 01 de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2024, permanecendo em seus cargos até a eleição de novos membros para substituí-los, sendo a Diretoria composta pelos seguintes Diretores reeleitos: **a) DIRETOR GERAL - RENAN CHIEPPE**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade nº 484.790 SSP/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº 674.438.187-34; **b) DIRETORA EXECUTIVA - PAULA BARCELLOS TOMMASI CORREA**, brasileira, casada, engenheira de computação, portadora da Carteira de Identidade nº 919.317-SPTC/ES e inscrita no CPF/MF sob o nº 027.589.637-44; **c) DIRETOR FINANCEIRO - THIAGO CHIEPPE JUFFO**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade nº 225.396 SSP-ES e inscrito no CPF/MF sob o nº 100.936.357-37; e **d) DIRETOR ADJUNTO - RONER CARLOS CHIEPPE**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 53.199.199-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 881.301.347. Os diretores reeleitos, declaram aceitar os cargos para os quais foram nomeados, e declaram também que não estão incurso nas proibições inseridas nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 147 da Lei 6.404/76, comprometendo-se a dirigir a companhia com lealdade. Todos presentes, observando o disposto no caput do artigo 72, da Lei 10.406/2002, indicam, para atos inerentes à sociedade, terem domicílio à Rodovia Almirante Lúcio Meira, S/Nº, Km 178, BR 393, Barão de Angra, Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro, CEP 25850-000, local onde exercem suas atividades profissionais relacionadas à sociedade, de forma regular, declarando ainda aceitar os cargos para os quais foram eleitos. **2) Os acionistas aprovaram ainda a verba global para remuneração da diretoria no montante de R\$559.700,38 (quinhentos e cinquenta e nove mil, setecentos reais e trinta e oito centavos).** **ENCERRAMENTO:** Os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que após lida e aprovada, vai por todos os presentes assinada. Paraíba do Sul - RJ, 11 de novembro de 2022. Assinaturas: Renan Chieppe, presidente da mesa; Paula Barcellos Tommasi Correa, secretária. Presentes: Renan Chieppe e Paula Barcellos Tommasi Correa por Viação Águia Branca S/A, Renan Chieppe, acionistas. Confere com a original lavrada no livro de atas das assembleias gerais da sociedade. ATA REGISTRADA NA JUCERJA SOB O Nº 00-2022/892769-2 EM 02/12/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

**COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL**  
CNPJ/ME 33.127.002/0001-03 - NIRE 33.3.0033600-1  
**CONVOCAÇÃO:** Ficam convocados os senhores acionistas da COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL ("Companhia") para, com base no disposto no parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/76, regulamentado pelo Anexo V, da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, participar da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a realizar-se no dia 09 de março de 2023, às 10:00 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Zoom, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **eleição dos membros do Conselho de Administração.** Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação remota, os acionistas que pretenderem participar da AGE por meio da plataforma "Zoom" deverão enviar à Companhia (por meio dos e-mails [a.baroncini@norsul.com](mailto:a.baroncini@norsul.com), [rodrigo.cuesta@norsul.com](mailto:rodrigo.cuesta@norsul.com) e [fernando.lacerda@norsul.com](mailto:fernando.lacerda@norsul.com)), com antecedência mínima de 48 horas em relação ao horário marcado para o início da AGE, ou seja, até às 10:00 horas (horário de Brasília) do dia 07 de março de 2023, solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância, e enviando toda a documentação necessária para a representação dos acionistas na respectiva AGE, observado o disposto na regulamentação aplicável. Os acionistas que se fizerem representar por procurador, deverão enviar cópia digitalizada dos instrumentos de mandato, acompanhados do documento de identificação do mandatário com foto e demais documentos comprobatórios dos poderes necessários à outorga do mandato, ao e-mail acima indicado, com a mesma antecedência acima mencionada. Uma vez recebida a solicitação e verificadas os documentos de identificação e representação apresentados, a Companhia enviará ao acionista as instruções para cadastro no sistema eletrônico de participação da AGE. **Informações Gerais.** A participação por meio de tal sistema digital conjugará áudio e imagem, sendo que os acionistas que desejarem participar desta forma deverão manter a sua câmera ligada durante o curso da AGE com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações, bem como a segurança, a confiabilidade e a transparência do conclave, exercendo seus direitos de manifestação e voto por meio da plataforma disponibilizada. A AGE será integralmente gravada. As imagens e áudios assim obtidos poderão ser utilizados com a finalidade de identificar os acionistas presentes à AGE e computar os votos proferidos em relação a cada uma das deliberações. Luciano Puccini Medeiros - Presidente do Conselho de Administração.

# Formulário de Referência

*Input de dados no sistema Empresas.NET*

*Upload das informações na plataforma CVM*



[www.luzcm.com](http://www.luzcm.com)

**LUZ** 50  
anos  
CAPITAL MARKETS











(c) Sinistros judiciais

As principais ações de sinistros judiciais, bem como suas descrições sumárias, podem ser assim resumidas:

Table with columns: Quantidade total de processos acumulados, Valor Reclamado, Valor em Risco, Valor Provisionado. Rows for Prudential, Prudential do Brasil, Prudential de Remota, Total.

Table with columns: Quantidade total de processos acumulados, Valor Reclamado, Valor em Risco, Valor Provisionado. Rows for Prudential, Prudential do Brasil, Prudential de Remota, Total.

19. Tabela de desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões de sinistros a liquidar. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos.

Table of evolution of sinistros from 2018 to 2022, showing values for various periods and exercises.

Table with columns: 2018, 2019, 2020, 2021, 2022. Rows for Provisões para sinistros no fim do período anterior, Exercício atual, Sinistros anteriores, Exercício atual, Sinistros anteriores, Pagamentos, Exercício atual, Sinistros anteriores.

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social
Em 28 de junho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram sobre o aumento de capital no montante de R\$ 75.000.000,00, mediante emissão total de 75.376.999 de ações ordinárias...

(b) Lucro por ação - básico e diluído
Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por ação/IAS 33, o lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no período...

Table with columns: Numerador, Denominador (número de ações), Média ponderada de número de ações em circulação. Rows for Lucro (prejuízo) do exercício, Denominador, Média ponderada.

(c) Reservas de lucros
A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após abscorvido o prejuízo acumulado de anos anteriores. Será constituída pela Sociedade até que seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/1976...

Table for Conselho de Administração: Presidente, Vice-Presidente, Conselho. Rows for James Wayne Weakley, Ernesto Federico Spagnolo Jaramillo, David Legher Aguilhar.

por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e a constituição de reserva legal, estando limitado ao valor do capital social. A reserva tem como objetivo fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios da Sociedade, e sua constituição está sujeita à deliberação da Assembleia Geral.

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2022. Rows: Prêmios ganhos, Sinistros ocorridos, Sinistralidade, Custos de aquisição, Comissão.

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2021. Rows: Prêmios ganhos, Sinistros ocorridos, Sinistralidade, Custos de aquisição, Comissão.

Table with columns: Saldos em 31 de dezembro de 2022. Rows: Prêmios ganhos, Sinistros ocorridos, Sinistralidade, Custos de aquisição, Comissão.

22. Detalhamento de contas das demonstrações do resultado

(a) Sinistros ocorridos

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: Sinistros diretos, Recuperação de perdas com contrato de prestação de serviços, Provisão para riscos de créditos duvidosos para recebíveis.

(b) Custos de aquisição

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: Comissões sobre prêmios emitidos, Variação das despesas de comercialização diferidas.

(c) Outras receitas e despesas operacionais

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: Recuperação de perdas com contrato de prestação de serviços, Provisão para riscos de créditos duvidosos para recebíveis, Outras receitas e despesas operacionais.

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: Receita com resseguro, Despesa com resseguro, Prêmio de resseguro cedido - repasse.

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: Receita com resseguro, Despesa com resseguro, Prêmio de resseguro cedido - repasse.

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: Receita com resseguro, Despesa com resseguro, Prêmio de resseguro cedido - repasse.

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: Pessoal próprio, Serviços de terceiros, Localização e funcionamento, Publicidade e propaganda, Depreciação/Amortização, Doativos e contribuições, Outras despesas gerais e administrativas, líquidas de reversão de provisões para contingências.

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: Receita com resseguro, Despesa com resseguro, Prêmio de resseguro cedido - repasse.

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: COFINS despesa, COFINS diferido, PIS despesa, PIS diferido, Fiscalização - SUSEP, Outras despesas com tributos.

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: Receita com resseguro, Despesa com resseguro, Prêmio de resseguro cedido - repasse.

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: Receita com resseguro, Despesa com resseguro, Prêmio de resseguro cedido - repasse.

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: Receita com resseguro, Despesa com resseguro, Prêmio de resseguro cedido - repasse.

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: Receita com resseguro, Despesa com resseguro, Prêmio de resseguro cedido - repasse.

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: Receita com resseguro, Despesa com resseguro, Prêmio de resseguro cedido - repasse.

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: Receita com resseguro, Despesa com resseguro, Prêmio de resseguro cedido - repasse.

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: Receita com resseguro, Despesa com resseguro, Prêmio de resseguro cedido - repasse.

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: Receita com resseguro, Despesa com resseguro, Prêmio de resseguro cedido - repasse.

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: Receita com resseguro, Despesa com resseguro, Prêmio de resseguro cedido - repasse.

Table with columns: 31 de Dezembro de 2022, 31 de Dezembro de 2021. Rows: Receita com resseguro, Despesa com resseguro, Prêmio de resseguro cedido - repasse.

Table for Diretoria: Diretor-Presidente, Diretores Vice-Presidentes, Contador, Atuarial. Rows for David Legher Aguilhar, Antonio Francisco Lima de Rezende, Felipe Votto Ferreira, Gustavo Santos Raposo, Patrícia Andrea Freitas Velloso dos Santos, Viviane Milier Abreu, Marcos Vinicius Spiguel Coelho de Castro, MIBA nº 1404.

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Conselho de Administração da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A., instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e a Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. (Prudential ou Seguradora), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e a Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. (Prudential ou Seguradora), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP...

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

A aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Seguradora. O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta...

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório...

Table with columns: Porque é um PAA, Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria. Rows: Mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros, Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos processos relacionados ao registro e mensuração das provisões técnicas...

Marcelo Luis Teixeira Santos
CRC-1PR050377/O-6

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código A211-E908-5E5B-E0C1.







## XP VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ nº 29.408.732/0001-05



---

→ continuação

Aos Administradores e Acionistas  
**XP Vida e Previdência S.A.**

**Escopo da Auditoria**  
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores reductores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **XP Vida e Previdência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

**Responsabilidade da Administração**  
A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Atuários Independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**  
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores reductores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **XP Vida e Previdência S.A.**, em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Outros Assuntos**  
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023



**PricewaterhouseCoopers**  
Serviços Profissionais Ltda.  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732 - (B32) - Itaim Bibi  
São Paulo - SP - Brasil, 04538-132  
CNPJ 02.646.397/0001-19  
CIBA 105

**Dinarte Ferreira Bonetti**  
MIBA 2147

---

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade do planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para a execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



**PricewaterhouseCoopers**  
Audidores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

**Tatiana Fernandes Kagothara Gueorguev**  
Contadora CRC 1SP245281/O-6

---

Aos Administradores e Acionistas  
**XP Vida e Previdência S.A.**

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da XP Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da XP Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**  
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Porque é um PAA**  
Existência e mensuração das aplicações financeiras oferecidas em cobertura das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC) (Notas 3e, 3j, 4, 7 e 8).  
A Companhia possui aplicações financeiras que são substancialmente mantidas em quotas de "Fundos de Investimento Especialmente Constituídos (FIEs)" oferecidas em cobertura das "Provisões técnicas" dos planos de previdência PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) e seguro de vida com cobertura por sobrevivência VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre). O montante das aplicações financeiras decorre de aportes dos participantes em forma de contribuições aos planos e portabilidades, além do rendimento das quotas dos FIEs. Nessa mesma data-base, as provisões técnicas da Companhia são substancialmente compostas pelas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC). As aplicações financeiras e as provisões técnicas de PMBaC são mensuradas pelo valor das quotas dos FIEs disponibilizado pelos administradores dos fundos investidos. Considerando a relevância dessas aplicações financeiras e provisões técnicas de PMBaC no contexto das demonstrações financeiras da Companhia, a sua existência e sua mensuração foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**  
Nossos principais procedimentos de auditoria consideram atualizar o entendimento dos principais controles estabelecidos pela administração para a existência e mensuração das quotas dos Fundos de Investimento Especialmente Constituídos (FIEs) e da provisão técnica de PMBaC. Testamos a existência das aplicações em quotas dos FIEs com o confronto das informações dos extratos de custódia que demonstram a posição de ativos em reserva técnica da Companhia e que lastreiam as provisões técnicas de PMBaC. Adicionalmente, testamos, em base amostral, a existência das movimentações do período correspondentes às novas contribuições e portabilidades de valores aos FIEs e às provisões técnicas de PMBaC por meio de inspeções documentais e comprovantes de liquidações financeiras. Eletuamos o confronto do valor utilizado para mensuração das aplicações financeiras em quotas dos FIEs com o valor da quota disponibilizado pelos administradores dos fundos investidos e executamos a valorização dessas aplicações financeiras, bem como das Provisões técnicas de PMBaC. Obtivemos os relatórios de auditoria sobre as últimas demonstrações financeiras disponíveis dos FIEs e, quando apropriado, também dos fundos investidos por esses fundos e analisamos se havia alguma modificação nos relatórios dos auditores que pudessem causar impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.



# Formulário de Referência

## Input de dados no sistema Empresas.NET

## Upload das informações na plataforma CVM



**www.luzcm.com**



**LUZ 50 anos**  
CAPITAL MARKETS

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código A211-E908-5E5B-E0C1.





**AVLA** Protegemos sua empresa

**AVLA SEGUROS BRASIL S.A.**  
CNPJ 41.182.665/0001-40

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
<b>9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS (*)</b>				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	31/12/2022	158	16. DEPÓSITOS DE TERCEIROS (*)	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social - diferenças temporárias (**)	699	699	1 a 30 dias	506
Imposto de renda - prejuízo fiscal (***)	4.680	4.680	31 a 60 dias	7
Contribuição social - base negativa (***)	2.808	2.808	61 a 120 dias	42
<b>Total</b>	<b>8.345</b>	<b>8.345</b>	121 a 180 dias	2
			<b>Total</b>	<b>558</b>
Circulante	158	158	(*) Não são apresentados valores comparativos uma vez que não houve registro de depósitos de terceiros no ano de 2021.	
Não Circulante	8.187	8.187	<b>17. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS</b>	
(*) Não são apresentados valores comparativos uma vez que não houve registro de créditos tributários e previdenciários no ano de 2021.				
(**) As diferenças temporárias são formadas, basicamente, por provisão para gratificações.				
(***) A realização dos créditos tributários está fundamentada em plano de negócio que leva em consideração as projeções orçamentárias. Esse plano de negócio aponta para a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização destes créditos. Sendo que a expectativa de realização por ano é de: 29% em 2024, 32% em 2025, 35% em 2026 e de 4% em 2027.				
<b>9.1 MOVIMENTAÇÃO</b>				
Saldo em 31/12/2021	Constituição	Saldo em 31/12/2022		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	158	158	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social - diferenças temporárias	699	699	53.108	370
Imposto de renda - prejuízo fiscal	4.680	4.680	1.294	6
Contribuição social - base negativa	2.808	2.808	36	—
<b>Total</b>	<b>8.345</b>	<b>8.345</b>	<b>54.438</b>	<b>376</b>
			21.992	255
			32.446	121
<b>10. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO</b>				
Riscos Financeiros	31/12/2022	31/12/2021		
Patrimonial	9.434	66	<b>17.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS</b>	
<b>Total</b>	<b>9.435</b>	<b>66</b>	<b>Saldo inicial</b>	
Circulante	3.890	51	60.860	
Não Circulante	5.545	15	Diferimento pelo risco decorrido	
(*) O prazo médio de diferimento dos custos de aquisições diferidos sobre prêmios retidos é de 29 meses.				
<b>10.1 MOVIMENTAÇÃO</b>				
Saldo inicial	66	—	60.860	
Constituição	11.121	72	(8.122)	
Apropriação despesa	(1.752)	(6)	1.324	
<b>Saldo final</b>	<b>9.435</b>	<b>66</b>	<b>Saldo final</b>	
			54.438	
			376	
			21.992	
			32.446	
<b>11. OUTROS VALORES E BENS (*)</b>				
	Novos contratos	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxa de depreciação a.a.
Direito de Uso - Imóveis (**)	2.684	(522)	2.162	33,33%
<b>Total</b>	<b>2.684</b>	<b>(522)</b>	<b>2.162</b>	<b>33,33%</b>
(*) Não são apresentados valores comparativos uma vez que não houve registro de outros valores e bens no ano de 2021. (***) Refere-se a imóvel locado de terceiros para a condução dos negócios da Seguradora. O contrato de aluguel foi firmado em 26 de junho de 2022.				
<b>12. INTANGÍVEL (*)</b>				
Saldo inicial	1.300	—		
Custo	4.413	1.330		
Amortização	(627)	(30)		
<b>Saldo final</b>	<b>5.086</b>	<b>1.300</b>		
Taxa amortização anual - 20%				
(*) Refere-se a desenvolvimento de sistemas.				
<b>13. OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>				
Forneceadores	31/12/2022	31/12/2021		
Gratificações	957	1.108		
Outras	1.770	550		
<b>Total</b>	<b>2.727</b>	<b>1.658</b>		
<b>14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS</b>				
Prêmios de resseguro a pagar	31/12/2022	31/12/2021		
Comissões de resseguro a recuperar	24.923	223		
Prêmios de resseguro sobre riscos vigentes não emitidos	(8.813)	(85)		
Ajuste a valor de realização	(77)	—		
<b>Total</b>	<b>16.911</b>	<b>142</b>		
Circulante	16.776	138		
Não Circulante	135	4		
<b>15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CORRETORES DE SEGUROS</b>				
Comissões a pagar	31/12/2022	31/12/2021		
Comissões sobre prêmios emitidos	492	1		
Ajuste a valor de realização	4.348	71		
<b>Total</b>	<b>4.774</b>	<b>72</b>		
Circulante	4.748	72		
Não Circulante	26	—		

Diretoria		Atuário		Contador	
Flávia Kac Astrachan - Diretor Presidente	Raimundo José Pérez Larroño - Diretor	Marcos Falcão - MIBA nº 893	Fernando Messias Cordeiro - CRC1SP261101/O-9		

**Parecer dos atuários auditores independentes**

**Aos Acionistas e Administradores da Avla Seguros Brasil S.A.**  
São Paulo - SP  
CNPJ: 41.182.665/0001-40

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Avla Seguros Brasil S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**  
A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**  
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas necessárias para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação do balanço. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Resultado do auditor independente sobre as demonstrações financeiras		Resultado financeiro	
Ativo	Passivo	Receita	Despesas
8.519	8.519	1.169	768
672	672	1.169	(768)
			901

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

**ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS**  
CIBA 57 - CNPJ 03.801.998/0001-11  
Anderson Gomes Ferreira da Silva - Atuário - MIBA 2.043  
Endereço: Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP  
Corporative Tower Torre Norte andar 6 conj. 51  
Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP034519/O  
Diana Yukie Naki dos Santos  
Sócia  
Contadora - CRC-SP300514/O



O **Diário Comercial** oferece o melhor custo benefício do mercado para publicações legais, como: Atas, Avisos, Balanços, Comunicados, Editais e Fatos Relevantes.

Com atendimento ágil e personalizado é o veículo adequado ao público do setor financeiro.



## FAIRWAY SEGUROS S.A.

CNPJ nº 09.064.453/0001-56

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Contexto Institucional

Em 03 de julho de 2020 a Travelers Brazil Acquisition LLC, empresa americana que detinha 100% das ações da Travelers Seguros Brasil S.A. por meio da Travelers Participações em Seguros Brasil S.A., firmou acordo de transferência do controle acionário com a Walsham Investment Ltd, empresa que faz parte do Grupo Quest; operação esta que dependia da aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Em 16 de dezembro de 2020, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) aprovou a transferência do controle acionário. Deste modo, a Companhia passou a fazer parte do Grupo Quest, empresa especializada em aquisição e gerenciamento de carteiras de seguros e resseguros em run-off, sediada no Reino Unido.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>		<b>19.089</b>	<b>14.566</b>
Disponível		148	57
Caixa e bancos		148	57
<b>Aplicações</b>	5	<b>8.626</b>	<b>2.690</b>
<b>Créditos de operações com seguros e resseguros</b>		<b>342</b>	<b>635</b>
Operações com seguradoras	6.d	5	29
Operações com resseguradoras	6.e	337	606
<b>Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas</b>	10.b	<b>9.940</b>	<b>11.085</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>32</b>	<b>15</b>
Títulos e créditos a receber		22	5
Depósito judicial - Sicragas		10	10
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>5</b>	<b>52</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	7	<b>—</b>	<b>32</b>
Seguros		—	32
<b>Não circulante</b>		<b>19.848</b>	<b>28.740</b>
<b>Aplicações</b>	5	<b>19.848</b>	<b>28.729</b>
Imobilizado		—	4
Bens móveis		—	4
Intangível		—	7
Outros intangíveis		—	7
<b>Total</b>		<b>39.937</b>	<b>43.306</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>144.432</b>	<b>(10)</b>	<b>(129.124)</b>	<b>15.298</b>
Prejuízo do exercício	—	—	(6.074)	(6.074)
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	—	26	—	26
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>144.432</b>	<b>16</b>	<b>(135.198)</b>	<b>9.250</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>144.432</b>	<b>16</b>	<b>(135.198)</b>	<b>9.250</b>
Prejuízo do exercício	—	—	(450)	(450)
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	—	26	—	26
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>144.432</b>	<b>42</b>	<b>(135.648)</b>	<b>8.826</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fairway Seguros S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo/SP e autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar em todo território nacional, por meio da Portaria SUSEP nº 2.731, de 13 de agosto de 2007. O controlador da Fairway Seguros S.A. é exercido pela Walsham Investment Ltd, empresa pertencente ao "Quest Group", sediada no Reino Unido. A Companhia emitiu, até maio de 2019, apólices de seguros de Responsabilidade Civil, Riscos Patrimoniais, Riscos de Engenharia e Linhas Financeiras, principalmente para o segmento de empresas, atuando nas principais regiões do país. Em março de 2019, a Companhia assinou um contrato de cessão dos direitos de renovação para determinados negócios com a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, sendo mantidas as estruturas de tecnologia de sistemas e contratos de manutenção para apoiar a carteira remanescente até o término de vigência das respectivas apólices, previsto para ocorrer em 2023. A partir de maio de 2019, a Companhia passou a emitir apenas endossos para as apólices de seguros vigentes e a gerenciar os sinistros dessa carteira, mantendo a estrutura administrativa necessária para suprir as necessidades operacionais e regulatórias correspondentes. A Companhia mantém capital suficiente para cobrir os requerimentos mínimos regulatórios, os limites de retenção líquidos e os ativos financeiros para cobertura das provisões técnicas, conforme exigido pela SUSEP, além de continuar a atender e cobrir os riscos de todas as apólices em vigor até o fim de suas respectivas vigências, bem como, é responsável por cobrir e controlar os processos de sinistros avisados. Ademais, a Companhia mantém com resseguradoras contratos de excesso de danos para cobertura do excedente de retenção das operações de seguros, contratos esses com vigência anual e fluxos de caixa trimestrais. Tendo em vista que os novos acionistas tem como principal foco a administração do run-off, sua estratégia de condução da operação no Brasil não necessita, necessariamente, de uma licença para operar como seguradora, uma vez que não se espera comercialização de seguros. Desta forma, a depender ainda de possíveis oportunidades que possam surgir no país e também de uma possível nova regulamentação que melhor aborde o tema, os acionistas podem ou não manter esta licença. Não obstante o capital circulante líquido em 2022 apresentar-se negativo e a apuração de prejuízos em 2022 e 2021, a Companhia conta com títulos públicos classificados como ativo não circulante suficientes para a geração de liquidez, bem como o plano estratégico da Companhia para a execução operacional de seu modelo de negócios está respaldado por aportes de sua controladora no exterior sempre que necessário.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular nº 517/15 e alterações posteriores, bem como os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As demonstrações financeiras são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo "CPC 26(R1)". A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios, principalmente pela capacidade financeira de seu acionista e sua intenção em manter os requisitos mínimos de capital e liquidez. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base neste princípio. Em 27 de fevereiro de 2023 as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração, as quais tiveram autorização para sua divulgação a partir desta data. **2.1 Base para mensuração, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros classificados na categoria "disponíveis para venda", que são mensurados ao valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **2.2 Classificação dos contratos de seguro:** Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. A Administração da Companhia procedeu à análise de seus negócios para determinar que suas operações caracterizem-se como "contrato de seguro". **2.3 Mensuração dos contratos de seguros:** A contabilização dos prêmios de seguros é realizada na data de emissão das apólices ou na data de início de vigência do risco para os casos em que não foram emitidos antes da sua emissão. Os prêmios de seguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e resseguro, e as correspondentes despesas/recargas de comercialização são reconhecidos no resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto que as despesas relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas pelo prêmio mínimo (PMD) e diferido pela vigência média das apólices ponderada pelo prêmio. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das demonstrações são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas 3.7 e 11 (provisões técnicas) incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

## 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **3.2 Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) "Títulos disponíveis para venda" - representados por títulos e valores mobiliários reconhecidos pelo valor justo. Os juros desses títulos, não reconhecidos na demonstração de resultado na rubrica "Resultado financeiro". O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente são reconhecidos em conta específica no patrimônio líquido, e apresentados em outros resultados abrangentes. Quando realizado por ocasião de sua efetiva liquidação ou por perdas por redução ao valor recuperável, é transferido para o resultado. (ii) "Empréstimos e recebíveis" - São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são contabilizados ao custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem "Operações com seguradoras" e "Ativos de resseguro". **Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanceio. O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). **3.3 Redução ao valor recuperável:** **Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros, reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perdas incorridas, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. A redução ao valor recuperável de prêmios a receber é constituída para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo é baseado em um estudo sobre informações históricas de parcelas a receber, e o seu valor será constituído conforme experiência de recebimentos de parcelas inadimplentes. O estudo foi desenvolvido por grupos de investimentos. **3.4 Ativos de resseguro:** Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e das apólices vigentes e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou, sendo que o reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) as parcelas correspondentes às indenizações pendentes de liquidação, que são reconhecidas junto aos resseguradores e (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. **3.5 Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis e utensílios utilizados na condução dos negócios da Companhia, o qual é demonstrado ao custo histórico. Os custos do ativo imobilizado são reduzidos por depreciação acumulada até a data-base destas demonstrações. A depreciação dos itens do ativo é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada desses ativos. **3.6 Intangível:** Os ativos intangíveis da Companhia compreendem principalmente gastos com desenvolvimento para sistema de computação, os quais estão registrados pelo custo. Os custos das despesas com desenvolvimento para sistema de computação são reduzidos por amortização acumulada até a data-base destas demonstrações. A amortização dos itens do ativo intangível é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada desses ativos.

## Resultado do período, perspectiva e planos da administração

Os negócios ainda vigentes com a Companhia, continuam sendo mantidos em run-off com foco na administração e atendimento aos sinistros, bem como, as estruturas de tecnologia de sistemas e contratos de manutenção para garantir a governança interna e atender a administração de todas as demandas de seus clientes, em consonância com as diretrizes do regulador local. Tendo em vista que os novos acionistas tem como principal foco a administração do run-off, sua estratégia de condução da operação no Brasil não necessita necessariamente de uma licença para operar como seguradora uma vez que não se espera comercialização de seguros, desta forma, a depender ainda de possíveis oportunidades que possa surgir no país e também de uma possível nova regulamentação que melhor aborde o tema, os acionistas podem ou não manter esta licença. A Companhia, que já havia implementado o trabalho remoto parcial para seus funcionários, passou a operar 100% de forma remota no início da pandemia, visando a segurança de seus colaboradores.

## Investimentos

Com base no estudo do seu fluxo de caixa, a Companhia, por meio de seus administradores, considera deter capacidade financeira para honrar suas obrigações.

## Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas e parceiros de negócios, pela confiança demonstrada, e aos diretores bem como nossos estimados profissionais pela dedicação e qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023.

A Diretoria

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ações)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
(+) Prêmios emitidos		19	334
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios		4.978	4.883
(-) Prêmios ganhos	14.a	4.997	5.217
(-) Sinistros ocorridos	14.b	(5.550)	38
(-) Custos de aquisição	14.c	(36)	(399)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	14.d	34	(1.075)
(+) Resultado com resseguro	14.e	261	(5.242)
(+) Receita com resseguro		486	(2.360)
(-) Despesa com resseguro		(125)	(2.882)
(-) Despesas administrativas	14.f	(3.399)	(5.504)
(-) Despesas com tributos	14.g	(264)	(239)
(+/-) Resultado financeiro	14.h	3.505	1.134
(+) Resultado operacional antes dos impostos e participações		(352)	(6.074)
Imposto de renda		(54)	—
Contribuição Social		(44)	—
(-) Prejuízo do exercício		(450)	(6.074)
Quantidade de ações		540.131.296	540.131.296
Prejuízo por ações - RS		(0,00)	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	31/12/22	31/12/21
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(450)</b>	<b>(6.074)</b>
Variação no valor de mercado dos ativos disponíveis para venda	46	28
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	(20)	(22)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(424)</b>	<b>(6.048)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO

## INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Atividades Operacionais</b>		
<b>Prejuízo dos exercícios</b>	<b>(450)</b>	<b>(6.074)</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciações e amortizações	11	14
Redução ao valor recuperável dos ativos	31	41
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(16)	472
Variação das provisões técnicas	(5.412)	(3.690)
Variação dos custos de aquisição	31	338
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>		
Aplicações	2.971	3.805
Créditos das operações de seguros e resseguros	324	8.465
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	1.444	6.358
Créditos fiscais e previdenciários	—	8
Despesas antecipadas	52	12
Títulos e créditos a receber	(16)	472
Obrigações a pagar	(21)	207
Impostos e contribuições	97	(373)
Débitos de operações com seguros e resseguros	360	(617)
Depósitos de terceiros	—	5
Provisões técnicas - seguros e resseguros	1.032	(9.639)
Outros passivos	—	(1)
<b>Caixa líquido originado (consumido) nas Atividades Operacionais</b>	<b>92</b>	<b>(669)</b>
<b>Aumento/(Redução) líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>92</b>	<b>(669)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início dos Exercícios</b>	<b>57</b>	<b>1.019.125</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final dos Exercícios</b>	<b>149</b>	<b>1.018.456</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

exercício e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. O Governo Federal editou em 26 de julho de 2021, a Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/2021 de 14 de julho de 2021, aumentando a alíquota da contribuição social sobre o lucro de 15% para 20% a partir de 01 de julho de 2021, sendo que tal alteração será válida até 31 de dezembro de 2021, retornando a alíquota de 15% a partir de 01 de janeiro de 2022. Em setembro de 2022 foi promulgada a Lei 14.446/22, que eleva em 1% a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022. A nova lei altera a norma que instituiu a CSLL (Lei 7.689/88) A provisão para contribuição social foi constituída, quando aplicável, à alíquota de 15% até junho de 2021, e 20% de julho de 2021 à alíquota de 2022. A partir de agosto de 2022 a contribuição social foi constituída, quando aplicável, à alíquota de 16%.

## 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

**4.1 Estrutura de gerenciamento de risco:** O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de Controles Internos e Compliance (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Companhia permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez, mercado, operacional e riscos de capital sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. **4.2 Risco operacional: Gerenciamento de risco operacional:** A Companhia define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. **Controle de risco operacional:** A Companhia possui um agente profissional dedicado de controles internos responsável pela identificação, formalização e controle de matriz de risco em conjunto com a diretoria. A Companhia possui os riscos avaliados conforme metodologia interna. **4.3 Risco de seguros:** O risco de seguros é o risco transferido do segurador para a Companhia por conta da probabilidade de ocorrência de um evento incerto e aleatório que será indenizado em caso de sinistro. Como parte de sua política de gestão de riscos, a Companhia possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio, que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. O quadro abaixo demonstra a concentração de risco no âmbito do negócio por ramo, baseado nos valores da Importância Segurada das apólices, sendo a moeda de todas as transações Reais (R\$):

Ramo	31/12/2022	31/12/2021
Riscos de engenharia	26.750	5.614.388
Responsabilidade civil geral	33.905	1.019.125
Responsabilidade civil profissional	—	548.490
<b>Total</b>	<b>60.655</b>	<b>7.180.003</b>

Em decorrência da operação em run-off, a Companhia possuía apenas 2 apólices vigentes em 31/12/2022 (46 apólices vigentes em 31/12/2021). O foco da administração para os próximos anos é a redução dos sinistros, principalmente os sinistros judiciais. **Estratégia de resseguro:** A Companhia utiliza contratos de resseguro com estruturas proporcionais e não proporcionais, objetivando a redução da volatilidade dos sinistros retidos e consequente mitigação de riscos e preservação da solidez financeira da Companhia. Importante destacar que as retenções definidas nos contratos de resseguro são inferiores aos limites técnicos fixados pela SUSEP, estando assim em conformidade com a legislação vigente. **Resultado do teste de sensibilidade:** Passivos atuariais: No teste de sensibilidade foram projetados os passivos atuariais e demonstrado o impacto de uma mudança razoavelmente possível quando do aumento nas taxas de juros e na sinistralidade. A análise foi realizada através da simulação do impacto no resultado e no patrimônio líquido na data-base da demonstração financeira, dos riscos que a Companhia líquida gerem mais relevantes e que podem afetar o seu patrimônio. Os resultados do teste estão apresentados abaixo.

## Resultados do teste de sensibilidade em 31 de dezembro de 2022:

	Total de Provisão de Prêmios líquida de CAD e ativos intangíveis	Valor Presente do Fluxo de Caixa de Sinistros Ocorridos	(In)Suficiência Provisão de Sinistros	Total de Provisão de Prêmios líquida de CAD e ativos intangíveis	Valor Presente do Fluxo de Caixa de Sinistros a Ocorrer	(In)Suficiência Provisão de Prêmios Ajuste final de Provisões
<b>Sensibilidade</b>						
(1) Cenário Base	27.542	25.444	2.098	2	1.763	(1.761)
(2) Sinistralidade + 10%	27.542	25.444	2.098	2	1.939	(2.193)
(3) Despesa + 20%	27.542	25.444	2.098	2	2.115	(2.114)
(4) Juros + 10%	27.542	25.353	1.912	2	1.769	(766)
(5) Juros - 10%	27.542	25.353	2.189	2	1.759	(1.757)

**Gerenciamento de Ativos e Passivos:** A Companhia está exposta a riscos financeiros associados à sua carteira de aplicações. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Companhia utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos. A gestão de riscos financeiros compreende a gestão do risco de mercado, liquidez e de crédito. A política de gestão de riscos da Companhia tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar que perdas decorrentes de oscilações de preços venham a impactar os resultados de forma adversa. Desta forma, para mitigação do risco, a Companhia possui uma estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por títulos públicos e títulos privados de alta liquidez. **Limitações da análise de sensibilidade:** Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas, pois, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado e conforme os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Desenvolvimento de sinistros:** O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis, incluindo-se as provisões para despesas relacionadas (PDR).

<b>Bruto de resseguro</b>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Ano de ocorrência</b>								
<b>Incorrido</b>								
data-base	13.313	16.578	18.452	40.722	52.467	613	516	270
Dois anos mais tarde	14.516	18.195	14.192	48.237	44.645	885	516	—
Três anos mais tarde	14.729	17.273	15.004	46.836	41.058	2.001	—	—
Quatro anos mais tarde	16.683	22.457	17.070	47.316	42.331	—	—	—
Cinco anos mais tarde	15.575	22.418	17.690	48.330	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	15.507	23.829	17.810	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	16.190	25.190	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	16.708	—	—	—	—	—	—	—
<b>Posição em 31/12/2022</b>	<b>16.708</b>	<b>25.190</b>	<b>17.810</b>	<b>48.330</b>	<b>42.331</b>	<b>2.001</b>	<b>516</b>	<b>270</b>
<b>Variação da estimativa final e inicial</b>	<b>3.395</b>	<b>8.612</b>	<b>(642)</b>	<b>7.609</b>	<b>(10.317)</b>	<b>1.398</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Variação</b>	<b>20%</b>	<b>34%</b>	<b>(4%)</b>	<b>16%</b>	<b>(24%)</b>	<b>69%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>
<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>14.760</b>	<b>17.747</b>	<b>14.478</b>	<b>44.459</b>	<b>38.804</b>	<b>761</b>	<b>514</b>	<b>270</b>
<b>Provisão de sinistros a liquidar</b>								
<b>Posição em 31/12/2022</b>	<b>1.948</b>	<b>6.443</b>	<b>3.332</b>	<b>3.871</b>	<b>3.527</b>	<b>1.240</b>	<b>2</b>	<b>—</b>
<b>IBNR</b>								



FAIRWAY SEGUROS S.A.

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

CNPJ nº 09.064.453/0001-56

Ativos de resseguro	Categoria do risco	Agência Rating	31/12/2022	31/12/2021
Local	A-	A. M. Best Company/Standard & Poor's	3.132	3.683
Local	A-	Standard & Poor's	142	-
Local	A+	A. M. Best Company	4.833	5.391
Local	AA-	Standard & Poor's	84	68
Local	AAA	Standard & Poor's	253	290
Admitida	A+	A. M. Best Company	1.039	1.336
Admitida	A+	Standard & Poor's	180	-
Eventual	A	A. M. Best Company	15	-
Eventual	A-	Standard & Poor's/A. M. Best Company	255	303
Eventual	A+	Standard & Poor's/A. M. Best Company	7	13
			<b>9.940</b>	<b>11.085</b>

**4.5 Risco de liquidez:** Forte posição de liquidez é mantida por meio de política de gerenciamento para manter recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Gerenciamento de risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Administração e tem por objetivo controlar os diferentes descausamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Companhia a liquidar as operações de modo seguro. **Controle de risco de liquidez:** A Companhia tem uma política de liquidez onde estão definidos os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos é suficiente para suprir as demandas de liquidez e honrar as obrigações assumidas em seus vencimentos. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. **Gerenciamento de ativos e passivos:** Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos. A gestão de risco de liquidez é efetuada pela seguradora através do monitoramento do cumprimento da legislação emitida pela SUSEP, principalmente no que diz respeito a cobertura das provisões técnicas por ativos garantidores, suficiência de capital e solvência. **Gerenciamento de capital:** A abordagem de gerenciamento de capital da Companhia é orientada pelas suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação, o ambiente econômico e comercial em que se opera. É objetivo da Companhia manter uma base de capital adequada para suportar o desenvolvimento dos seus negócios em run off e para atender os requisitos regulamentares de capital em todos os momentos. O gerenciamento de capital da Companhia inclui o capital investido e o capital regulamentar, definidos como: Capital investido é definido como o capital investido na Companhia pelos seus acionistas; e Capital regulatório é o capital que a Companhia é obrigada a manter conforme determinado pela regulamentação vigente. **4.6 Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia. **Gerenciamento de risco de mercado:** O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Controle de risco de mercado:** A exposição ao risco de mercado das carteiras da Companhia é limitada aos seus investimentos em fundos de investimento. O controle de risco de mercado utiliza-se do VaR paramétrico com intervalo de confiança de 95% e testes de estresse que simulam diversos cenários como, por exemplo, aqueles usados pela B3 para cálculo de margens. **Exposição ao risco de mercado:** Atualmente, a principal exposição ao risco de mercado se limita substancialmente às taxas de juros básicas, que impactam diretamente os títulos públicos. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui 98,5% (99,0% em 31 de dezembro de 2021) dos investimentos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) pós-fixados, não apresentando, portanto, nenhum impacto significativo quanto à variação de taxa de juros.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS (APLICAÇÕES)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia possuía aplicações na categoria de "Títulos disponíveis para venda", apresentadas como segue:

	31/12/2022				
	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ajuste ao valor justo
Quotas de fundos de investimento de renda fixa	310	426	(342)	27	-
LFT	31.109	866	(7.449)	3.481	46
<b>Total</b>	<b>31.419</b>	<b>1.292</b>	<b>(7.791)</b>	<b>3.508</b>	<b>46</b>
Circulante	2.690	-	-	-	8.626
Não circulante	28.729	-	-	-	19.848

	31/12/2021				
	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ajuste ao valor justo
Quotas de fundos de investimento de renda fixa	331	2.047	(2.088)	20	-
LFT	34.868	32.319	(37.604)	1.478	48
<b>Total</b>	<b>35.199</b>	<b>34.366</b>	<b>(39.692)</b>	<b>1.498</b>	<b>48</b>
Circulante	27.399	-	-	-	2.690
Não circulante	7.800	-	-	-	28.729

(a) Referem-se às cotas de fundos de investimentos não exclusivos, sendo os investimentos em renda fixa compostos na sua totalidade por títulos públicos, e são valorizados pelo valor da cota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. (b) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. **Hierarquia do valor justo:** **Nível 1** - Preços de mercado cotados, não ajustados, para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos que a Companhia tem capacidade de acessar; **Nível 2** - Preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos; preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados inativos; ou avaliações baseadas em modelos nos quais os insumos significativos são observáveis (por exemplo, taxas de juros, curvas de juros, velocidades de pré-pagamento, taxas de inadimplência, perdas severas etc.) ou podem ser corroborados por dados observáveis de mercado; **Nível 3** - Avaliações baseadas em modelos em que entradas significativas não são observáveis. Os dados não observáveis refletem as próprias premissas da Companhia sobre os dados que os participantes do mercado usariam.

6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a. Prêmios a receber:

Ramo	31/12/2022 e 31/12/2021			
	Prêmios a Receber	Provisão riscos de crédito	Total	Média de parcelamento (meses)
Compreensivo empresarial	52	(52)	-	1
Lucros cessantes	9	(9)	-	1
Riscos de engenharia	52	(52)	-	2
Responsabilidade civil geral	33	(33)	-	2
Responsabilidade civil profissional	-	-	-	2
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>(146)</b>	<b>-</b>	<b>2</b>

b. Prêmios a receber - Seguros por vencimento:

	31/12/2022	31/12/2021
Vencidos	-	-
Acima de 365 dias	146	146
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>146</b>

c. Prêmios a receber - movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	-	65
Prêmios emitidos	19	262
Prêmios cancelados	-	(4)
Prêmios recebidos	(20)	(342)
Imposto sobre operação financeira (IOF)	1	19
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

d. Operações com seguradoras:

	31/12/2022	31/12/2021
Cosseguro Cedido	6	29
Sinistros pagos a recuperar	232	495
Comercialização	5	6
Redução ao valor recuperável	(232)	(472)
<b>Cosseguro Aceito</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Prêmios a receber	26	26
Redução ao valor recuperável	(26)	(26)
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>29</b>

e. Operações com resseguradoras:

	31/12/2022	31/12/2021
Sinistros pagos a recuperar	546	606
Redução ao valor recuperável	(209)	-
<b>Total</b>	<b>337</b>	<b>606</b>
<b>Sinistros pagos a recuperar - Aging</b>		
1 a 30 dias	123	16
31 a 60 dias	66	131
61 a 120 dias	79	106
121 a 180 dias	73	353
181 a 365 dias	-	-
<b>Total</b>	<b>546</b>	<b>606</b>

7. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	32	370
Apropriações	(32)	(585)
Constituições	-	247
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>32</b>

8. CONTAS A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações a pagar	186	207
Fornecedores	186	207
<b>Impostos e encargos sociais a recolher</b>	<b>14</b>	<b>33</b>
Imposto de renda retido de terceiros	3	3
Imposto sobre operações financeiras	-	2
Contribuições previdenciárias	-	10
Outros impostos e encargos sociais	11	18
<b>Impostos e contribuições</b>	<b>132</b>	<b>17</b>
Imposto de renda	73	8
Contribuição social	59	6
Colins	-	3
<b>Total</b>	<b>332</b>	<b>257</b>

9. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a. Operações com seguradoras: Refere-se aos prêmios de cosseguros cedidos dos ramos Property & Casualty (P&C) a serem pagos às seguradoras. Em 31 de dezembro de 2022 possuem montante de R\$ 23 (R\$ 23 em 31 de dezembro de 2021).

b. Operações com resseguradoras:

	31/12/2022	31/12/2021
Compreensivo empresarial	59	14
Lucros cessantes	1	1
Riscos de engenharia	99	10
Riscos diversos	5	5
Riscos nomeados e operacionais	239	13
Responsabilidade civil geral	1	1
<b>Total</b>	<b>404</b>	<b>44</b>

c. Corretores de seguros e resseguros: Refere-se às comissões de seguros sobre os prêmios emitidos diretos.

	31/12/2022	31/12/2021
Ramo		
Compreensivo empresarial	10	10
Lucros cessantes	2	2
Riscos de engenharia	10	10
Responsabilidade civil geral	5	5
Responsabilidade civil profissional	4	4
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>31</b>

10. PROVISÕES TÉCNICAS SEGUROS E RESSEGUROS

a. Provisões técnicas de Seguro:

Ramo	31/12/2022					Total
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Provisão complementar de cobertura (PCC)	
Compreensivo empresarial	-	909	394	137	92	1.532
Riscos de engenharia	2	3.963	1.048	993	382	6.388
Riscos diversos	-	-	70	39	4	113
Riscos nomeados e operacionais	-	-	385	22	15	424
Responsabilidade civil ambiental	-	-	8	-	-	8
Responsabilidade civil geral	-	10.966	1.612	1.090	871	14.540
Responsabilidade civil profissional	-	4.062	87	1.736	374	6.259
<b>Total circulante</b>	<b>2</b>	<b>20.363</b>	<b>3.203</b>	<b>3.976</b>	<b>1.761</b>	<b>29.305</b>

Ramo	31/12/2021					Total
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Provisão complementar de cobertura (PCC)	
Compreensivo empresarial	-	999	313	271	1.557	3.140
Riscos de engenharia	156	4.419	1.531	637	1.504	8.247
Riscos diversos	-	-	-	-	1	114
Riscos nomeados e operacionais	-	-	642	163	438	1.313
Responsabilidade civil ambiental	-	-	415	25	-	495
Responsabilidade civil geral	1	7.663	1.348	800	1.451	11.263
Responsabilidade civil profissional	-	5.514	306	1.764	1.521	9.105
<b>Total circulante</b>	<b>157</b>	<b>19.088</b>	<b>4.195</b>	<b>3.661</b>	<b>6.584</b>	<b>33.685</b>

b. Ativo de resseguro - Provisões técnicas:

Ramo	31/12/2022				Total
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG), líquidos das comissões diferidas	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisões de despesas relacionadas (PDR)	
Compreensivo empresarial	-	502	234	78	814
Riscos de engenharia	1	1.836	481	446	2.764
Riscos nomeados e operacionais	-	40	22	2	64
Responsabilidade civil geral	-	981	144	70	1.195
Responsabilidade civil profissional	-	4.336	80	687	5.103
<b>Total circulante</b>	<b>1</b>	<b>7.695</b>	<b>961</b>	<b>1.283</b>	<b>9.940</b>

c. Movimentações da Provisões técnicas de seguros:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	157	19.088
Apropriações	(155)	-
Constituições	-	5.967
Reversões	-	(15)
Pagamentos	-	(4.677)
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>20.363</b>

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	2.019	26.797
Apropriações	(2.534)	-
Constituições	-	4.703
Atualizações monetárias	-	432
Reversões	-	(4.665)
Pagamentos	-	(8.179)
<b>Total</b>	<b>157</b>	<b>19.088</b>

d. Movimentações dos ativos de resseguro provisões técnicas:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	69	8.102
Apropriações	(68)	-
Constituições	-	1.027
Reversões	-	(1.580)
Pagamentos	-	(1.434)
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>7.695</b>

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	1.553	12.653
Apropriações	(1.736)	-
Constituições	252	398
Atualizações monetárias	-	66
Reversões	-	(2.787)
Pagamentos	-	(2.228)
<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>8.102</b>

e. Provisão para sinistros em discussão judicial:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade	Valor reclamado	Quantidade	Valor reclamado
Perda provável	6	1.908	4	1.374
Perda possível	29	23.357	34	23.110
Perda remota	18	44.270	25	34.362
<b>Totais</b>	<b>53</b>	<b>69.535</b>	<b>63</b>	<b>58.846</b>

11. PROVISÕES JUDICIAIS

Provisões trabalhistas: A Companhia responde a dois processos de natureza trabalhista. Para fazer face as eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituído a provisão para o caso cuja probabilidade de perda foi considerada "provável", no montante de R\$ 11 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2021). Processo tributário: A Companhia responde a um processo de cobrança administrativa instaurada por suposto inadimplimento na esfera tributária e/ou aplicação de penalidades acessórias. A classificação de perda é "possível" e foi elaborada por consultor externo, de acordo com critérios associados, relacionados, principalmente, à fase processual e ao possível resultado do processo, levando-se em consideração a jurisprudência predominante e o objeto do pedido.

12. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de prêmios não ganhos	-	2
Provisão de sinistros a liquidar	-	20.363
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	-	3.203
Provisão de despesas relacionadas	-	3.976
Provisão complementar de cobertura	-	1.761
<b>Total</b>	<b>29.305</b>	<b>33.685</b>



CNPJ nº 09.064.453/0001-56

**FAIRWAY SEGUROS S.A.**

★ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
<b>g. Despesas com tributos:</b>		
Impostos federais	(50)	(31)
Impostos municipais	(7)	(1)
Contribuições para a COFINS	(87)	(6)
Contribuições para o PIS	(11)	(1)
Taxa de fiscalização	(129)	(200)
<b>Total</b>	<b>(264)</b>	<b>(239)</b>
<b>h. Resultado financeiro:</b>	<b>3.510</b>	<b>1.568</b>
<b>Recults financeiras</b>		
Disponíveis para venda		
Títulos de renda fixa públicos	3.481	1.478
Com fundo de investimentos	27	20
Com provisão de sinistros a liquidar	-	66
Outros	-	4
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(3)</b>	<b>(434)</b>
Com provisão de sinistros a liquidar	-	(432)
Outros	(3)	(2)
<b>Total</b>	<b>3.505</b>	<b>1.134</b>

**15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou prejuízo fiscal de imposto de renda de R\$ 482 (R\$ 6.019 em 31 de dezembro de 2021) e base negativa de contribuição social de R\$ 482 (R\$ 6.019 em 31 de dezembro de 2021). O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2022 de prejuízo fiscal é R\$ 125.157 (R\$ 124.675 em 31 de dezembro de 2021) e base negativa

**DIRETORIA**

Juan Pablo Bragadín - Diretor	Benildo de Araújo Costa - Diretor
-------------------------------	-----------------------------------

**PARECE DO ATUÁRIO AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores da Fairway Seguros S.A.  
São Paulo - SP  
CNPJ: 09.064.453/0001-56

**Escopo da Auditoria:**

Examinamos as províes técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores reductores da necessidade de cobertura das províes técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Fairway Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuação - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de resseguro DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuariário independente da Fairway Seguros S.A., como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Fairway Seguros S.A. é responsável pelas províes técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores reductores da necessidade de cobertura da províes técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuação - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas  
Fairway Seguros S.A.

São Paulo - SP  
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Fairway Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fairway Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório

de R\$ 128.178 (R\$ 127.696 em 31 de dezembro de 2021). Esses créditos não estão registrados pelo fato da Companhia não ter expectativa de realização dessas créditos fundamentada em projeções que demonstrem bases tributáveis num período razoável de tempo.

**16. OUTRAS INFORMAÇÕES**

a) **Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. b) **Remuneração dos administradores:** As despesas com honorários de diretoria no montante de R\$ 781 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 737 em 31 de dezembro de 2021). c) **Normas e interpretações ainda não adotadas:** CPC 50 - IFRS 17 **Contratos de seguro:** Em 18 de maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17, **Contratos de Seguros (IFRS 17)**. A nova norma substitui a IFRS 4, **Contratos de Seguros (IFRS 4)** e é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. O IFRS 17 exige que uma companhia de seguros mensure contratos de seguros usando uma medição atual dos fluxos de caixa esperados com desconto, mais uma margem de risco para refletir a variabilidade no valor e no momento dos fluxos de caixa do seguro. É permitida uma abordagem simplificada (a "abordagem de alocação de prêmios") semelhante à contabilização atual do passivo pela cobertura remanescente (prêmio não adquirido) e o reconhecimento do prêmio ganho por contratos que atendem a determinados critérios, incluindo todas as apólices com períodos de cobertura de um ano ou menos. Para as políticas que não têm permissão para usar a abordagem de alocação de prêmios, a IFRS 17 proíbe o reconhecimento de qualquer ganho em questão que resultaria do uso dessas estimativas de valor esperado em dinheiro descontado, ajustado ao risco esperado (para reservas de apólices). Qualquer ganho na emissão do contrato é ajustado pela aplicação de uma margem de serviço contratual. O IFRS 17 também altera a contabilização do resseguro cedido mediante a compensação de qualquer comissão cedente pelos prêmios de resseguro incorridos. A Administração avaliou o impacto dessas alterações nas suas demonstrações financeiras observando as datas de

entradat em vigor de cada uma delas e considerando inclusive os posicionamentos da SUSEP e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). CPC 48 - **IFRS 9 Instrumentos financeiros:** Em julho de 2014, o IASB publicou uma versão alterada da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros. Reconhecimento e Mensuração e inclui orientações sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável de ativos financeiros e um novo modelo geral de contabilidade de hedge. A classificação de ativos financeiros é baseada nas características do fluxo de caixa e no modelo de negócios em que um ativo é mantido. A classificação determina como um instrumento financeiro é contabilizado e mensurado. O IFRS 9 também introduz um modelo único de redução ao valor recuperável para instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado que exige o reconhecimento de perdas de crédito esperadas no reconhecimento inicial de um instrumento financeiro e o reconhecimento de perdas de crédito esperadas ao longo da vida se determinados critérios forem atendidos. O novo modelo de contabilidade de hedge alinha a contabilidade de hedge às atividades de gerenciamento de riscos. Em 12 de setembro de 2016, o IASB emitiu emendas ao IFRS 4 para corrigir descasamentos contábeis e volatilidade que possam surgir no resultado no período entre a data efetiva do IFRS 9 e IFRS 17. As alterações incluem uma isenção temporária opcional do IFRS 9 para empresas cujas atividades estão predominantemente relacionadas a seguros. Essa isenção permite que uma entidade continue a aplicar os requisitos contábeis existentes para o instrumento financeiro da IAS 39 a todos os ativos financeiros até à aplicação anterior da IFRS 17 ou 1 de janeiro de 2023. A Administração avaliou o impacto dessas alterações nas suas demonstrações financeiras observando as datas de entrada em vigor de cada uma delas e considerando inclusive os posicionamentos da SUSEP e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**ATUÁRIA**

Cristina Maria Cantanhede Amarante Biasotto Mano - MIBA - 900
---

**CONTADORA**

Laila Silva Michaeli Constantino Tavares - CRC-SP 293363/O-2
--

**Responsabilidade dos atuários independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuação - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das províes técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores reductores da necessidade de cobertura das províes técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as províes técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores reductores da necessidade de cobertura das províes técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Fairway Seguros S.A.

em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuação - IBA.

**Outros assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditéado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

**mazars**

MAZARS SERVIÇOS ATUARIAIS LTDA., CIBA 170  
CNPJ Nº 41.921.418/0001-19  
Avenida Trindade, 254, salas 1314 e 1315, Edifício Office

Bethaville, Bairro Bethaville I, na Cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, CEP: 06404-326

Mário Costa

Atuário MIBA 933

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 28 de fevereiro de 2023.

**mazars**

Mazars Auditores Independentes  
CRC 25P023701/O-8

Douglas Souza de Oliveira

Contador CRC 15P191325/O-0

**NCVP Participações Societárias S.A.**

CNPJ nº 07.278.168/0001-02  
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. A Companhia atua como *holding* de participação societária e na prestação de serviços de intermediação na comercialização de títulos de capitalização. Em 2022 a Companhia atingiu R\$ 4,3 milhões relativos às receitas com a referida prestação de serviços, no entanto o negócio principal continua sendo a participação em controlada em con-

junto que rentabilizou R\$ 35,3 milhões, em linha com o ano anterior, assim como o lucro líquido do exercício que atingiu R\$ 37,5 milhões. Isso demonstra o alinhamento da estratégia e a consistência dos resultados alcançados. Os ativos totais alcançaram R\$ 136,8 milhões. A Companhia tem como política de distribuição de dividendos a destinação aos acionistas de parcela relevante do resultado apurado no exercício e saldos remanescentes em reservas distribuíveis de exercícios anteriores, no entanto, os acionistas detêm poderes e direitos de deliberar sobre as destinações dos lucros e reservas, observados os limites

do estatuto social e da legislação societária vigente. Não foram distribuídos dividendos intermediários em 2022. As expectativas para o ano de 2023 são positivas, com manutenção da lucratividade e crescimento. Aproveitamos para registrar os nossos agradecimentos aos nossos colaboradores, acionistas e às autoridades de controle, pela orientação e atenção prestadas à NCVP Participações Societárias S.A.  
São Paulo, 24 de fevereiro de 2023.

**A Administração**

**BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** (Em milhares de reais)

	2022	2021
<b>Circulante</b>	<b>15.973</b>	<b>13.506</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	345	73
Aplicações	8.759	4.398
Títulos e Crditos a Receber	8.869	9.035
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>120.788</b>	<b>119.450</b>
Investimento	118.951	117.000
Intangível	1.837	2.450
<b>Total do Ativo</b>	<b>136.761</b>	<b>132.956</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

	2022	2021
<b>Passivo</b>	<b>9.306</b>	<b>9.492</b>
Circulante	9.306	9.492
Contas a Pagar	-	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>127.455</b>	<b>123.464</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2022	2021
Receita na prestação de serviços	4.296	4.848
<b>Receita Líquida de Serviços</b>	<b>4.296</b>	<b>4.848</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(2.304)</b>	<b>(2.272)</b>
Despesas com pessoal próprio	(1.226)	(1.079)
Despesas com serviços de terceiros	(31)	(86)
Despesas com localização e funcionamento	(666)	(664)
Despesas com tributos	(372)	(421)
Despesas com publicações	(8)	(22)
Outras receitas e despesas operacionais	(1)	-
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-1.022</b>	<b>268</b>
Receitas financeiras	1.022	294
Despesas financeiras	-	(26)
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>35.326</b>	<b>35.811</b>
Resultado de equivalência patrimonial	35.326	35.811
<b>Resultado Operacional</b>	<b>38.330</b>	<b>38.655</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Lucro Bruto (antes do IR e CS)</b>	<b>38.330</b>	<b>38.655</b>
Imposto de renda	(574)	(437)
Contribuição social	(215)	(166)
Participações sobre o resultado	(11)	(84)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>37.530</b>	<b>37.958</b>
Quantidade de ações	93.747.753	93.747.753
Lucro líquido por ação	0,00	0,00

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** (Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros				Ajuste TVM (Controlada)	Lucros Acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Outras reservas de lucros			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>93.748</b>	<b>7.428</b>	<b>22.681</b>	<b>-</b>	<b>5.474</b>	<b>-</b>	<b>129.331</b>
Ajuste com títulos e valores mobiliários - Investida	-	-	-	-	(12.164)	-	(12.164)
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 31/03/2021	-	-	-	(22.637)	-	-	(22.637)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	37.958	37.958
Reserva legal	-	1.898	-	-	-	(1.898)	-
Impacto da adoção inicial do CPC 06 (R2) de acordo com a Circular SUSEP 615/2020	-	-	-	-	(9)	-	(9)
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	27.045	-	-	(27.045)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,10 por ação)	-	-	-	-	(9.015)	(9.015)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>93.748</b>	<b>9.326</b>	<b>27.089</b>	<b>(9)</b>	<b>(6.690)</b>	<b>-</b>	<b>123.464</b>
Ajuste com títulos e valores mobiliários - Investida	-	-	-	-	1.983	-	1.983
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 31/03/2022	-	-	(26.609)	-	-	-	(26.609)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	37.530	37.530
Reserva legal	-	1.877	-	-	-	(1.877)	-
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	26.740	-	-	(26.740)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,10 por ação)	-	-	-	-	(8.913)	(8.913)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>93.748</b>	<b>11.203</b>	<b>27.220</b>	<b>(9)</b>	<b>(4.707)</b>	<b>-</b>	<b>127.455</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** (Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	37.530	37.958
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>	<b>(34.713)</b>	<b>(35.198)</b>
<b>Varição nas Contas Patrimoniais</b>		
Dividendos recebidos	35.480	29.454
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>35.896</b>	<b>29.970</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos pagos	(35.624)	(29.999)
<b>Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(35.624)</b>	<b>(29.999)</b>
<b>Aumento(Diminuição) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>272</b>	<b>(29)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	73	102
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	345	73

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** (Em milhares de reais)

**1. Contexto Operacional:** A NCVP Participações Societárias S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 - Torre Sul - 8º andar, na Cidade de São Paulo/SP, constituída em março de 2005 com o propósito principal de alavancar investimentos com seus acionistas estrangeiros, em especial a BNP Paribas Assurance S.A., com sede na França, para aplicação em suas subsidiárias no Brasil. Além disso, a Companhia detém exclusividade em balanço em companhia do varejo brasileiro para a distribuição de títulos de capitalização, atuando assim na prestação de serviço de intermediação da distribuição destes títulos. Apresentamos a seguir extratos das informações relevantes contempladas nas notas explicativas das demonstrações financeiras completas.

**2. Investimentos:** **2.1. Abertura do investimento em controlada em conjunto:** Demonstramos a seguir a abertura do investimento na Luzaseg Seguros S.A.:

	31/12/2022	31/12/2021
Capital social integralizado	133.883	133.883
Quantidade de ações	133.883.372	133.883.372
Participação no capital social	50%	50%
Patrimônio líquido da investida	237.902	234.000
Lucro líquido do exercício da investida	70.651	71.623
Resultado de equivalência patrimonial	35.326	35.811
<b>Total dos investimentos</b>	<b>118.951</b>	<b>117.000</b>

**2.2. Movimentação do investimento:** Demonstramos a seguir a movimentação do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial da Companhia:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>117.000</b>	<b>124.446</b>
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	1.983	

## USEBENS SEGUROS S.A.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis da Usebens Seguros S/A, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas na forma da legislação societária e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer elaborado pelos Auditores Independentes. Durante o exercício de 2022, a Usebens empenhou esforços na busca de novos canais de distribuição, com foco nos produtos de Seguro Prestamista, Habitacional e Automóvel, todos com mercado consolidado no Brasil e comercialização em diversas linhas de negócios. Nas áreas de Seguro Prestamista e Habitacional, dedicamos esforços para consolidar parcerias com Instituições Financeiras que distribuem produtos financeiros como empréstimos, cartões de crédito, consórcios e financiamentos. No Seguro Automóvel nossos esforços foram focados em parcerias de distribuição digitais, conquistados pelos constantes investimentos em tecnologia, estrutura operacional e aprimoramento de nossas ferramentas de pricing, subscrição e comercialização. Estes importantes avanços também possibilitaram parcerias com importantes Empresas de rastreamento automotivo, Assessorias de Seguros e Corretores. Nesse sentido, a Seguradora se destaca fortemente pela proximidade e agilidade que imprime às interações com as Instituições

parceiras de distribuição de seus produtos de seguro, o que nos diferencia neste mercado altamente competitivo. No exercício, os prêmios de seguros atingiram o total de R\$ 103.490, representando aumento de 25,75% sobre o ano anterior (R\$ 82.287). Em termos de prêmios emitidos líquidos, atingimos R\$ 105.202, e em prêmios ganhos, R\$ 104.354, representando avanço de 35,15% e 12,61% sobre o exercício de 2021, respectivamente (R\$ 77.839 e R\$ 92.666). Nossos índices de sinistralidade atingiram 12,64% sobre os prêmios ganhos, ligeiramente superior ao exercício anterior (12,48%), com maior representatividade do Seguro Prestamista, maior carteira da Seguradora. Em relação aos custos de aquisição, o índice ficou em 59,43% sobre os prêmios ganhos, 5,05% abaixo do exercício de 2021 (64,48%). As despesas administrativas atingiram 19,85% sobre os prêmios emitidos, com aumento de 4,42% sobre o exercício anterior (15,43%). A variação se relaciona, principalmente, aos investimentos em tecnologia (TI), operacionais e administrativos, com a contratação de novos colaboradores e forte desenvolvimento em sistemas, visando estruturar a Seguradora para os próximos anos. Em 2022, o resultado financeiro apresentou incremento de 131,05% em comparação ao exercício anterior, impulsionado pelo aumento da taxa SELIC, mas com a manutenção da política conservadora de investimentos

diversificados em títulos públicos e renda fixa. A Seguradora encerrou o exercício com resultado antes de impostos e contrabancos de R\$ 6.816, incremento de 6,07% sobre o exercício de 2021 (R\$ 6.426). O índice combinado do exercício (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre o total de prêmios ganhos) foi de 98,94%, incremento de 3,20% em comparação a 2021 (95,74%), impactado positivamente pela redução das despesas com impostos em 5,05% e das receitas com a regulação de consórcio do IAT em 1,78%, mas com incremento das despesas administrativas em 5,98%. Os acionistas terão direito a receber com dividendo mínimo em cada exercício, um percentual do lucro de 5%, conforme definido no estatuto da Seguradora. O saldo de lucros líquidos tem destinação por determinação da Assembleia Geral dos acionistas, podendo ser transferido para Reserva de Aumento de Capital ou outra reserva de lucros. Declaração de capacidade financeira: Em atenção à Circular SUSEP nº 648/2021, a Seguradora apesar de não possuir títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", considera ter capacidade financeira para assegurar, até os seus respectivos vencimentos, os títulos classificados como "disponível para venda". A Seguradora continua trabalhando no aprimoramento de suas ferramentas de

gestão e operação, objetivando suportar o crescimento estruturado, rentável e sustentável de nossas operações, com intuito de sempre atender às necessidades dos usuários finais (clientes, parceiros, autarquias e colaboradores). Damos grande importância à manutenção de adequados controles internos, gestão de riscos, políticas de subscrição, fortalecendo a Governança Corporativa, no estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, com observância das leis, normas e procedimentos regulatórios. Os esforços continuam na melhoria constante em controles internos e estrutura de gestão de risco. Acreditamos que o desempenho do exercício de 2022 representa nossa estratégia de consolidar nossos diferenciais no mercado, enquanto buscamos o desenvolvimento de novos produtos e parcerias, o que permitirá alcançarmos nossas metas de crescimento, mantendo a qualidade de nossos controles e serviços. Neste contexto, aproveitamos a oportunidade para agradecer aos nossos seguros e parceiros pela confiança depositada, às autoridades da Superintendência de Seguros Privados pela orientação e atenção dispensadas e aos colaboradores diretos e indiretos da Seguradora, cuja dedicação e trabalho foram fundamentais para o desenvolvimento de nossas atividades.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

BALANÇOS PATRIMONIAIS	
Passivo e patrimônio líquido	
Ativo/Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	60.724, 63.354
Contas a pagar	144, 66
Instrumentos financeiros	13.402, 12.631
Contas de fundos de investimentos	1.151, 3.231
Títulos de renda fixa	12.251, 9.400
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>16.190, 14.327</b>
Prêmios a receber	14.579, 12.151
Operações com seguradora	1, 1
Outros créditos operacionais	24, 17
Títulos e créditos a receber	1.582, 2.558
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>2.028, 3.028</b>
Créditos a receber	828, 878
Créditos tributários	10, 1.176
Outros valores e bens	149, 11
Outros valores	10, 20
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>139, 91</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>28.835, 33.191</b>
Seguros	28.835, 33.191
<b>Ativo não circulante</b>	<b>85.857, 77.193</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>85.445, 76.685</b>
Instrumentos financeiros	7, 584
Títulos de renda fixa	58.310, 50.009
Outras aplicações	254, 251
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>26.881, 26.385</b>
Imobilizado	371, 497
Bens móveis	238, 340
Outras imobilizações	133, 157
Outros intangíveis	41, 28
<b>Total do ativo</b>	<b>146.581, 140.564</b>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO		
Nota	2022	2021
Prêmios emitidos líquido	103.490	82.287
Variações das provisões técnicas de prêmios	874	10.379
<b>(=) Prêmios ganhos</b>	<b>104.354</b>	<b>92.666</b>
Recursos com emissão de apólices	15,2	(13.191)
Sinistros ocorridos	15,3	(62.516)
Custos de aquisição	15,7	(4.999)
Outras receitas e despesas operacionais	15,7	(4.999)
<b>Resultado com operações de resseguro</b>	<b>1,228</b>	<b>(1.015)</b>
Despesas administrativas	15,4	(20.544)
Despesas com tributos	15,6	(5.770)
Resultado financeiro	15,5	5.700
<b>Resultado operacional</b>	<b>6.807</b>	<b>6.417</b>
Ganhos e perdas com ativos não correntes	9	15
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>6.816</b>	<b>6.426</b>
Imposto de renda	17	(1.478)
Contribuição social	17	(1.028)
<b>(=) Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.310</b>	<b>3.786</b>
Quantidade de ações	18.885.250	18.885.250
<b>Lucro líquido por lote de mil ações</b>	<b>228,22</b>	<b>200,47</b>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Reservas de lucros					
Capital	Ajustes de avaliação	Lucros acumulados			
Social	Legal	Outras			
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2021</b>	19.901	1.169	8.092	190	- 29.352
Ajustes de títulos e valores mobiliários	-	-	-	(2.152)	(2.152)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.786
<b>Proposta para distribuição de resultado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Reserva legal	-	180	-	-	(180)
Dividendos	-	-	-	-	(171)
Reserva estatutária	-	-	3.435	-	(3.435)
Juros sobre capital próprio	-	-	(188)	-	(188)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>19.901</b>	<b>1.349</b>	<b>11.339</b>	<b>(1.962)</b>	<b>- 30.627</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>19.901</b>	<b>1.349</b>	<b>11.339</b>	<b>(1.962)</b>	<b>- 30.627</b>
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	623	623
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.310
<b>Proposta para distribuição de resultado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Reserva legal	-	210	-	-	(210)
Dividendos	-	-	-	-	(199)
Reserva estatutária	-	-	3.901	-	(3.901)
Juros sobre capital próprio	-	-	(118)	-	(118)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>19.901</b>	<b>1.559</b>	<b>15.122</b>	<b>(1.339)</b>	<b>- 35.243</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**1. Contexto operacional:** A Usebens Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital nacional e fechado, com sede e escritório localizada na Cidade de São Paulo, SP, registrada na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) sob o código 0287-1, com controladora e holding a Usebens Holdings Participação S.A. A Seguradora atua em todo o território nacional na comercialização de seguro de danos e de pessoas. A expertise da Seguradora está voltada para a distribuição, em todo o território nacional, de seguros massificados, customizados de acordo com as necessidades da região, por intermédio de seus parceiros concessionários de veículos, instituições financeiras e de administradora de consórcios. Destaca-se por seu amplo portfólio de produtos, que representam uma fonte importante de rentabilidade a essas parcerias, sendo que entre os principais produtos estão: a prestamista; (b) seguro de automóveis (rastreamento de veículos); (c) acidentes pessoais; (e) GAP; (f) plano saúde; (g) compreensivo residencial e empresarial.

**2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação por seus Administradores e Acionistas em 28 de fevereiro de 2023. **2.1. Declaração de conformidade:** Em 12 de novembro de 2021, a SUSEP emitiu a Circular nº 648/21, alterada parcialmente pela Circular SUSEP nº 678/2022 que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos a partir da sua publicação. Desta forma, as demonstrações contábeis foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 648/21 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". **2.2. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Substitui as orientações do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Esse normativo inclui novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, além da contabilização de hedge. O CPC 48 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018, que passa a vigorar para o mercado segurador em 2 de janeiro de 2023, conforme circular nº 678 de 2022, de forma prospectiva. A seguradora aplicará o respectivo pronunciamento conforme início da vigência normativa. **IFRS 17 - Contratos de Seguros:** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. Seu objetivo é assegurar o fornecimento de informações relevantes que representem os contratos de seguros emitidos, investimento em ativos financeiros e perdas esperadas contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros exercem sobre a posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa da Seguradora. O IFRS 17 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2023. A Seguradora irá aplicar a norma quando da adoção pela SUSEP. **2.3. Comparabilidade:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC nº 21 e da Circular SUSEP nº 648/21. Não havendo influência na comparabilidade em decorrência da alteração das normas. **2.4. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinação das instituições financeiras mensurados a valor justo por meio do resultado. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado em data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo em um ativo ou passivo, a Seguradora leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na preferência do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração ou divulgação nestas demonstrações contábeis é determinada nessa base, exceto valor em uso na redução do valor recuperável de ativos CPC 01 (R1). As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações contábeis. **2.5. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. **2.6. Demonstração de resultados abrangentes (DRA):** Está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reconciliações) que não são reconhecidos na demonstração de resultados, tais como requerido ou permitido pelos CPCs. **2.7. Operações descontinuadas:** Não houve atividades descontinuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **3. Principais práticas contábeis:** As seções a seguir descrevem as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis: **3.1. Apuração do resultado operacional:** Os prêmios de seguros, resseguros e consórcios, e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e, reconhecidos no resultado de acordo com o transcorrer da vigência do risco. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor e vencimento que não afetam a vinculação com ativos garantidores. **3.3. Definições, classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** **a) Definições:** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira para outra entidade. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros não recebidos a valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao, ou deduzidos do, valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Instrumento de patrimônio é qualquer contrato que evidencie uma participação nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. **b) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimento em ativos financeiros, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrada de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. **c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para venda ou negociação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. É classificado nestas categorias: se: **• For adquirido principalmente para ser vendido no curto prazo;** **• O reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra e possui um padrão recente de obtenção de lucros a curto prazo;** **• For um derivativo que não tenha sido designado como**

um instrumento de hedge efetivo. Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado se o reconhecimento inicial se: **• Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria;** **• O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos e passivos financeiros ou ambos;** **• Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Seguradora, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base;** **• Fazer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e for permitido que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado (CPC 30-40 e 48). Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante da Seguradora, e seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do exercício. **d) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade financeira de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução do valor recuperável. **e) Ativos financeiros disponíveis para venda:** São os ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições anteriores. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Seguradora, de acordo com a maturidade do título. Seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida em uma conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários. **e) Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo que estão representados por títulos e valores mobiliários, credores, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuais - NTA; **f) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)** é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo. A PPNG considera como data-base para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência do risco, de acordo com normativo regulatório específico. **g) A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes** em empréstimos (PPNG-RVNE) têm como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos e que estão em processo de emissão, sendo constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas em Nota Técnica Atual. Destaca-se, ainda, que para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia disposta na Nota Técnica Atual, a PPNG-RVNE é constituída com base nos percentuais médios utilizados pelo mercado segurador. **h) A Provisão para Sinistros a Liquidar (PSL)** é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurador, realizada por ocasião do recebimento do relatório de sinistro e em valor suficiente para fazer face aos pagamentos dos sinistros futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo; **i) A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR - Incurred But Not Reported)** é constituída a partir da metodologia descrita em Nota Técnica Atual, que se baseia em critério estatístico-atuarial, conhecido como triângulo de run-off, que considera o desenvolvimento trimestral ou semestral histórico dos sinistros ocorridos e avisados. Para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia, a provisão é constituída com base nos resultados observados nos testes de consistência desta provisão ou através dos métodos utilizados pelo mercado segurador. **j) A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER - Incurred But Not Enough Reported)** é constituída a partir de metodologia descrita em Nota Técnica Atual, que se baseia em critério estatístico-atuarial conhecido como triângulo de run-off, que considera o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final; **k) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** visa a cobertura dos valores esperados a líquido relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas a um grupo de sinistros. **l) Provisão de Sinistros a Liquidar dos passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** Conforme disposto na Circular SUSEP nº 648/21, que institui o Teste de Adequação de Passivos para fins de elaboração das demonstrações contábeis e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos passivos contingentes e obrigações legais (fiscas, previdenciárias) não for suficiente para reconhecer este valor na Provisão Contingente e Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBAC e PMCA, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuflências. Os ajustes, decorrentes de insuflências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a Seguradora deverá reavaliar o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 648/21, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos e não ocorridos, entre Seguros de Danos e seguros de Pessoas, excluindo-se as operações com seguro DPVAT. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensuradas na data-base de dezembro de 2022, descontadas pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETT), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimativa dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas para cada grupo no Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2022 foram, em média, as seguintes: **• Seguro de Danos:** 46,00%; **• Seguro de Pessoas:** 10,00%. Com base no Realizado Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Usebens Seguros S.A. elaborado para a data-base de 31 de dezembro de 2022, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/21. **3.3. Contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes e o pagamento foi devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.4. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e diferidos:** A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída em valor positivo, com base adicional de 10%. A Contribuição Social Sobre o Lucro é calculada considerando a alíquota de 15%. A Lei 14.183 de 14 de julho de 2021, elevou a alíquota da contribuição social para 20% com vigência até 31 de dezembro de 2021 e volta para a alíquota de 15% a partir de 1º de janeiro de 2022. E em seguida houve a aprovação da Lei 14.446 de 02 de setembro de 2022 que elevou a alíquota da contribuição social para 16% com vigência até 31 de dezembro de 2022. O imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados com as mesmas taxas acima. **3.5. Ativos contingentes, provisões judiciais e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscas, previdenciárias) são efetuados da seguinte maneira: **• Ativos contingentes** não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **• Provisões judiciais** - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas passíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas ou requerimentos regulatórios, desde que não sejam provisões judiciais; **• Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas**

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	
2022 2021	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.310 3.786</b>
Ajustes ao lucro líquido	
Depreciações e amortizações	345 318
Perda (Reversão de perdas) por redução do valor recuperável dos ativos	30 23
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(11)
Resultado de equivalência patrimonial	9 4
Ganho (Reversão de ganho) por redução do valor recuperável dos passivos	(24) -
<b>Atividades operacionais</b>	<b>(7.738) (4.120)</b>
Variação dos créditos das operações de seguros	(2.222) (5.956)
Variação dos títulos e créditos a receber	89 29
Variação dos ativos de resseguro	320 1.271
Variação dos créditos fiscais e previdenciários	2.795 3.883
Variação despesas antecipadas	(48) 212
Variação dos custos de aquisição diferidos	3.860 9.626
Variação de outros ativos	(32) -
Variação de fornecedores	87 (13)
Variação de outros contas a pagar	3.153 269
Variação impostos e contribuições	103 12
Variação dos débitos de operações com seguros e resseguros	(1.576) 3.438
Variação das provisões técnicas - seguros	(539) (9.201)
Variação de depósitos de terceiros	169 (19)
Variação de outros provisões judiciais	- (48)
<b>Caixa líquido gerado nas operações</b>	<b>3.091 3.503</b>
Impostos sobre lucros pagos	(2.496) (2.979)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>595 524</b>
<b>Das atividades de investimento</b>	<b>- -</b>
Recebimento pela venda de ativo permanente	3 8
Pagamento de compra de ativo imobilizado e intangível	(231) (84)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(228) (76)</b>
<b>Das atividades de financiamento</b>	<b>(289) (444)</b>
Distribuição de dividendos	(289) (444)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(289) (444)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>78 4</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	66 62
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	144 66
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>78 4</b>

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	
2022 2021	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.310 3.786</b>
Outros resultados abrangentes	623 (2.152)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	1.661 (3.884)
Eleitos tributários sobre itens dos lucros abrangentes	(1.038) 1.732
<b>Total dos resultados abrangentes, líquido de efeitos tributários</b>	<b>4.933 1.634</b>

precintos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas pelas normas regulatórias da SUSEP. As operações de resseguro são realizadas sob a forma de contratos firmados com os resseguradores. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contas emitidas pelos resseguradores por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Seguradora e que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. **3.11. Provisões técnicas de seguros:** As provisões técnicas decorrentes de sinistros ocorridos e não ocorridos são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujas regras, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuais - NTA; **f) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)** é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo. A PPNG considera como data-base para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência do risco, de acordo com normativo regulatório específico. **g) A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes** em empréstimos (PPNG-RVNE) têm como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos e que estão em processo de emissão, sendo constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas em Nota Técnica Atual. Destaca-se, ainda, que para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia disposta na Nota Técnica Atual, a PPNG-RVNE é constituída com base nos percentuais médios utilizados pelo mercado segurador. **h)**



\*continuação

USEBENS SEGUROS S.A. - CNPJ nº 09.180.505/0001-50

As Acionistas e Administradores da Usebens Seguros S.A. - São José do Rio Preto - SP. Escopo da auditoria: Examinamos as províções técnicas, os ativos de resseguro e retrocesso registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províções técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Seguradora, e dos limites de retenção no montante de R\$ 1.000 mil, em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariários divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - CNSP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Responsabilidade da Administração: A Administração da Seguradora é responsável pelas províções técnicas, pelos ativos de resseguro e pela retrocesso registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províções técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Seguradora, e pelo demonstrativo dos limites de retenção no montante de R\$ 1.000 mil, elaborados de acordo com os princípios atuariários divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos Auditores Atuariais Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre

as províções técnicas, os ativos de resseguro e retrocesso registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províções técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Seguradora, e dos limites de retenção no montante de R\$ 1.000 mil, em 31 de dezembro de 2022, elaborados de acordo com os princípios atuariários divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem tão pequena importância que não influenciam a decisão de usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: \* Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no

planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. \* A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis. \* Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos são baseados em base de fatos e circunstâncias de natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos da distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria; e (d) a determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto expeçam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. Entretanto, a nossa avaliação de risco não é baseada em uma amostra de demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode

montante de R\$ 1.000 mil, da Seguradora, anteriormente referida, em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariários divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP. Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para a apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício audito, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023. DELOITTE TOUCHE TOHMSTU Consultores Ltda. CNPJ: 02.189.924/0001-03 CIBA 45 Felipe Fieri Amado MIBA 2.385



Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Usebens Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usebens Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrangem a veracidade da Admistração e nem expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista razoável de continuidade operacional. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem tão pequena importância que não influenciam a decisão de usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: \* Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. \* A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis. \* Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos são baseados em base de fatos e circunstâncias de natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos da distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria; e (d) a determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto expeçam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. Entretanto, a nossa avaliação de risco não é baseada em uma amostra de demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; \* Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora; \* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; \* Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significante sobre a capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional; \* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023. BDO BDO RCS Auditores Independentes SS Alfredo Ferreira Marques Filho Contador - CRC 1 SP 154954/O-3



J&T Express Brazil Ltda.

NPJ nº 42.584.754/0001-86 - NIRE 35.237.415.070 Edital de Convocação Sede Social: Avenida Engenharia Luiz Carlos Barros, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Administração da J&T EXPRESS BRAZIL LTDA. ("Sociedade"), nos termos do Parágrafo 3º do artigo 1.152 e Caput do artigo 1.074 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), convoca os sócios da Sociedade para a Reunião dos Sócios, que será realizada na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Engenharia Luiz Carlos Barros, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em primeira convocação, no dia 06 de março de 2023, às 10:00h, e em segunda convocação no mesmo local, data às 11:00h, para tratar do seguinte orden de pauta: (I) Deliberar sobre a mudança das instalações de sede e das instalações nos seguintes endereços: (a) Município de Araranguá, Estado de Santa Catarina, na Avenida XV de Novembro, nº 130, Cidade Alta, CEP 88901-048; (b) Município de Barra do Corda, Estado do Maranhão, na Rodovia PE 226, Km 117, Trisideia, CEP 65950-000; (c) Município de Goiana, Estado do Pernambuco, na Rodovia PE 75, KM 02, nº316A, Murião, CEP 55900-000; (d) Município de Araguaina, Estado do Tocantins, na Rua Tocantínópolis, nº 22, Quadra E, Lote 10, Setor 137, Lotamento São Francisco, CEP 77823-350; (e) Município de Brusque, Estado de Santa Catarina, na Rua Maria André de Freitas, nº 1.131, Bloco A, Loja 2, Rio Branco - Urbano, CEP 88350-738; (f) Município de Loanda, Estado do Paraná, na Avenida Presidente Vargas, nº 1.302, Centro, CEP 87900-000; (g) Município de Cruz das Almas, Estado da Bahia, na Rua J. B. da Fonseca, nº 307B, Centro, CEP 44380-000; (h) Município de Brumado, Estado da Bahia, na Avenida João Paulo I, nº 1.200, Parque da Alvorada, Alto do Escalvarado - Sede, CEP 46115-310; (i) Município de Itaiti, Estado do Paraná, na Rua Rui Barbosa, nº 704, Centro, CEP 84900-000; (j) Município de Oliveira, Estado de Minas Gerais, na Rua Doutor Mucio Continente, nº 44 B, Centro, CEP 35540-000; (k) Município de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, na Avenida Santos Dumont, nº 2.106, Centro, CEP 85301-040; (l) Município de Avaré, Estado de São Paulo, na Avenida Getúlio Vargas, nº 116, Lote 5, Quadra F, Jardim Dom Laura, CEP 18703-180; (m) Município de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais, na Rua Lucy Scaldini Garcia, nº 253, Loja 2, Bela Vista, CEP 35521-304; (n) Município de Almenara, Estado de Minas Gerais, na Avenida Olindo de Miranda, nº 2.006, Parque São João, CEP 39900-000; (o) Município de Iratá, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 150, Centro, CEP 84500-009; (p) Município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais, na Avenida Trinta e Um de Março, nº 1.346, Loja C, Colonial do Marçal, CEP 36302-016; (q) Município de Palmares, Estado de Pernambuco, na Rua Alino Fogaça, nº 20A, Santa Rosa, CEP 55540-000; (ii) Autorizar os administradores e/ou os procuradores da Sociedade a tomarem todas as providências e a assinarem todos e quaisquer documentos necessários para a formalização das resoluções no item acima. São Paulo - SP 25 de fevereiro de 2023. QIANG WANG - Diretor Presidente

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2023

Data, hora, local: 23.02.2023, às 10 horas, na sede social, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 11º andar, São Paulo/SP. Presença: 100% do Capital Social. Mesa: Fernanda Oliveira Ribeiro Prado de Mello - Presidente; Victória de Sá - Secretária. Ordem do dia: apreciar e deliberar sobre: (a) a realização de operação de securitização de recebíveis, nos termos da Lei nº 14.430, de 03.08.2022, conforme em vigor ("Lei 14.430"), por meio da 1ª emissão de debêntures simples - Companhia, não convertíveis em ações, da espécie quinqüográfica, em série única ("Debêntures"), com lastro de ativos de Débito em nome de terceiros, de acordo com os termos da Resolução CMV 160, de 16 de novembro de 2016, no montante de R\$ 50.000.000,00 ("Mottu Locação" ou "Devedora"), nos termos da Lei das S/A ("Emissão"), a serem objeto de oferta pública de distribuição sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13.06.2002, conforme alterada ("Resolução CMV 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quinqüográfica, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Vert Companhia Securitizadora" a ser celebrado entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com domicílio em São Paulo/SP, CNPJ 36.113.876/0004-34 e o Banco Fidejussor e Emissor de Valores Mobiliários S.A., com domicílio em São Paulo/SP, CNPJ 36.113.876/0004-34 ("Ata da Assembleia"); (b) a realização de operação de securitização de recebíveis, nos termos da Lei nº 14.430, de 03.08.2022, conforme em vigor ("Lei 14.430"), por meio da 2ª emissão de debêntures simples - Companhia, não convertíveis em ações, da espécie quinqüográfica, em série única ("Debêntures"), com lastro de ativos de Débito em nome de terceiros, de acordo com os termos da Resolução CMV 160, de 16 de novembro de 2016, no montante de R\$ 50.000.000,00 ("Mottu Locação" ou "Devedora"), nos termos da Lei das S/A ("Emissão"), a serem objeto de oferta pública de distribuição sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13.06.2002, conforme alterada ("Resolução CMV 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quinqüográfica, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Vert Companhia Securitizadora" a ser celebrado entre a Companhia e o Banco J.P. Morgan S.A., com sede em São Paulo/SP, CNPJ 33.172.537/0001-38, com instituição intermediária líder da Oferta ("Cooperadão"), na análise e intermediação da oferta de distribuição de títulos e valores mobiliários ("Ata da Assembleia"); (c) a realização de operação de securitização de recebíveis, nos termos da Lei nº 14.430, de 03.08.2022, conforme em vigor ("Lei 14.430"), por meio da 3ª emissão de debêntures simples - Companhia, não convertíveis em ações, da espécie quinqüográfica, em série única ("Debêntures"), com lastro de ativos de Débito em nome de terceiros, de acordo com os termos da Resolução CMV 160, de 16 de novembro de 2016, no montante de R\$ 50.000.000,00 ("Mottu Locação" ou "Devedora"), nos termos da Lei das S/A ("Emissão"), a serem objeto de oferta pública de distribuição sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13.06.2002, conforme alterada ("Resolução CMV 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quinqüográfica, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Vert Companhia Securitizadora" a ser celebrado entre a Companhia e o Banco J.P. Morgan S.A., com sede em São Paulo/SP, CNPJ 33.172.537/0001-38, com instituição intermediária líder da Oferta ("Cooperadão"), na análise e intermediação da oferta de distribuição de títulos e valores mobiliários ("Ata da Assembleia"); (d) a realização de operação de securitização de recebíveis, nos termos da Lei nº 14.430, de 03.08.2022, conforme em vigor ("Lei 14.430"), por meio da 4ª emissão de debêntures simples - Companhia, não convertíveis em ações, da espécie quinqüográfica, em série única ("Debêntures"), com lastro de ativos de Débito em nome de terceiros, de acordo com os termos da Resolução CMV 160, de 16 de novembro de 2016, no montante de R\$ 50.000.000,00 ("Mottu Locação" ou "Devedora"), nos termos da Lei das S/A ("Emissão"), a serem objeto de oferta pública de distribuição sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13.06.2002, conforme alterada ("Resolução CMV 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quinqüográfica, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Vert Companhia Securitizadora" a ser celebrado entre a Companhia e o Banco J.P. Morgan S.A., com sede em São Paulo/SP, CNPJ 33.172.537/0001-38, com instituição intermediária líder da Oferta ("Cooperadão"), na análise e intermediação da oferta de distribuição de títulos e valores mobiliários ("Ata da Assembleia"); (e) a realização de operação de securitização de recebíveis, nos termos da Lei nº 14.430, de 03.08.2022, conforme em vigor ("Lei 14.430"), por meio da 5ª emissão de debêntures simples - Companhia, não convertíveis em ações, da espécie quinqüográfica, em série única ("Debêntures"), com lastro de ativos de Débito em nome de terceiros, de acordo com os termos da Resolução CMV 160, de 16 de novembro de 2016, no montante de R\$ 50.000.000,00 ("Mottu Locação" ou "Devedora"), nos termos da Lei das S/A ("Emissão"), a serem objeto de oferta pública de distribuição sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13.06.2002, conforme alterada ("Resolução CMV 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quinqüográfica, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Vert Companhia Securitizadora" a ser celebrado entre a Companhia e o Banco J.P. Morgan S.A., com sede em São Paulo/SP, CNPJ 33.172.537/0001-38, com instituição intermediária líder da Oferta ("Cooperadão"), na análise e intermediação da oferta de distribuição de títulos e valores mobiliários ("Ata da Assembleia"); (f) a realização de operação de securitização de recebíveis, nos termos da Lei nº 14.430, de 03.08.2022, conforme em vigor ("Lei 14.430"), por meio da 6ª emissão de debêntures simples - Companhia, não convertíveis em ações, da espécie quinqüográfica, em série única ("Debêntures"), com lastro de ativos de Débito em nome de terceiros, de acordo com os termos da Resolução CMV 160, de 16 de novembro de 2016, no montante de R\$ 50.000.000,00 ("Mottu Locação" ou "Devedora"), nos termos da Lei das S/A ("Emissão"), a serem objeto de oferta pública de distribuição sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13.06.2002, conforme alterada ("Resolução CMV 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quinqüográfica, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Vert Companhia Securitizadora" a ser celebrado entre a Companhia e o Banco J.P. Morgan S.A., com sede em São Paulo/SP, CNPJ 33.172.537/0001-38, com instituição intermediária líder da Oferta ("Cooperadão"), na análise e intermediação da oferta de distribuição de títulos e valores mobiliários ("Ata da Assembleia"); (g) a realização de operação de securitização de recebíveis, nos termos da Lei nº 14.430, de 03.08.2022, conforme em vigor ("Lei 14.430"), por meio da 7ª emissão de debêntures simples - Companhia, não convertíveis em ações, da espécie quinqüográfica, em série única ("Debêntures"), com lastro de ativos de Débito em nome de terceiros, de acordo com os termos da Resolução CMV 160, de 16 de novembro de 2016, no montante de R\$ 50.000.000,00 ("Mottu Locação" ou "Devedora"), nos termos da Lei das S/A ("Emissão"), a serem objeto de oferta pública de distribuição sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13.06.2002, conforme alterada ("Resolução CMV 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quinqüográfica, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Vert Companhia Securitizadora" a ser celebrado entre a Companhia e o Banco J.P. Morgan S.A., com sede em São Paulo/SP, CNPJ 33.172.537/0001-38, com instituição intermediária líder da Oferta ("Cooperadão"), na análise e intermediação da oferta de distribuição de títulos e valores mobiliários ("Ata da Assembleia"); (h) a realização de operação de securitização de recebíveis, nos termos da Lei nº 14.430, de 03.08.2022, conforme em vigor ("Lei 14.430"), por meio da 8ª emissão de debêntures simples - Companhia, não convertíveis em ações, da espécie quinqüográfica, em série única ("Debêntures"), com lastro de ativos de Débito em nome de terceiros, de acordo com os termos da Resolução CMV 160, de 16 de novembro de 2016, no montante de R\$ 50.000.000,00 ("Mottu Locação" ou "Devedora"), nos termos da Lei das S/A ("Emissão"), a serem objeto de oferta pública de distribuição sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13.06.2002, conforme alterada ("Resolução CMV 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quinqüográfica, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Vert Companhia Securitizadora" a ser celebrado entre a Companhia e o Banco J.P. Morgan S.A., com sede em São Paulo/SP, CNPJ 33.172.537/0001-38, com instituição intermediária líder da Oferta ("Cooperadão"), na análise e intermediação da oferta de distribuição de títulos e valores mobiliários ("Ata da Assembleia"); (i) a realização de operação de securitização de recebíveis, nos termos da Lei nº 14.430, de 03.08.2022, conforme em vigor ("Lei 14.430"), por meio da 9ª emissão de debêntures simples - Companhia, não convertíveis em ações, da espécie quinqüográfica, em série única ("Debêntures"), com lastro de ativos de Débito em nome de terceiros, de acordo com os termos da Resolução CMV 160, de 16 de novembro de 2016, no montante de R\$ 50.000.000,00 ("Mottu Locação" ou "Devedora"), nos termos da Lei das S/A ("Emissão"), a serem objeto de oferta pública de distribuição sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13.06.2002, conforme alterada ("Resolução CMV 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quinqüográfica, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Vert Companhia Securitizadora" a ser celebrado entre a Companhia e o Banco J.P. Morgan S.A., com sede em São Paulo/SP, CNPJ 33.172.537/0001-38, com instituição intermediária líder da Oferta ("Cooperadão"), na análise e intermediação da oferta de distribuição de títulos e valores mobiliários ("Ata da Assembleia"); (j) a realização de operação de securitização de recebíveis, nos termos da Lei nº 14.430, de 03.08.2022, conforme em vigor ("Lei 14.430"), por meio da 10ª emissão de debêntures simples - Companhia, não convertíveis em ações, da espécie quinqüográfica, em série única ("Debêntures"), com lastro de ativos de Débito em nome de terceiros, de acordo com os termos da Resolução CMV 160, de 16 de novembro de 2016, no montante de R\$ 50.000.000,00 ("Mottu Locação" ou "Devedora"), nos termos da Lei das S/A ("Emissão"), a serem objeto de oferta pública de distribuição sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13.06.2002, conforme alterada ("Resolução CMV 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 10ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quinqüográfica, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Vert Companhia Securitizadora" a ser celebrado entre a Companhia e o Banco J.P. Morgan S.A., com sede em São Paulo/SP, CNPJ 33.172.537/0001-38, com instituição intermediária líder da Oferta ("Cooperadão"), na análise e intermediação da oferta de distribuição de títulos e valores mobiliários ("Ata da Assembleia"); (k) a realização de operação de securitização de recebíveis, nos termos da Lei nº 14.430, de 03.08.2022, conforme em vigor ("Lei 14.430"), por meio da 11ª emissão de debêntures simples - Companhia, não convertíveis em ações, da espécie quinqüográfica, em série única ("Debêntures"), com lastro de ativos de Débito em nome de terceiros, de acordo com os termos da Resolução CMV 160, de 16 de novembro de 2016, no montante de R\$ 50.000.000,00 ("Mottu Locação" ou "Devedora"), nos termos da Lei das S/A ("Emissão"), a serem objeto de oferta pública de distribuição sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13.06.2002, conforme alterada ("Resolução CMV 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 11ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quinqüográfica, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Vert Companhia Securitizadora" a ser celebrado entre a Companhia e o Banco J.P. Morgan S.A., com sede em São Paulo/SP, CNPJ 33.172.537/0001-38, com instituição intermediária líder da Oferta ("Cooperadão"), na análise e intermediação da oferta de distribuição de títulos e valores mobiliários ("Ata da Assembleia"); (l) a realização de operação de securitização de recebíveis, nos termos da Lei nº 14.430, de 03.08.2022, conforme em vigor ("Lei 14.430"), por meio da 12ª emissão de debêntures simples - Companhia, não convertíveis em ações, da espécie quinqüográfica, em série única ("Debêntures"), com lastro de ativos de Débito em nome de terceiros, de acordo com os termos da Resolução CMV 160, de 16 de novembro de 2016, no montante de R\$ 50.000.000,00 ("Mottu Locação" ou "Devedora"), nos termos da Lei das S/A ("Emissão"), a serem objeto de oferta pública de distribuição sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13.06.2002, conforme alterada ("Resolução CMV 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 12ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quinqüográfica, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Vert Companhia Securitizadora" a ser celebrado entre a Companhia e o Banco J.P. Morgan S.A., com sede em São Paulo/SP, CNPJ 33.172.537/0001-38, com instituição intermediária líder da Oferta ("Cooperadão"), na análise e intermediação da oferta de distribuição de títulos e valores mobiliários ("Ata da Assembleia"); (m) a realização de operação de securitização de recebíveis, nos termos da Lei nº 14.430, de 03.08.2022, conforme em vigor ("Lei 14.430"), por meio da 13ª emissão de debêntures simples - Companhia, não convertíveis em ações, da espécie quinqüográfica, em série única ("Debêntures"), com lastro de ativos de Débito em nome de terceiros, de acordo com os termos da Resolução CMV 160, de 16 de novembro de 2016, no montante de R\$ 50.000.000,00 ("Mottu Locação" ou "Devedora"), nos termos da Lei das S/A ("Emissão"), a serem objeto de oferta pública de distribuição sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13.06.2002, conforme alterada ("Resolução CMV 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 13ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quinqüográfica, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Vert Companhia Securitizadora" a ser celebrado entre a Companhia e o Banco J.P. Morgan S.A., com sede em São Paulo/SP, CNPJ 33.172.537/0001-38, com instituição intermediária líder da Oferta ("Cooperadão"), na análise e intermediação da oferta de distribuição de títulos e valores mobiliários ("Ata da Assembleia"); (n) a realização de operação de securitização de recebíveis, nos termos da Lei nº 14.430, de 03.08.2022, conforme em vigor ("Lei 14.430"), por meio da 14ª emissão de debêntures simples - Companhia, não convertíveis em ações, da espécie quinqüográfica, em série única ("Debêntures"), com lastro de ativos de Débito em nome de terceiros, de acordo com os termos da Resolução CMV 160, de 16 de novembro de 2016, no montante de R\$ 50.000.000,00 ("Mottu Locação" ou "Devedora"), nos termos da Lei das S/A ("Emissão"), a serem objeto de oferta pública de distribuição sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13.06.2002, conforme alterada ("Resolução CMV 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 14ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quinqüográfica, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Vert Companhia Securitizadora" a ser celebrado entre a Companhia e o Banco J.P. Morgan S.A., com sede em São Paulo/SP, CNPJ 33.172.537/0001-38, com instituição intermediária líder da Oferta ("Cooperadão"), na análise e intermediação da oferta de distribuição de títulos e valores mobiliários ("Ata da Assembleia"); (o) a realização de operação de securitização de recebíveis, nos termos da Lei nº 14.430, de 03.08.2022, conforme em vigor ("Lei 14.430"), por meio da 15ª emissão de debêntures simples - Companhia, não convertíveis em ações, da espécie quinqüográfica, em série única ("Debêntures"), com lastro de ativos de Débito em nome de terceiros, de acordo com os termos da Resolução CMV 160, de 16 de novembro de 2016, no montante de R\$ 50.000.000,00 ("Mottu Locação" ou "Devedora"), nos termos da Lei das S/A ("Emissão"), a serem objeto de oferta pública de distribuição sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13.06.2002, conforme alterada ("Resolução CMV

## DITADURA

## IMS Paulista inaugura exposição de fotojornalismo de Evandro Teixeira

Com suas lentes, o fotojornalista Evandro Teixeira registrou os bastidores do poder no país, em especial as manifestações contrárias ao regime militar, além de temas associados ao esporte, à moda e à cultura.

Um dos principais nomes do fotojornalismo brasileiro, Evandro Teixeira (1935) atuou na imprensa por quase seis décadas, sendo 47 anos no Jornal do Brasil. Com suas lentes, registrou os bastidores do poder no país, em especial as manifestações contrárias ao regime militar, além de temas associados ao esporte, à moda e à cultura. Em sua carreira, participou ainda de uma importante cobertura internacional: a do golpe militar no Chile em 1973. No país andino, produziu imagens impactantes do Palácio De La Moneda bombardeado pelos militares, dos prisioneiros políticos no Estádio Nacional em Santiago e do enterro do poeta Pablo Neruda.

As fotografias tiradas durante esse capítulo traumático da história chilena são o destaque da exposição Evandro Teixeira, Chile, 1973, em cartaz a partir de 21 de março (terça), na sede de São Paulo do Instituto Moreira Salles (av. Paulista, 2424). No dia da abertura (21/3), às 18h, haverá um bate-papo com o fotógrafo, a jornalista Dorrit Harazim, que também esteve no Chile no mesmo período, e o curador da mostra, Sergio Burgi, coordenador de fotografia do IMS. A entrada para a conversa é gratuita, com retirada de senhas 1 hora antes (confira no serviço).

A mostra reúne cerca de 160 fotografias em preto e branco, livros, fac-símiles e outros objetos, como máquinas fotográficas e crachás de imprensa. Além dos registros feitos no Chile, a exposição traz imagens produzidas por Evandro durante a ditadura civil-

-militar brasileira, em um diálogo entre os contextos históricos dos dois países. Em monitores dispostos pelo espaço expositivo, também são apresentados trechos de filmes que documentam o período, como Setembro chileno, de Bruno Moet, e Brasil, relato de uma tortura, de Haskell Wexler e Saul Landau.

Evandro, cujo acervo está sob a guarda do IMS, viajou para o Chile em setembro de 1973, no dia seguinte ao golpe militar de 11/9 que levou à morte do presidente eleito Salvador Allende. O fotógrafo foi como correspondente do Jornal do Brasil, acompanhado pelo repórter Paulo Cesar de Araújo. Retido com dezenas de outros correspondentes internacionais na fronteira da Argentina com o Chile, fechada deliberadamente pela junta militar chilena, chegou a Santiago em 21/9. Sob a vigilância dos militares, a imprensa internacional circulava por uma cidade sitiada e ocupada pelas forças militares, com rígido toque de recolher. Além de contornar a censura local, Evandro precisava revelar as imagens rapidamente em um pequeno laboratório improvisado, que instalou no banheiro do seu hotel, e transmiti-las em seguida usando um aparelho de telefoto.

Entre as imagens produzidas nesse período, o registro mais importante feito pelo fotógrafo, que ele mesmo considera um dos marcos de sua carreira, foi a da morte e enterro do poeta Pablo Neruda. Um dia depois de chegar a Santiago, Evandro soube pela esposa de um diplomata que Neruda estava hospitalizado em uma clínica da cidade. O fotógrafo foi até o



Teixeira retratou épocas como a Ditadura no Brasil e o golpe militar do Chile

local, mas não conseguiu registrar o escritor, que morreu na noite daquele mesmo dia. Na manhã seguinte, retornou à clínica, já ciente da morte, e conseguiu acesso ao interior do edifício por uma entrada lateral, chegando ao local onde Neruda estava, em uma maca no corredor, sendo velado por sua viúva, Matilde Urrutia. Em entrevista para o site do IMS, o fotógrafo relembra o episódio: "Estou lá, rondando o hospital, e de repente abre uma porta lateral, olho, tiro a Leica, sempre deixo preparada para dois metros, o que der, deu. Entro, Neruda está na maca, dona Matilde, sua mulher, sentada com o irmão dela."

Evandro fez a foto e, em seguida, pediu permissão para a viúva, lembrando que havia fotografado Neruda anteriormente, em um encontro com o escritor Jorge Amado no Brasil. Matilde não só permitiu que ele fizesse os registros

como pediu para acompanhá-la até a residência do casal, La Chascona, onde o corpo seria velado. "Dentro da clínica fiz a maca, fiz várias fotos, apavorado. Eu olhava em volta, pensava naquele mundo de fotógrafos em Santiago e dizia pra mim mesmo: não, não é possível, só eu aqui, só eu?", relembra. Evandro registrou naquele dia e no seguinte detalhadamente todas as etapas do velório e enterro do poeta, que contou com grande participação popular e se tornou o primeiro grande ato contra o governo de Pinochet.

Evandro foi, assim, o único fotojornalista a registrar Neruda ainda na clínica, logo após seu falecimento, que hoje, de acordo com estudos recém-publicados, parece ter sido causado por envenenamento. O curador Sergio Burgi comenta a importância dessa série de imagens, principal destaque da exposição:

"Esta é uma documentação excepcional e em grande parte ainda inédita, oriunda da obstinação e audácia de um fotojornalista brasileiro que conseguiu penetrar incógnito no hospital onde se encontrava o corpo do poeta que admirava e conheceu no Brasil".

A exposição também traz imagens que Evandro realizou no Estádio Nacional do Chile, local onde o governo encarcerou e torturou inúmeros presos políticos. Os correspondentes foram levados pelos próprios militares para fotografar o local, em uma iniciativa oficial que visava a encobrir as violações de direitos humanos que aconteciam ali. Ainda assim, Evandro e outros colegas conseguiram driblar o cerco e registrar tanto a chegada não planejada pelos militares de novos presos políticos ao estádio como também penetrar no subsolo do local, onde jovens estudantes foram fotografados sendo conduzidos para áreas internas. Junto aos registros do Estádio Nacional, há também imagens que mostram a violência militar em Santiago, como a foto do Palácio De La Moneda bombardeado.

Em outro núcleo, a mostra apresenta fotos feitas por Evandro durante a ditadura brasileira e que hoje fazem parte do imaginário sobre o período. Entre elas, estão a da Tomada do Forte de Copacabana, feita exatamente no dia 1 de abril de 1964, as imagens das manifestações contrárias ao governo, em 1968, como a da Passeata dos Cem Mil, vetada pelos censores da época por registrar a faixa "Abaixo a ditadura, povo no poder", ou ainda a foto na qual Evandro registra a queda de

um motociclista da FAB, em 1965. Junto aos registros, há uma cronologia da carreira do fotógrafo, além de depoimentos em vídeo em que relembra momentos marcantes de sua trajetória.

Para Sergio Burgi, o conjunto de imagens reforça a importância da prática diária do fotojornalismo como ferramenta de fiscalização do poder e preservação da memória: "A obra de Evandro Teixeira é expressão plena deste compromisso do fotojornalismo com o testemunho direto da realidade e com a liberdade de expressão e criação, essenciais tanto em nosso passado recente como ainda hoje. Passadas cinco décadas, suas imagens sobre as ditaduras militares no Chile e no Brasil reafirmam claramente a importância da democracia e do respeito absoluto ao estado de direito e à cidadania. São imagens que claramente desnudam o autoritarismo e permanecem denunciando, ainda nos dias de hoje, de forma clara e cristalina, os riscos das aventuras golpistas."

Em cartaz até julho, a mostra também contribui para a reflexão sobre a extensa obra de Evandro Teixeira, profissional comprometido sobretudo com seu ofício, como revelam suas palavras: "Minha aventura pessoal identifica-se com a aventura vivida pelo mundo. Não tenho méritos para isso, sou um homem manejando uma câmera. Quando bem operada, é um fósforo aceso na escuridão. Ilumina fatos nem sempre muito compreensíveis. Oferece lampejos, revela dores do impasse do mundo. E desperta nos homens o desejo de destruir esse impasse."

## REVITALIZAÇÃO

## Líder de royalties em SP, litoral norte tem milhares sem casa

Os quatro municípios do litoral norte de São Paulo, que ocupou o noticiário com imagens de deslizamentos e resgates, fazem parte do grupo de cidades que mais recebem royalties da exploração de petróleo no Estado - incremento importante nos orçamentos locais, mas que não resultou em melhoria suficiente da infraestrutura urbana e das condições da população vulnerável. A região também viu nas últimas duas décadas desenvolvimento econômico, trazido pela exploração do petróleo, atividade portuária e turismo.

No ano passado, São Sebastião, Ubatuba, Caraguatatuba e Ilhabela receberam R\$ 632,8 milhões de royalties, conforme dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). As quatro, que juntas reúnem só 0,7% da população do Estado, ficaram com 38% do valor distribuído aos 114 municípios paulistas com direito à verba. Ilhabela é a que mais recebeu (R\$ 335,9 milhões).

São Sebastião e Caraguatatuba aparecem em 3ª e 4ª na lista, com R\$ 145,1 milhões e R\$ 138,6 milhões, respectivamente. Ubatuba teve aporte menor, mas ainda assim é a 13ª no Estado (R\$ 13 milhões).

O valor extra engorda os orçamentos dos municípios litorâneos. São José dos Campos, por exemplo, maior município da região administrativa formada por Vale do Paraíba e litoral norte, tem população 21 vezes superior à de Ilhabela, mas o orçamento é só quatro vezes mais alto. Ilhabela tem 34 mil moradores e R\$ 1 bilhão anual. São José tem 722 mil habitantes e cerca de R\$ 3,8 bilhões.

Esses royalties podem ser usados em todo tipo de despesa da prefeitura, exceto pagar funcionários, aposentados e pensões. Pode, portanto, ir para obras de contenção de encostas e drenagem ou em projetos de habitação popular.

Apesar desse bônus e do desenvolvimento econômico recente, as quatro cidades lembradas pelos turistas por suas belas praias e condomínios de luxo pé na areia têm alto déficit habitacional e más condições de saneamento.

Em São Sebastião, com 56 das 57 mortes nas chuvas do carnaval, o déficit divulgado pela própria prefeitura é de 4,5 mil moradias - 14% dos 31 mil domicílios da cidade. É o dobro da média nacional, cujo déficit corresponde a 8% dos domicílios.

O problema deve ser ainda maior, já que outro dado municipal aponta 7,1 mil famílias vivendo em áreas irregulares, a maioria delas em encostas, sem infraestrutura básica e sujeita a inundações e deslizamentos, como à Vila Sahy, local com mais vítimas.

Em Ilhabela, o número de pessoas em assentamentos precários dobrou: de 6 mil para 12 mil entre 2010 e 2020. Em Caraguatatuba, o déficit chega a 4 mil habitações. Ubatuba não divulgou seus dados.

Há ainda número alto de domicílios sem acesso a redes de água e coleta de esgoto, conforme dados do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS) compilados pelo Instituto Água e Saneamento. A população sem acesso à água vai de 17% a 30% entre as cidades.

Já a taxa de pessoas sem esgoto varia de 30% em Caraguatatuba a mais de 60% em Ubatuba e Ilhabela. Em São Sebastião, é de 41%.

Para especialistas, os dados mostram que há recursos, mas não são usados adequadamente para atender os vulneráveis. "O desenvolvimento econômico atraiu trabalhadores, mas o modelo de urbanização foi

muito orientado para viabilizar esses negócios. Não priorizou habitação, igualdade social nem todos os segmentos da população do mesmo modo", diz o professor da Unicamp Eduardo Marandola Jr. e um dos autores de estudo de 2013 que mostra o desenvolvimento da região em descompasso com demandas ambientais e sociais.

Autora de estudos sobre o litoral norte, a arquiteta e urbanista Estela Alves diz que a prioridade dos governos tem sido a infraestrutura e a zeladoria de áreas mais abastadas ou turísticas.

Ela cita como exemplo a construção de praça em Boicunganga, São Sebastião, entregue em dezembro. "É uma praça com pergolado gigante, que teve alto custo pela quantidade de material e que foca no turista, enquanto o mesmo bairro precisa de obras de drenagem", afirma Estela, pesquisadora da USP.

Pelos dados da prefeitura, a obra da praça e de revitalização da orla de Boicunganga custou R\$ 8,5 milhões, mais que o orçamento para 2023 da Secretaria da Habitação e do Fundo de Regularização Fundiária, de cerca de R\$ 8,2 milhões, segundo a lei orçamentária.

## Atmosfera Gestão e

## Higienização de Têxteis S/A

CNPJ/ME 00.886.257/0001-92 - NIRE 35.300.339.312

## Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31/12/2022

Os acionistas da Atmosfera Gestão e Higienização de Têxteis S/A ("Companhia") deliberaram e aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas, ressalvas ou restrições: (i) a incorporação da MPW Lavanderia, Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ/ME 56.977.796/0001-91 e NIRE 35.216.907.356) ("MPW") pela Companhia; (ii) a ratificação da nomeação da RSM ACAL Auditoria e Consultoria Ltda. (CNPJ/ME 39.598.716/0001-78, CRC/RJ 2SP043217/O-8 e NIRE 35.236.507.884) para a avaliação dos bens, ativos e passivos da MPW e elaboração do Laudo de Avaliação de sua incorporação pela Companhia; (iii) a ratificação dos termos, das condições e a justificativa do "Protocolo e Justificação de Incorporação" firmado em 31 de dezembro de 2022 (Anexo A), que estabelece a incorporação da MPW pela Companhia e confirma que os elementos do ativo e passivo da MPW são aqueles descritos e caracterizados no aludido Protocolo e Justificação de Incorporação, por seus respectivos valores contábeis em 31 de dezembro de 2022; e (iv) a aprovação do "Laudo de Avaliação de Incorporação" da MPW pela Companhia (Anexo B). Considerando que a Companhia é titular de todas as quotas de emissão da MPW, não haverá aumento do capital social da Companhia em razão da incorporação. A Companhia sucederá a MPW em todos os seus direitos e obrigações, ativos e passivos, para todos os fins. A MPW será extinta em razão da incorporação e os administradores da Companhia ficarão responsáveis por cuidar de todas as comunicações, guarda de documentos, registros e averbações de transferência patrimonial, atualização de cadastros, inclusive fiscais, e tudo o mais que for necessário à implementação da incorporação perante quaisquer pessoas e/ou entidades, públicas ou privadas. Os livros da MPW serão mantidos pelos Diretores da Companhia em sua sede, nos termos da lei. Nota: A Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (em seu inteiro teor e devidamente assinada), juntamente com os Anexos aqui referidos, foi registrada pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 1º de fevereiro de 2023, sob o nº 46.807/23-B. A 13ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da MPW aprovando a sua incorporação pela Companhia (em seu inteiro teor e devidamente assinada), foi registrada pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 1º de fevereiro de 2023, sob o nº 46.808/23-B.

## MPW Lavanderia, Comércio e Serviços Ltda.

CNPJ/ME nº 56.977.796/0001-91 - NIRE nº 35.216.907.356

## 13ª Alteração e Consolidação do Contrato Social Realizada em 31/12/2022

Os sócios da MPW Lavanderia, Comércio e Serviços Ltda. ("MPW" ou "Sociedade") resolveram, de mútuo e comum acordo: (i) aprovar a cessão e transferência de 1 (uma) quota do capital social da Sociedade detida por Remi Michel Fouladoux (RNE V214380-9 CGP/DIREX/DPF e CPF/ME 215.825.398-39) ("Remi"), totalmente integralizada, livre e desembaraçada de ônus e gravames, no valor total de R\$ 1,00, para a já sócia Atmosfera Gestão e Higienização de Têxteis S/A (CNPJ/ME 00.886.257/0001-92 e NIRE 35.300.339.312) ("Atmosfera"), a título oneroso. Remi retira-se da Sociedade, dando-lhe a mais ampla, geral, irrevogável e irretirável quitação em relação à sua posição de sócio, para nada mais reclamar a qualquer título e a qualquer tempo, e a Atmosfera passa a ser titular de todas as quotas de emissão do capital social; e (ii) aprovar a incorporação da MPW pela Atmosfera. Fica ratificada a nomeação da RSM ACAL Auditoria e Consultoria Ltda. (CNPJ/ME 39.598.716/0001-78, CRC/RJ 2SP043217/O-8 e NIRE 35.236.507.884) para a avaliação dos bens, ativos e passivos da MPW e elaboração do Laudo de Avaliação de sua incorporação pela Atmosfera. Ficam também ratificados os termos, as condições e a justificativa do "Protocolo e Justificação de Incorporação" firmado em 31 de dezembro de 2022 (Anexo A), que estabelece a incorporação da MPW pela Atmosfera e confirma que os elementos do ativo e passivo da MPW são aqueles descritos e caracterizados no aludido Protocolo e Justificação de Incorporação, por seus respectivos valores contábeis em 31 de dezembro de 2022. Por fim, fica aprovado o "Laudo de Avaliação de Incorporação" da Atmosfera (Anexo B). A Atmosfera sucederá a MPW em todos os seus direitos e obrigações, ativos e passivos, para todos os fins. A MPW será extinta em razão da incorporação e os administradores da Atmosfera ficarão responsáveis por cuidar de todas as comunicações, guarda de documentos, registros e averbações de transferência patrimonial, atualização de cadastros, inclusive fiscais, e tudo o mais que for necessário à implementação da incorporação perante quaisquer pessoas e/ou entidades, públicas ou privadas. Os livros da MPW serão mantidos pelos Diretores da Atmosfera em sua sede, nos termos da lei. Nota: A 13ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da MPW (em seu inteiro teor e devidamente assinada), juntamente com os Anexos aqui referidos, foi registrada pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 1º de fevereiro de 2023, sob o nº 46.808/23-B. A Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Atmosfera aprovando a incorporação da MPW (em seu inteiro teor e devidamente assinada), foi registrada pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 1º de fevereiro de 2023, sob o nº 46.807/23-B.

## COOPCULT - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE ARTE E CULTURA

CNPJ/ME nº 06.199.671/0001-00 - NIRE 35400076259

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores associados convocados a comparecer à Assembleia Geral Ordinária da COOPCULT - Cooperativa de Produção de Arte e Cultura, a ser realizada no dia 20/03/2023, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 5º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-905, São Paulo, SP, em primeira convocação, às 9:00h com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos sócios cooperados convocados, em segunda convocação, às 10:00h com a presença da metade dos sócios cooperados convocados e em terceira e última convocação, às 11:00h, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) sócios cooperados, para deliberar a seguinte ordem do dia: Assembleia Geral Ordinária: 1. Aprovação da Prestação de Contas de 2022 (Contabilidade); 2. Eleição do Conselho Fiscal; 3. Exclusão e Inclusão do Quadro de Associados; 4. Assuntos Gerais. São Paulo, 23 de Fevereiro de 2023

GILMAR VIEIRA DOS SANTOS - Presidente



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A211-E908-5E5B-E0C1> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A211-E908-5E5B-E0C1



### Hash do Documento

34CF4145805E6036DD7A15E9EB07278B101D25C2AB6A9A919D7CD353D1E1CB4E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em  
28/02/2023 02:04 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

